

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DOUGLAS FELICIO SILVA DE OLIVEIRA

*“A Sociologia da Sociologia de Octavio Ianni: as razões da crítica e
a crítica da razão no pensamento social”*

Campinas, março de 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

| | |
|------|--|
| OL4s | <p>Oliveira, Douglas Felicio Silva de, 1981- A Sociologia da Sociologia de Octavio Ianni: as razões da crítica e a crítica da razão no pensamento social / Douglas Felicio Silva de Oliveira. -- Campinas, SP : [s. n.], 2011.</p> <p>Orientador: Elide Rugai Bastos. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Ianni, Octavio, 1926-2004. 2. Universidade de São Paulo. 3. Teoria crítica. 4. Sociologia. I. Bastos, Elide Rugai, 1937- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p> |
|------|--|

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The Sociology of the Sociology of Octavio Ianni: the reasons for the criticism and the criticism of reason in social thought

Palavras-chave em inglês:

University of São Paulo
Critical theory
Sociology

Área de concentração: Sociologia

Banca examinadora:

Elide Rugai Bastos [Orientador]
Fernando Antonio Lourenço
André Pereira Botelho

Data da defesa: 22-03-2011

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

DOUGLAS FELICIO SILVA DE OLIVEIRA

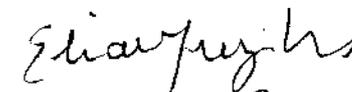
“A Sociologia da Sociologia de Octavio Ianni: as razões da crítica e a crítica da razão no pensamento social”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Elide Rugai Bastos

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 22/03/2011

BANCA

Prof. Dr.^a Elide Rugai Bastos (Orientadora)



Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço



Prof. Dr. André Pereira Botelho



Prof. Dr. Tatiana Gomes Martins (suplente)

Prof. Dr. Milton Lahuerta (suplente)

MARÇO/2011

13355/1708

Dedicado a
Braulina e Teodoro de Oliveira,
muito mais que avós, exemplos.

Agradecimentos

Todo trabalho, material ou não, é fruto e síntese das múltiplas determinações que sofremos ao longo de nossa existência social. Agradecer a todos aqueles que participaram de modo direto ou indireto à realização da pesquisa por ora apresentada seria impossível. Certos nomes faltarão, e sinceramente peço que não compreendam tal vacilo como desmerecimento ou falta de reconhecimento às suas inestimáveis participações ao longo do percurso que venho travando nos meandros da academia e da vida.

Porém, alguns que vêm à mente nesta reta final são de obrigatória menção.

Em primeiro lugar, devo expressar a minha inesgotável gratidão com a orientadora desta pesquisa, a professora Elide Rugai Bastos. Sua gentileza, amizade, tolerância e humildade são os maiores ensinamentos que levo ao término desta etapa. A paciência com meus atrasos, e não foram poucos, aliada ao seu exemplo de intelectual integral, realmente são lições de vida e incentivos a que busquemos melhorar não só como cientistas sociais, mas fundamentalmente como seres humanos. Muito obrigado por tudo e mil desculpas pelos problemas que minhas atividades profissionais nos interpuseram!

Devo, também, expressar meus agradecimentos especiais aos professores e funcionários deste programa de pós-graduação em Sociologia. Conhecendo-os, pude entender melhor aquilo que faz da Unicamp um dos espaços acadêmicos mais respeitáveis do país. Em especial, agradeço a Christina Faccioni pela competência ímpar. Nesta pessoa encontrei em todos os momentos compreensão e a mais ampla disponibilidade para auxiliar-me

nas infinitas dúvidas que tive e ainda tenho diante dos trâmites burocráticos, necessários ao bom encaminhamento da vida universitária. Também, registro aqui meus agradecimentos a todo o quadro de profissionais da “Biblioteca Octavio Ianni”; sintam-se representados aqui pela figura da Helena, exemplo inestimável de profissionalismo e atenção.

Sou muito grato, ademais, às valiosas sugestões apresentadas pelos membros que, junto à professora Elide, compuseram a banca de qualificação, os professores Renato Ortiz e André Botelho. Busquei incorporá-las, obviamente reivindicando minha autonomia e ciente de que realizo uma leitura dentre várias possíveis de meu “objeto”. Estendo esse agradecimento, é claro, ao professor Fernando Lourenço, que gentilmente aceitou o convite para a defesa deste trabalho - gentileza, aliás, expressa desde a minha entrevista de mestrado, pois o respeito ali demonstrado e a ambiência calorosa propiciada foram fundamentais para que minha vida tomasse novos rumos a partir daquele dia - Muito obrigado!

À Flávia, minha amada companheira, só tenho a agradecer todo o amor, o carinho, as cobranças e a amizade que compartilhamos nestes longos anos de união. Sinceramente, acredito que sem a sua força eu teria desistido! Jamais por desinteresse do tema, mas, sobretudo, por ter consciência de que não consegui tratá-lo com a doação integral que o mesmo merecia. Obrigado por tudo e desculpas por cada momento de raiva, pelo sofrimento e ansiedade que involuntariamente te obriguei a vivenciar comigo. Como já te escrevi, naquele primeiro livro em que te presenteei, há alguns atrás, “contigo tenho um incentivo diário para ser um homem melhor e merecer tudo o que vivemos”.

Ademais, agradeço a força e o carinho passados por seus pais, Gerson e Terezinha, e, é claro, à sua querida irmã, Thaís.

Agradeço a minha avó, Braulina de Oliveira, pela criação honesta e carinhosa, pelo amor incondicional e por todo esforço que realizou para que eu concretizasse meus estudos, desde as séries iniciais até aqui. A vida realmente foi muito gentil comigo ao me presentear com uma “segunda mãe”, e tão especial. Ao meu pai, Luiz Carlos de Oliveira, só posso dizer que é mútuo todo orgulho que sempre manifesta por mim; sua dignidade, coragem no enfrentamento das adversidades e persistência nos objetivos perseguidos sempre serão um exemplo que guardarei. Amo vocês!

Não poderia deixar de expressar gratidão, também, aos professores e funcionários da Unesp de Araraquara, onde realizei os estudos de graduação. A coleção das obras particulares de Octavio Ianni, doadas pelo autor à Faculdade de Ciências e Letras, foi imprescindível para a consecução deste trabalho. Entretanto, devo manifestar meus mais sinceros respeitos, em especial, aos professores Adilson Gennari, o primeiro orientador, ainda nos anos iniciais; Marco Aurélio Nogueira, pela atenção e generosidade dos “toques” fundamentais à confecção do projeto de pesquisa; José Antônio Segatto, pela orientação inicial quando, após alguns anos dedicados à sociologia do trabalho, decidi me voltar para o estudo da obra de Octavio Ianni e o pensamento social no Brasil; e ao professor Milton Lahuerta, pela formação recebida e cordial amizade construída nestes anos de convivência.

Também, agradeço aos amigos que comigo compartilharam esta experiência em nosso programa. Com eles desfrutei de um clima agradável e propício à discussão contínua e exercício da crítica, quebrando um pouco da

rotina fria que em geral caracteriza esta etapa da formação. Em especial, sou grato aos doutorandos, Lívia, Márcio e Daniela Vieira. Aos amigos de mestrado, e gostaria de citar todos, entretanto, contentarei em me limitar a um “muito obrigado” àqueles com os quais formei nosso time de futebol, o “grande Terça-feira Futebol Clube”, Caio, Fábio, Flávio, Juliana, Marcílio, Mário, Paulo e Victor, dentre outros. Ao grande amigo Estevão Bosco, o meu emocionado, sincero e fraterno agradecimento por tudo! A distância que nos separa nestes últimos anos já provou que não é um limite à consolidação de amizades verdadeiras que, com toda certeza, permanecerão para sempre. Obrigado por cada roda de violão, pelas discussões acaloradas, as palavras de apoio, cada “rodada de cerveja” por Barão Geraldo e conversas intermináveis que permanecem em minha memória, guardadas com o maior carinho do mundo. Vocês são demais!

Meus especiais agradecimentos a dois grandes amigos, Camilla Massaro e Maurício Foganholo; os apoios materiais e morais de vocês foram imprescindíveis para que eu não fraquejasse nesta etapa. Agradeço também ao casal de amigos, Mauro Sala e Melina, assim como as amigas Carol e a Aline Pedro, por toda confiança demonstrada. Ao Christian (Giga), Eto e Luciana, muito obrigado pelo respeito e pela troca de ideias que tivemos nestes anos. A tranquilidade transpassada pelas palavras serenas e confiantes da Eliana serão algo que jamais me esquecerei...

Aos antigos companheiros de banda, e eternos irmãos da vida, só tenho gratidão por cada momento de “sublimação” permitido por nossas reuniões musicais. Através das figuras do Du e da Débora agradeço calorosamente a

todos vocês. E que a necessidade de “tocar a vida” não impeça, jamais, que nos juntemos numa hora dessas para “tocar aquele som”!

Obrigado, também, aos amigos com os quais convivi na minha antiga República, a Quilombo; foi neste espaço que aprendi o sentido de se lutar por uma Universidade crítica, o valor das amizades sinceras e a procurar ser uma pessoa melhor. Não citarei um nome apenas, seria injusto com os demais, mas cada leitura coletiva, a cobrança mútua por estudo sério, churrascos e encontros, discussões, gargalhadas e lágrimas, igualmente foram importantes para que este trabalho pudesse ser realizado. É realmente impagável tudo o que vivenciamos juntos e a amizade de cada um de vocês.

Sou infinitamente grato aos amigos da minha querida cidade, Taiaçu. Em especial, aos companheiros que tomaram o caminho das Ciências Sociais, Emiliano, Vinícius e Ganso (a este último devo dizer que a vida não me presenteou apenas com uma nova mãe, como dito acima, mas também com um verdadeiro irmão!). Que a nossa “escola taiaçuense de sociologia” viva sempre dentro de nós! Orientando uma conduta ética, necessária ao pensamento socialista que compartilhamos, onde quer que estejamos! Especiais agradecimentos aos amigos João Paulo e Murilo Miki, queridos companheiros para todas as horas e situações. Também agradeço à sincera amizade de Reinaldo, Sigueira, Pino, Cidinha, Mantena, Tiú e Alessandra, Alex e Priscila, dentre outros.

Serei eternamente grato à compreensão afável dos meus ex-alunos do Colégio Técnico Agrícola “José Bonifácio”, da Unesp de Jaboticabal-SP, na compreensão pelos momentos de ausência e “correria” em razão da pesquisa. Venho encontrando no SESI, novo ambiente de trabalho, também nesta

cidade, sorte parecida no entendimento por parte dos discentes com relação ao desgaste que vem sendo viajar 200 quilômetros por dia, conciliando atividade de pesquisa e ensino.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, agradeço à bolsa de pesquisa que foi fundamental à realização deste trabalho.

Obrigado a cada um dos citados e novamente peço desculpas aos “esquecidos” pelo respeito e carinho sempre demonstrados por mim. Até os próximos combates! Superada a tensão, prometo estar menos estressado para compartilhar a convivência benfazeja de cada um de vocês. Valeu!

Resumo

Esta pesquisa procurou destacar o papel exercido por Octavio Ianni no processo de elaboração da chamada “sociologia crítica” no Brasil. A partir do estudo de sua “Sociologia da Sociologia”, exposta em diversos artigos e livros do autor, se observou como o sociólogo brasileiro foi articulando os fundamentos teóricos e metodológicos de uma obra extremamente vigorosa e polêmica no cenário intelectual do país. A pesquisa associa tal êxito, assim como do núcleo intelectual adjunto à Universidade de São Paulo, a partir de fins da década de cinquenta, com uma concepção que advoga a sociologia como “autoconsciência científica da realidade”. Ao promover uma “Sociologia da Sociologia”, o sociólogo destaca a necessidade de as Ciências Sociais pensarem não apenas a realidade social, mas também a si mesmas; as condições nas quais são produzidos os novos conhecimentos, as escolhas do pesquisador, etc. Octávio Ianni organiza um programa coerente, no qual é destacado o caráter “não-neutro” do pensamento sociológico, porém numa perspectiva que supera o reducionismo político e ideológico que teria caracterizado a excessiva politização da produção sociológica da América Latina entre os anos sessenta e oitenta.

Palavras-chave: Octavio Ianni; sociologia crítica; sociologia da sociologia; Universidade de São Paulo.

Abstract

This research sought to highlight the role played by Octavio Ianni in the drafting of the "critical sociology" in Brazil. From the study of his "Sociology of Sociology" exposed to various articles and books by the author was observed as the Brazilian sociologist was articulating the theoretical and methodological work of a very vigorous debate and intellectual scene in the country. The research associates such success as well as the intellectual core adjunct to the University of São Paulo, from the late fifties with a design that advocates sociology as "scientific self-consciousness of reality." By promoting a 'Sociology of Sociology ' the sociologist stresses the need for the social sciences to think not only social reality but also to themselves, the conditions in which new knowledge is produced, the choices of the researcher, etc.. Octavio Ianni organize a coherent program, which emphasized the character "not neutral" in sociological thought, but a perspective beyond the political and ideological reductionism that would have characterized the excessive politicization of sociological production in Latin America between the years sixty and eighty.

Keywords: Octavio Ianni, critical sociology, sociology of sociology, University of São Paulo.

Sumário

| | |
|---|--------------|
| Introdução..... | p.13 |
| Capítulo I: Octavio Ianni: o autor e sua obra..... | p.21 |
| 1.1O intelectual Octavio Ianni: biografia e história..... | p.23 |
| 1.2 temas métodos e temáticas envolvidas em sua sociologia..... | p.31 |
| 1.3 O sentido dos estudos raciais..... | p.35 |
| 1.4 Articulações entre Estado e sociedade no Brasil..... | p.41 |
| Capítulo II: <i>De como as instituições fazem os homens e de como os homens transformam as sociedades</i>..... | p.55 |
| 2.1 <i>USP: “mito de origem”, a elite paulista e os impasses da sociedade brasileira</i> | p.55 |
| 2.2 Sociólogos brasileiros: novas representações e engajamento..... | p.66 |
| 2.3 O marxismo uspiano e a discussão nacional: um novo estilo de reflexão..... | p.83. |
| Capítulo III: Octavio Ianni e a Sociologia da Sociologia..... | p.93 |
| 3.1 Preliminares..... | p.97 |
| 3.2A sociologia em discussão..... | p.99 |
| 3.3 A sociologia rediscutida: esboço de uma crítica-crítica..... | p.117 |
| Considerações finais..... | p.129 |
| Bibliografia..... | p.133 |

Introdução

Penso que dentre as principais tarefas daqueles que de algum modo exerçam a atividade de intelectual deva estar o “diálogo com mortos”. Explico: não se trata de voltar ao passado com a pretensão de oferecer respostas datadas às questões de nosso tempo. Antes disso, creio eu, devemos intentar um exercício contínuo de transmutação para outras épocas e nos imaginar na condição daqueles que nos antecederam, avaliando como enfrentaram criticamente determinada situação histórico-estrutural concreta. Conhecer o panorama espacial e temporal no qual as ideias são produzidas, somente assim se pode atribuir significações não-evidentes às mesmas e abordar suas múltiplas dimensões; enfim, avaliar aquilo que nem mesmo os sujeitos envolvidos tiveram condições de sistematizar de modo mais amplo. Tal embate não deve ser um exercício fortuito, livresco, despreocupado com os impasses próprios de nosso momento histórico.

O sentido que atribuímos à noção de “mortos” é semelhante aquele que Charles Wright Mills conferia aos “pensadores clássicos” (MILLS, 1972). Devemos buscar um diálogo que seja criativo, que reconstrua os dilemas fundamentais com os quais se debateram, vislumbrando soluções mais inventivas aos anseios de nossa geração. Poucos ousariam dizer, mesmo em tempos de globalização onde as teorias pretendem-se distanciadas de um espaço concreto, nacional, que os clássicos do pensamento sociológico não têm ainda sólidas contribuições a nos oferecer (IANNI, 1997).

Discutindo a “sociologia da sociologia” de Octavio Ianni, ou uma parcela dela, é esta a ideia que pretendo trazer para a discussão. Não me parece algo destituído de importância a recuperação do debate realizado pelo autor,

embora muitos possam enxergá-lo como “datado” ou apenas mais um quadro na parede da história. Tendências apontadas por Ianni naquele contexto se tornaram majoritárias – imperativas, eu diria –, transformando a maior parte da atividade acadêmica num fim em si mesmo, sem grandes impactos sobre a vida social.

Porém, nos últimos anos tem existido um aumento significativo dos estudos sobre o pensamento social no Brasil. Talvez a certeza, cada vez mais evidente, do malogro do pensamento único, neoliberal, em boa parte associado a uma vaga ideia de globalização, reduzida às dimensões econômicas das transformações vivenciadas, tenha instigado essa reviravolta. Enfim, ideias como mudança social, desenvolvimentismo, nação e nacionalismo, projeto nacional; debates há pouco apontados como superados, novamente se tornaram pontos-chave da agenda de pesquisa das Ciências Sociais do país, ou ao menos dos sujeitos que buscam resistir ao canto pragmático da sereia do conservadorismo. Entretanto, é óbvio que os sentidos atribuídos e os pontos de análises são significativamente distintos daqueles que predominaram entre as décadas de 1950 e 1970.

Para resumir, a reprodução em larga escala de um processo contínuo de exclusão social, tal como o por nós vivenciado, exige essa volta aos clássicos do nosso pensamento sociológico, pois enfrentaram de modo admirável tais questões.

Sendo um dos principais representantes da tradição crítica do pensamento brasileiro, o retorno à obra de Octávio Ianni me parece um dos caminhos mais proveitosos neste sentido. Autor formado na escola de “tigres” idealizada por Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo, sua

trajetória é uma das mais marcantes na história de nossas Ciências Sociais. Ousaria a dizer que não há um só tema fundamental tratado pela sociologia brasileira, a partir da segunda metade do século XX, que não foi abordado por seus trabalhos, sempre a partir de um ponto de vista original. Também é necessário lembrar que se sua identidade intelectual fora desenvolvida na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da USP, suas reflexões ultrapassam em muito o conjunto de temas que geralmente é associado ao grupo ali alocado. Já em outros ambientes institucionais, fundamentalmente a Pontifícia Universidade Católica e a Universidade Estadual de Campinas, amplia seu leque de análise, assim como o horizonte intelectual.

Nossa escolha, entretanto, não é presa a determinado tema de sua obra, a “sociologia da sociologia” atravessa o tempo e o espaço em sua produção. A correspondência entre pensamento e transformações histórico-sociais foi uma constante em suas reflexões. Inclusive, no último período, quando passou a se dedicar a uma rica abordagem em torno da globalização como fenômeno histórico maior de nosso tempo. Em muitos artigos, entrevistas e intervenções em seminários, Ianni refletiu as novas injunções que as transformações globais interpunham aos cientistas sociais, às representações que tais faziam da realidade e de si mesmos.

O leitor deste trabalho pode então me questionar: Por que não se analisou esta sociologia da sociologia em toda a obra do autor? Ao que eu poderia tranquilamente responder que tal empreitada era impossível numa dissertação, uma modalidade de trabalho que cada vez mais tem sido reduzida a estudos pontuais e preliminares a tarefas de maior fôlego, desenvolvidas em níveis posteriores. De modo indireto, este tipo de abordagem me remeteria a

trabalhar de modo sistematizado toda a produção intelectual de Octavio Ianni. Sua sociologia da sociologia investiga tanto os fundamentos teóricos e condições histórico-estruturais na qual se desenvolve o pensamento sociológico latino-americano quanto informa as bases fundamentais de seus trabalhos.

Preferi, portanto, concentrar a análise em duas obras nas quais o autor estabelece os pontos basilares desta faceta de sua análise, *A sociologia da sociologia na América Latina*, publicada em 1971, e sua reedição ampliada, *A sociologia da sociologia no Brasil: o pensamento social brasileiro*, de 1989. O conteúdo dos artigos ali reunidos se distingue do tratamento oferecido em outras oportunidades, pois traduz uma intervenção bastante lúcida num período onde a produção sociológica da região vivenciava uma “polarização ideológica” fortemente marcada. Havia uma “politização” crescente e exagerada na maior parte dos trabalhos produzidos no país, em especial a partir da década de sessenta (MOTA, 1986).

Obviamente que a obra de Ianni tem uma dimensão política acentuadamente identificável, pois comprometida com a transformação da sociedade brasileira em favor das classes subalternas. Entretanto, o que pretendo tornar claro é que isto não impede que sua intervenção social se dê a partir do discurso eminentemente sociológico. É defendendo a sociologia como “autoconsciência científica da realidade social” que o autor profere sua intervenção como “intelectual público”. Sua contribuição à formação daquilo que se convencionou chamar de “sociologia crítica” no país, associada majoritariamente –mas não só- aos intelectuais de Universidade de São Paulo, pode ser sintetizada a partir desses estudos.

É dentro deste panorama geral que compreendemos a noção de “sociologia da sociologia”, tal como estabelecida por Octávio Ianni. Ela se refere à necessidade que o sociólogo tem em defrontar-se com as condições de produção de seu conhecimento, com as controvérsias metodológicas que se colocam entre pesquisa, problemática e teorias explicativas sobre a realidade. Como nos fala o autor: “[...] À medida que produz ensaios e monografias, a sociologia toma e retoma as controvérsias sobre as perspectivas teóricas, as possibilidades de explicação. O próprio objeto reitera-se nesse contexto. Talvez mais do que em outras ciências sociais, essa é uma disciplina que se questiona continuamente, à medida que se desenvolve e modifica” (IANNI, 1989c; p.6). Tem-se, pois, como uma das especificidades da sociologia a sua ‘historicidade’, ou seja, sua correspondência e concatenação dinâmica relacionada às transformações da sociedade que a envolve.

Os fundamentos teóricos da pesquisa aqui apresentada filiam-se de algum modo às proposições da sociologia do conhecimento, formulada de modo mais sistemático por Karl Mannheim, em seu livro *Ideologia e Utopia*, 1929¹. Nos apropriamos daquela relação que o autor húngaro estabelece entre desenvolvimento das ideias e os condicionantes histórico-estruturais do pensamento. Não nos interessa aqui os falsos debates nos quais se atribui a Mannheim uma concepção de “autonomia” do intelectual diante das forças e classes em luta na sociedade; isto, inclusive, não encontra correspondência em sua obra (LOWY, Michael, 2007).

¹ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1968.

À esta primeira acepção, somamos alguns elementos da sociologia crítica defendida por Charles Wright Mills, em especial em sua obra *A imaginação Sociológica*, 1959². Embora seja uma fonte inesgotável para reflexões em torno da sociologia, o autor americano não busca apresentar um método claramente estabelecido. Perseguimos em seu trabalho uma associação entre biografia e história, pensando a *razão* e a *liberdade* como compromissos da sociologia com a crítica e a mudança social.

Tais noções orientam nosso trabalho de modo implícito, pois o próprio encaminhamento que Octavio Ianni impõe às suas ideias nos leva a retomar esses assuntos no decorrer de seu desenvolvimento.

Procurei evitar o uso recorrente e mesmo uma linha analítica presa demasiadamente à noção de “campo científico”, embora reconheça que tal ideia, num outro sentido, poderia ser útil a esta pesquisa³. Tomei esta opção não apenas porque nosso autor não a utiliza em suas análises, mas fundamentalmente por considerá-la excessivamente inflexível. Utilizando-a, poderia cair num insustentável juízo de que fosse possível evitar a politização que o pensamento sociológico vivenciou naquele momento. Acredito que trabalhos alinhados a tal perspectiva buscam explicar mais como os sujeitos *deveriam* ter agido do que compreender como *responderam efetivamente* às questões de sua época.

² MILLS, Charles Wright. *A imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1972.

³ Para uma análise da sociologia de Octavio Ianni a partir de tal referencial, ver: PIRES, Alexandre Lucas. **Reflexões sobre a gênese dos estudos ambientais brasileiros**: estudo de sociologia das ciências sociais. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia, Ciências e Letras, IFCH, Campinas, 2007.

Estabelecidas estas colocações, podemos apontar a divisão do texto que trago ao leitor.

No capítulo inicial procuro apresentar alguns traços mais gerais da personalidade intelectual de Octavio Ianni. Destaca-se a noção de *obra* para analisar a coerência de sua produção, ao mesmo tempo em que estabeleço algumas correlações entre seu pensamento e a ambiência intelectual da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, fundamentalmente com a figura de Florestan Fernandes. Abordo, também, algumas características presentes nos estudos do autor sobre relações raciais e o relacionamento entre Estado e sociedade no Brasil; objetivando demonstrar, muito embora não sistematize, que os fundamentos da sociologia da sociologia, estudados no último capítulo, orientam a produção da intervenção crítica por ele realizada no panorama intelectual brasileiro.

No segundo capítulo trago um recorte temático sobre a evolução da sociologia e das representações que os intelectuais fizeram de si e desta ciência no Brasil, em especial a partir da década de trinta. Por ser um recorte, privilegio a Universidade de São Paulo e as transformações que esta vivencia neste processo. Busco destacar o caráter conservador que orienta o “liberalismo ilustrado”, responsável por sua idealização e concretização. Procuro, também, apontar como, a partir de uma nova conjuntura social, as gerações posteriores negam parcialmente este projeto conservador, estabelecendo as bases da chamada “sociologia crítica”, comprometida com a reforma da sociedade, elegendo a cidadania como um tema fundamental para a consecução desta transformação. Recupero, ainda, aspectos gerais que caracterizam algumas instituições que surgem como desdobramentos das

novas estratégias assumidas pelos intelectuais uspianos, destacando também outros *lócus* intelectuais que ofereciam projetos alternativos. Busco escapar de uma visão unilateral, que caracteriza boa parte dos trabalhos voltados a análise destes embates, compreendendo que o envolvimento com tema da “mudança social”, comum a todos estes grupos, permite algumas associações entre eles, embora desenvolvam estratégias e percursos irreduzíveis uns aos outros. Quando possível, aponto algumas intervenções de Octavio Ianni neste movimento.

No terceiro e último capítulo desenvolvo uma abordagem em torno do livro *A sociologia da sociologia na América Latina*, publicado pelo autor em 1971, assim como de sua terceira edição revista e ampliada. Aqui, embora não sistematizo ao longo do texto, associo a sociologia da sociologia de Octavio Ianni ao padrão de trabalho científico desenvolvido na FFCL. Compreendendo a sociologia como “autoconsciência científica da realidade social” o autor envolve-se numa série de contendas intelectuais, onde delinea os conteúdos ideológicos das ideias sociológicas em disputa na região. Avalio os impasses vivenciados ao longo da lenta e problemática institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e na América Latina.

Creio, embora ciente dos limites da abordagem que apresento diante de um tema tão amplo, que este trabalho já terá cumprido seu papel se o leitor contemporâneo buscar refletir, a partir das questões por ele levantadas, que a sociologia, antes que uma disciplina acadêmica e domesticada tal como temos presenciado nas últimas décadas, já foi pensada como uma força social realmente significativa.

Capítulo I

Octavio Ianni: o autor e sua obra

“Ianni possui uma obra. Esta dimensão, pouco valorizada no contexto brasileiro, plenamente reconhecida no europeu, é importante. Damos pouca atenção à noção de obra, o desenvolvimento de um conjunto de trabalhos ao longo do tempo. Isso requer criatividade, tenacidade e constância. Uma obra é a realização de um trabalho, a rigor deveríamos dizer, diversos deles, no plural”

Renato Ortiz

Em geral, quando um autor recupera algum excerto para destacar como epígrafe em um trabalho de sistematização, ele está - em verdade - procurando encurtar o caminho a percorrer, tornar sua tarefa menos árdua, não só para si, mas também estabelecer um ponto de referência sobre o qual seu leitor possa de alguma forma se apoiar para efetuar o contato com texto ou assunto apresentado. Apenas parcialmente este é o propósito que orienta nossa escolha. Destacando a noção de *obra* para caracterizar o conjunto da produção intelectual de Octavio Ianni, pretendemos justamente exprimir a impossibilidade de compreender sua reflexão a partir da simples apreensão de seus aspectos parciais. As copiosas facetas desta obra tornam arbitrária qualquer tentativa de abreviar o itinerário necessário para o seu entendimento mais amplo.

Neste primeiro capítulo buscamos apresentar uma visão relativamente abrangente, muito embora sucinta, da sua produção.⁴ Para tanto, mais

⁴ João Antônio de Paula (2009) apresenta um recorte de dez temas diversificados que podem ser encontrados na obra de Octavio Ianni, são eles: 1) a questão da escravidão; 2) a relação entre raças e classes; 3) a revolução social; 4) a industrialização; 5) o Estado; 6) a cultura; 7) a América Latina; 8) a reflexão sobre o fazer sociológico, a sociologia como um campo de estudos; 9) a questão agrária; e 10) a globalização e o imperialismo. Aceitando como válida esta divisão, podemos dizer que o tema fulcral de nosso trabalho é o item de número 8, o abordaremos com maior ênfase no terceiro capítulo. A reflexão sobre o fazer sociológico ultrapassa o tema e tempo em sua obra, estando presente, de modo direto ou não, em seus trabalhos mais significativos. Neste primeiro capítulo, destacaremos escritos mais ligados

importante do que uma descrição detalhada de todos os seus escritos, empreitada impossível para um trabalho desta natureza, nosso objetivo é demonstrar que há certos aspectos nucleares nesta trajetória. Determinados temas e problemas são recorrentes em seus trabalhos, assim como as perspectivas escolhidas para as análises, não por qualquer espécie de aversão ao novo, mas fundamentalmente porque continuam irresolutos no plano do real. Em Ianni, há uma compreensão bastante lúcida de como o intelectual deve posicionar-se diante de tais impasses.

Neste sentido, buscamos destacar a relação que o sociólogo estabelece entre *ciência* e *sociedade*. Esta escolha, não-temática, nos parece fundamental para a compreensão da ideia que informa sua sociologia. A concepção pela qual entendemos que Ianni orienta-se, em seu contínuo esforço na construção de uma “sociologia crítica”, oferece um eixo que nos adjudica possibilidade de operar com esta linha de trabalho.

Portanto, entende-se que para além das aparentes rupturas e discontinuidades, que à primeira vista possam ser apontadas em seus estudos, existem elementos que lhes conferem uma noção de conjunto. São perceptíveis certas inquietações que percorrem a totalidade de seus trabalhos, desde os primeiros que são caracterizados pelas tentativas de descortinar os mecanismos que operam na construção de nossas relações raciais, realizados entre fins dos anos 50 e início dos anos 60, àqueles que caracterizam seu último período, já a partir da década de 90, marcados pela busca em

aos itens 2 e 6. De modo geral, eles relacionam-se intimamente aos debates levantados nas demais obras de Ianni, assim como ao tema central desta dissertação.

estabelecer definições e compreensões mais sólidas para o fenômeno do globalismo⁵.

Articulando biografia e história, partimos do suposto de que a vida de Ianni, assim como da obra por ele tecida, embora encontrem determinados eixos norteadores para a reflexão contínua, devam ser associadas às transformações políticas pelas quais o país passou durante os cinquenta anos em que atuou como debatedor público no cenário brasileiro (RIBEIRO, 2009).

1.1 – O intelectual Octavio Ianni: biografia e história

É comum a utilização como recurso para a localização de Octavio Ianni no panorama da sociologia brasileira a estratégia de apresentá-lo como membro da segunda geração de cientistas sociais formados nos quadros da Universidade de São Paulo. Embora toque apenas na ponta de nosso “iceberg”, esta perspectiva tem por objetivo destacar alguns aspectos das orientações do autor, tais como a relação de sua figura intelectual como discípulo de Florestan Fernandes; seu papel como membro da chamada “Escola Sociológica de São Paulo”; enquadrá-lo no denominado “marxismo acadêmico” uspiano; enfatizar o teor de uma sociologia pautada por rigorosos padrões de trabalho científico.

⁵ O *globalismo* é entendido por Octavio Ianni como expressão contemporânea do ciclo de expansão do capitalismo. Segundo o autor, a natureza assimétrica do processo da globalização rearticula e estabelece novos significados a expressões como nacionalismo, colonialismo, imperialismo, mercantilismo, etc. Todas estas dimensões continuam a atuar, possuindo ainda uma importância relativamente significativa para a explicação da dinâmica da sociedade atual. Neste período as corporações transnacionais submetem todos os espaços à sua lógica econômica, redefinindo a política, a economia e a cultura, gerando novas tensões, o que implica numa necessidade de renovação no modo como representamos a sociedade. Ver: IANNI, OCTAVIO. A era do globalismo. 6ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

Em maior ou menor medida todos estes aspectos acima apontados são identificáveis. Porém, devemos tomar certa cautela ao trabalhar com noções tão genéricas, e ainda mais quando o tema em questão seja uma personalidade rica e movida por uma inquietude tão ampla diante do conhecimento, caso do autor estudado em nossa pesquisa. Sem abrir este parêntese, corre-se o risco de se pretender explicar o todo pelas partes. Pois, se por um lado ele é efetivamente membro da segunda geração uspiana, há traços de sua personalidade que nos impede de reduzir sua rica trajetória intelectual a este momento (NETTO, 2009); se seus trabalhos sofrem uma influência decisiva do estilo de pensar inaugurado por Florestan Fernandes, também antecipam temáticas e orientações que mesmo o seu mestre apenas posteriormente iria assumir (IAMAMOTO, 2009); apesar de parecer inquestionável a afirmação da existência de uma “escola”⁶, assim como de uma orientação “marxista” particular aos principais intelectuais da antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, esta não comporta uma homogeneidade irrestrita entre seus membros⁷.

⁶ Élide Rugai Bastos (2002) identifica alguns elementos que permitem conferir o caráter de uma *escola* de pensamento aos autores que compõem o grupo uspiano. Ao recusarem as análises dualistas diante da mudança social, possuíam um eixo de abordagem comum em seus trabalhos. Os questionamentos destes intelectuais direcionavam-se às razões, ao perfil e aos efeitos do *atraso* no país. “[...] *Correndo o risco de simplificação, creio poder reuni-las em três indagações: Como explicar o dinamismo da economia brasileira em face de outros países da América latina, um dinamismo que, mesmo com autonomia da colônia, continua com seu centro definido externamente? Por que esse dinamismo, apesar de ter gerado uma base produtiva diversificada, reitera a exclusão social, a pobreza e as disparidades regionais? Como compreender a presença de elementos arcaicos e modernos na estruturação da sociedade de classes brasileira*” (BASTOS, 2002, p.186-187).

⁷ João Antônio de Paula (2009) ressalta que as gerações formadas no interior da Universidade de São Paulo, tendo em Fernando de Azevedo, Roger Bastide e Florestan Fernandes os pioneiros, são heterogêneas, inclusive internamente entre si. No segundo capítulo buscaremos demonstrar, dentre outros elementos, que mesmo sendo verdade que o pensamento marxista marcou as obras dos

Octavio Ianni inicia seus estudos no curso de Ciências Sociais da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, FFCL, no ano de 1949. Após a defesa da dissertação de mestrado, intitulada *Raça e mobilidade social em Florianópolis*⁸, em 1957, passa a lecionar na mesma instituição, onde permanece até ser aposentado compulsoriamente pela ditadura militar, com base no Ato Institucional nº5, no ano de 1969. Ainda ali, realiza sua tese de doutorado, *O negro na sociedade de castas*⁹, em 1961, assim como a livre docência, *O Estado e o desenvolvimento econômico no Brasil*¹⁰, em 1964, trabalhos posteriormente transformados em livros que hoje são considerados clássicos das Ciências Sociais do país.

Segundo o próprio Ianni (2006), a vida intelectual desenvolvida na Universidade de São Paulo naquele momento pautava-se por uma ênfase na pesquisa. Assevera que havia uma “batalha” entre uma sociologia de inspiração alemã, de matriz mais filosófica, com Weber como referência, e uma segunda vertente, de nítida inspiração norte-americana, com uma apropriação particular de Durkheim, esta última majoritária. Entretanto, nos dois casos tratava-se de buscar estabelecer um estatuto dito “científico” para a nova

principais representantes do grupo uspiano, as apropriações do mesmo se dão com significativas diferenças e perspectivas de análise.

⁸ Grande parte dos resultados desta pesquisa já havia sido antecipada no livro de estréia do autor, escrito a quatro mãos com Fernando Henrique Cardoso: CARDOSO, Fernando. H. & IANNI, . **Côr e mobilidade social em Florianópolis**. Aspectos das relações entre brancos e negros numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo, Editora Nacional, 1960.

⁹ IANNI, . **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional**. São Paulo, DIFEL, 1962.

¹⁰ IANNI, . **Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

disciplina. Este impasse era compreendido não sem maiores problemas de fundo, mas na totalidade de suas tensões:

[...] Valorizavam bastante as técnicas e os métodos de pesquisa, ao lado de teorias, na busca de um conhecimento que pudesse ser apresentado como científico. Às vezes chegava-se a uma “visão naturalista”. Ganhava-se uma aguda compreensão da anatomia do fato social e perdia-se a fina compreensão do espírito.

Essa orientação estava fortemente marcada pela razão positivista. Havia uma acentuada concepção de ciência proveniente das ciências físicas e naturais. Seja pela influência do metodologismo da Sociologia norte-americana, seja também, no contraponto com Weber. Mas Weber ficou como se fosse uma espécie de Prometeu do século XX ¹¹ (IANNI; 2006, p.50)

Nesse sentido, entendemos que é importante para uma compreensão mais completa do contexto particular que marca sua formação e do grupo do qual fazia parte ressaltar minimamente a ambiência intelectual que era vivenciada na FFCL dos anos 50.

O autor desenvolveu sua formação a partir de uma convivência profícua com mestres e companheiros extremamente destacáveis no quadro das Ciências Sociais do país, tais como Roger Bastide, Fernando de Azevedo, Lourival Gomes Machado, Paul Arbousse-Bastide, Lívio Teixeira, Antônio Cândido, Gilda de Melo e Souza, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros (idem, p.49). O interesse, posteriormente desenvolvido em algumas de suas obras e textos referenciais, por questões relativas à

¹¹ Basílio Salum Junior (2002) demonstra que o “marxismo uspiano”, em especial em Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, de modo algum pode ser associado a qualquer espécie de dogmatismo, pois que outras vertentes, principalmente Max Weber, eram criativamente incorporadas.

metodologia e fundamentos históricos da sociologia,¹² parece ter recebido seus primeiros impulsos deste padrão de trabalho experienciado em tal *lócus*.

Ao longo desse tempo, travei conhecimento com autores, obras, teorias e controvérsias, consideradas de interesse no campo da Sociologia: funcionalismo, método tipológico ou compreensivo, sociedade e natureza, teoria e pesquisa, descrição e explicação, quantidade e qualidade, pesquisa de campo e reconstrução histórica, comparação e experimentação, história e duração. Estavam em questão: Durkheim, Weber, Sombart, Tönnies, Simmel, Park, Merton, Znanieck, Wright Mills, Lundberg, P. Young, H. Hyman, Lazarsfeld, B. Berelson, F. Kauffmann [...] (IANNI; 2003, p.49).

Dentre as personalidades anteriormente alocadas, deve-se destacar a relação de Ianni com Florestan Fernandes, principal articulador do grupo uspiano. Inicialmente discípulo, compartilha com este uma convivência que se estenderá por toda a trajetória de ambos. Com razão, atribui-se a Ianni o papel de principal continuador da obra iniciada por Florestan no sentido de promover uma leitura crítica da sociologia e da tradição do pensamento historicista brasileiro, assim como no compromisso entre pensamento social e transformação da sociedade no sentido das classes populares (NETTO, 2009).

Embora chegue a relativizar a importância do núcleo uspiano como grupo homogêneo e articulado¹³, em especial aquele reunido em torno da

¹² *Sociologia da sociologia latino-americana* (1971), *Sociologia e sociedade no Brasil* (1975), *A sociologia e o mundo moderno* (1989), *Sociologia da sociologia: o pensamento social brasileiro* (1989), *A crise de paradigmas na sociologia* (1990), *A sociologia numa época de globalismo* (1997), *As Ciências Sociais na Época da Globalização* (1998), dentre outras.

¹³ Ao comentar o papel desempenhado pelo grupo, contrariamente a certa tradição que supervaloriza o papel que este desempenhou, o autor pondera seus desdobramentos. Embora reconheça a dimensão crítica e progressista dos trabalhos produzidos por esses intelectuais, Octavio Ianni afirma: *“De fato eu, o Fernando Henrique, a Marialice M. Foracchi e, em outro momento, também Leôncio Martins Rodrigues, Luiz Pereira e José de Souza Martins formamos uma equipe que trabalhou com Florestan. Foi nesse clima, dos anos 40, 50 e 60, que se desenvolveu, de certo modo, um compromisso com a pesquisa, com a discussão dos problemas sociais e com a continuação da interpretação da análise da sociedade brasileira. Em parte, uma espécie de visão crítica das interpretações da que havia interiormente. Esse compromisso era bem acadêmico, nós estávamos engajados no estudo dos problemas fundamentais e*

Cadeira de sociologia I¹⁴ da FFCL, em momento algum Ianni faz o mesmo com relação à importância atribuída a seu mestre no panorama do pensamento crítico brasileiro e latino-americano.¹⁵

As pesquisas que Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso¹⁶ realizaram no sul do país, tendo por tema as relações raciais, são um

na realização de pesquisas. Depois, cada um foi para o seu lado. O golpe de 64 espalhou estes elementos para diferentes lugares” (IANNI; 2003, p.53, Grifos meus). Talvez esta sugestão do autor possa indicar uma boa linha de partida para uma análise mais aprofundada acerca das discordâncias políticas e metodológicas verificadas entre seus trabalhos e as análises de Fernando Henrique Cardoso sobre o significado histórico do regime instituído em 1964. Embora este tema ainda padeça de um tratamento mais demorado por parte da sociologia brasileira, uma exploração neste sentido foge aos propósitos desta dissertação.

¹⁴ É importante assinalar, embora com ressalvas, esta diferenciação em torno das duas cadeiras de sociologia da Universidade de São Paulo em seus primeiros tempos. Como buscamos destacar ao longo do texto, muito do que se convém chamar de “escola uspiana” não compõe um corpo homogêneo. Numa perspectiva mais genérica pode-se dizer que, e isto em especial a partir dos anos 50, quando Florestan assume a cadeira de Sociologia I, em substituição a Roger Bastide, e, ao mesmo tempo, Antônio Cândido se torna a principal cabeça na cadeira de Sociologia II, contornos mais específicos entre as duas possam ser estabelecidos (talvez, inclusive, responsáveis pela criação de duas tradições). Enfim, na cadeira I irá se impor uma noção de trabalho que buscará estipular padrões rigorosos para o estabelecimento de um estatuto dito “científico” à sociologia – e a partir disto, entenda-se uma sociologia voltada às questões colocadas pela industrialização ou, numa perspectiva mais ampla, desassossegada diante da mudança social; reflexões sobre métodos e objetos particulares à sociologia enquanto campo de estudos – já na segunda observar-se-á uma maior flexibilidade temática e liberdade intelectual – pois voltada, majoritariamente, ao tratamento de elementos estéticos (literatura, cinema, teatro, etc.) e estudos rurais–. Este não deixa de ser um assunto carente de uma abordagem mais ampla pelos estudos que analisam o desenvolvimento e institucionalização das Ciências Sociais no país. Embora relativamente dicotômico, pois associa a cadeira I a uma perspectiva demasiadamente pragmática – e, devemos dizer contrária à nossa – o trabalho de Pulici (2004), dentre outros por nós analisados, é o que mais avançou nesta questão. Remetemos o leitor à sua leitura. Ver: PULICI, C. **De como o sociólogo deve praticar o seu ofício: as cátedras de sociologia da USP entre 1954 e 1969.** 2004. 176f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

¹⁵ Ver do autor: *Problemas de Explicação na Sociologia* (1971), *A obra de Florestan Fernandes* (1997), *Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira* (2004).

¹⁶ Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, em diferentes momentos entre os anos de 1955 e 1960, realizaram importantes pesquisas no sul do país. Inicialmente os dois trabalharam conjuntamente no levantamento de documentação a respeito da situação dos negros em Florianópolis, em 1955, posteriormente os esforços de Ianni desdobraram-se em um trabalho de maior fôlego que buscou investigar a questão na região de Curitiba, enquanto Cardoso pesquisaria áreas em torno de Porto

desdobramento dos trabalhos iniciais desenvolvidos por Florestan Fernandes e Roger Bastide, levadas a cabo com incentivo financeiro da Unesco, no início da década de 50 (BRITO, 2005). Estes trabalhos têm o mérito de promover a desconstrução do “mito da democracia racial”, tal como formulado nas interpretações sociológicas brasileiras a partir dos anos 30, com a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1933). São estudos que problematizam o *preconceito racial* como um dos pilares constitutivos da sociabilidade desenvolvida no país (IANNI, 2003). Neste sentido, ao passo que, em importância sociológica, o igualam ao dito *preconceito de classe*, já é possível identificar nas obras destes intelectuais uma releitura crítica e autônoma de nosso pensamento social com relação às teorias e explicações clássicas em torno do desenvolvimento das sociedades modernas. Há determinadas especificidades e particularidades históricas no Brasil que passam a orientar a recepção e produção de uma Ciência Social significativamente marcada pela historicidade dos processos.

Para Ianni (2004), Florestan inaugura um novo estilo de pensar a realidade brasileira, este novo estilo arma-nos de recursos capazes de reinterpretar a história sociedade e também da sociologia que se desenvolveram no país:

Em Florestan Fernandes o pensamento se pensa todo o tempo. As suas contribuições críticas históricas e teóricas estão permeadas pela reflexão crítica sobre as relações entre o pensamento e o pensado. Em sua obra há uma análise

Alegre e Pelotas, no Rio Grande do Sul, o que resultou em seu clássico *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962) (MEUCCI, 2007). Estas pesquisas comprovavam que a situação dos negros na parte meridional do país era distinta da encontrada em outros pontos do Brasil que conviviam com legado da economia colonial (BRITO, 2005).

contínua, oportuna e aguda, sistemática quando necessário, sobre a sociologia brasileira, vista como um *sistema de saber* (IANNI, 1989c, p.85, grifos nossos).

Até os anos trinta, o pensamento estava focalizado sobre o *Estado* e não sobre a *sociedade*, somente com o início do processo de institucionalização da sociologia e a estruturação desta como um “sistema significativo” começou a alterar-se tal situação (IANNI, 2004). Na ótica de Ianni, Florestan faz parte da terceira geração da sociologia brasileira¹⁷, produzindo uma obra que se destacaria no sentido de inaugurar uma nova linguagem, a sociológica, abrindo assim novas possibilidades de reflexão e transformação da realidade social do país. Trata-se do criador da *sociologia crítica* no Brasil, elaborador de uma reflexão que interroga e problematiza a realidade social, assim como o pensamento produzido sobre ela (*Idem*).

Florestan nutre-se das mais diversas fontes de pensamento, a saber; (a) os clássicos modernos; (b) o marxismo; (c) correntes críticas do pensamento brasileiro; (d) os desafios da época; (e) a inclusão das classes subalternas na reflexão sociológica; É a partir da rearticulação destes diferentes matizes no interior de seus estudos que fundamentaria uma nova interpretação da sociedade brasileira, em especial no tratamento de seus principais dilemas históricos, ou seja, a *colonização*, a *escravatura* e a *revolução burguesa* (*Idem, Ibidem*).

¹⁷ Na primeira geração, Octavio Ianni classifica os trabalhos com acentuados tons historiográficos, realizados nos anos 30, tais como em Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, dentre outros. Na segunda, prevalecem as pesquisas de campo, seus principais representantes seriam Donald Pierson, Roger Bastide e Artur Ramos. Nesta terceira geração, observa trabalhos desenvolvidos a partir da década de 40, onde há uma combina o das contribui es dos clássicos e modernos, nacionais e estrangeiros. Os principais representantes seriam Guerreiros Ramos, Luiz A. Costa Pinto e, obviamente, Florestan Fernandes. Detalhes. Ver: IANNI, 1971; p.89-92.

Aceitando a hipótese levantada de que nosso autor seja o principal continuador desta tradição na sociologia brasileira¹⁸, podemos afirmar que em sua obra há uma incorporação criativa destas fontes, com o acréscimo, inclusive, de novos elementos. Nossa pesquisa nos leva a defender a assertiva de que em Ianni há uma sofisticação deste esquema, pois, às fontes destacadas, somam-se: (a) a própria incorporação do patrimônio sociológico legado por Florestan Fernandes; (b) a vertente crítica da sociologia e da historiografia latino americana; (c) os documentos estéticos, em especial a literatura, como componentes que abrem novas possibilidades à reflexão; (d) o debate contemporâneo, a partir da incorporação da discussão em torno da globalização, como elemento que estabelece novo estatuto à sociedade e à sociologia atual.

1.2 temas métodos e temáticas envolvidas em sua sociologia

A sociologia de Ianni percorre os mais substantivos temas, teorias e métodos que foram abordados pelas Ciências Sociais do Brasil ao longo do século XX. O fomento pelo debate com correntes diversas e a persistência pela busca de reconstruir as inúmeras facetas e relações do objeto com a totalidade da vida social conferem certa originalidade à sua obra. Procuremos, portanto, destacar o modo como este processo se dá em seus trabalhos, recuperando algumas das principais problemáticas presentes em alguns textos do autor.

¹⁸ Há muitos outros, tais como Fernando Henrique Cardoso, José de Souza Martins, apenas para citar alguns. Pode-se dizer, inclusive, que o princípio metodológico inaugurado por Florestan Fernandes, ou seja, pensar o global a partir da periferia e problematizar os arranjos singulares entre o arcaico e moderno, assim como suas conseqüências para o país, orienta um linha viva até hoje no pensamento social brasileiro. Ver (BASTOS, 2002)

Com relação aos métodos, de sua parte, há uma postura bastante favorável em conferir certo caráter qualitativamente distinto do materialismo histórico em relação aos demais, com a valorização da *dialética*¹⁹ como categoria fundamental para se pensar as transformações das sociedades (IANNI, 1971b & 1989). Refletindo o papel que o marxismo cumpria no debate intelectual travado na USP dos anos 50, o autor destaca que embora se possa lhe atribuir tal diferenciação o método de Marx não serviu como recurso à explicação unilateral ou mesmo como uma espécie de atalho a qualquer forma de compreensão esquemática da sociedade, mas sim como uma vertente intelectual que propiciava uma análise mais elaborada das contribuições de outros grandes pensadores das Ciências Sociais:

Esse conhecimento representou um questionamento da formação adquirida até então. Alargou horizontes e recolocou problemas. Permitiu uma visão crítica da Sociologia e das Ciências Sociais, a partir de uma perspectiva carregada de história. Inclusive propiciou uma revalorização das contribuições básicas de cientistas sociais clássicos e modernos, em sua originalidade e valor. Tornou-se possível reinterpretar e revalorizar Durkheim e Weber, da mesma maneira que Tocqueville, Maquiavel e outros. Assim, a realidade social parecia ganhar outras dimensões, compreendendo a cultura, o espírito numa escala ampla. Além de tudo, o conhecimento da dialética, por intermédio da obra de Marx, abriu outra perspectiva de análise da realidade brasileira e latino-americana. Ampliou-se a compreensão da sociedade enquanto uma realidade complexa, em termos sociais, econômicos, políticos e culturais (IANNI, 2006; p.50)

Max Weber, por outro lado, também ocupa um lugar de destaque em seus trabalhos. As análises sobre o Estado e as diversas formas de dominação que este exerce sobre a sociedade e a economia, assim como a

¹⁹ Sérgio Adorno (2007) aponta que, mais do que Florestan Fernandes e os outros membros do grupo uspiano, Octavio Ianni foi quem mais trabalhou para a divulgação do método dialético no meio acadêmico brasileiro, aplicando-o sistematicamente em suas pesquisas.

interpretação da burocracia no Brasil, são fortemente influenciadas pela obra do sociólogo alemão. Segundo importantes intérpretes, como Luiz Werneck Vianna (1999), a própria teoria do populismo de Ianni provém de uma matriz weberiana.

A estas duas correntes majoritárias, é possível identificar em sua obra certa incorporação de autores da sociologia e da ciência política de origem estadunidense (RIBEIRO, 2009; p.49). Embora exista em toda a sua “sociologia da sociologia” uma ponderação bastante demorada quanto ao caráter positivista dos métodos e técnicas de pesquisa sociológica desenvolvidos nos Estados Unidos, é perceptível a adoção de recursos da sociologia norte americana nos trabalhos sobre as relações raciais no Brasil meridional. Também podemos identificar em seus estudos referências constantes a autores da corrente crítica da sociologia dos Estados Unidos, com especial destaque a Charles Wright Mills e Louis Erving Horowitz.

Os diversos trabalhos de Ianni sobre as relações raciais no Brasil buscam interrogar de modo crítico a interpretação anterior sobre o tema. Entendendo o preconceito como constituinte fundamental da sociabilidade que vigorou no país, oferecem um eixo concreto para que possamos pensar a sociedade brasileira em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Já afirmamos que as pesquisas que Octavio Ianni desenvolveu em conjunto com Fernando Henrique Cardoso, entre a segunda metade da década de 50 e os primeiros anos da década seguinte, são um desdobramento do trabalho pioneiro organizado por Florestan Fernandes e Roger Bastide com financiamento da Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação,

Ciência e Cultura , entre os anos de 1951 e 1953. Neste projeto inicial, tratava-se de disponibilizar recursos financeiros e materiais para que pesquisadores brasileiros investigassem o fenômeno da chamada “democracia racial”, supostamente atribuída ao país. Os financiadores do projeto buscavam comprovar esta hipótese e apontar o país como um exemplo a ser seguido no contexto do pós-guerra, fortemente marcado por tensões raciais (MAYO, 1997; EVANGELISTA, 2000; BRITO, 2005; MEUCCI, 2007).

Não circunscrita a São Paulo, esta agenda reuniu importantes pesquisadores, tais como, Thales de Azevedo (Salvador), Luiz de Aguiar Costa Pinto (Rio de Janeiro), René Ribeiro (Recife) e Florestan Fernandes, Roger Bastide e Oracy Nogueira (São Paulo),²⁰ marcando um momento decisivo na história das Ciências Sociais do país no século XX (MEUCCI, 2007). Um conjunto de importantes trabalhos foi produzido a partir desta pesquisa, embora com interpretações e níveis teóricos acentuadamente diferenciados em seu interior. Os resultados das pesquisas do Rio de Janeiro e de São Paulo, em especial, contrariavam as expectativas dos financiadores, fazendo-os desistirem da continuidade do projeto.²¹

Por outro lado, os estudos de Ianni sobre o complexo processo de transformação das representações em torno do homem negro, de antigo

²⁰ “Paradoxalmente o projeto da Unesco chegou tanto à Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) quanto na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), ampliando os estudos sobre os problemas étnicos que já estavam sendo encaminhados por Donald Pierson, Herbert Baldus, Roger Bastide, Virginia Bicudo, Oracy Nogueira, Emílio Willems, entre outros (BRITO, 2005; p.21).

²¹ Octavio Ianni, inclusive, por diversas vezes questionou esta atitude da Unesco como um dos maiores exemplos das relações íntimas que a ciência mantém com a ideologia. O autor recorda ainda que, diferente do que acontecia com outros projetos semelhantes financiados pela instituição em outros países, esses trabalhos, embora contivessem um nível teórico e metodológico inquestionáveis, jamais foram traduzidos para inglês e o francês (IANNI, 1971; 2006):

escravo em proletário e cidadão, antecipam um movimento de transformação vivenciado na ideia de Ciência Social produzida na FFCL.

A principal característica deste novo modelo sociológico encontra-se na centralização da temática da “mudança social” que era verificada no país a partir da segunda metade do século passado. É necessário apontar que é em torno desse tema crucial que se organizará toda uma nova agenda de pesquisa, onde se destacará trabalhos sobre a industrialização, as novas configurações do empresário e do proletariado, as transformações nas ações e papéis assumidos pelo Estado com a afirmação de uma sociedade propriamente de classes.

Enfim, é a estruturação da sociedade burguesa e a disposição dos agentes sociais em um novo terreno onde a crise e o conflito emergem como características indeléveis, irrompendo em transformações que demandavam, inclusive, uma reavaliação sistemática daquilo que foi pensado sobre o país até então.

1.3 O sentido dos estudos raciais

As contribuições de Octavio Ianni ao estudo dos efeitos de nossas relações raciais na configuração da organização da sociedade brasileira são das mais notáveis. Embora se possa encontrar em sua obra reflexões de caráter mais geral sobre o tema, seus os trabalhos com pesquisas de campo se deram fundamentalmente na região sul do Brasil, ampliando o horizonte de pesquisas inaugurado por Florestan Fernandes e Roger Bastide na análise da transição, em São Paulo, da sociedade de castas, escravocrata, para uma formação social aberta, de classes.

A princípio, o que fundamentou esta nova empreitada investigativa sobre as relações raciais no Brasil, era a possibilidade de conferir em que medida as explicações obtidas para as outras regiões eram também válidas para o que se denominou de 'zona meridional' da sociedade brasileira (compreendida pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Tratava-se de um esforço de alargamento das condições de explicação sociológica das relações raciais na sociedade brasileira. A região sul do país teria chamado atenção não apenas porque foi excluída do *Projeto Unesco*, mas em consequência de certas peculiaridades de sua formação histórico-social, quais sejam, a ausência de produção de produtos tropicais e de escravidão em grande escala e a presença de uma colonização estrangeira bastante diversa do resto do país (MEUCCI, 2007; p.2)

Já no primeiro trabalho dedicado à temática, *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, utiliza termos e conceitos próprios do método funcionalista (BRITO, 2005), porém, rearticulando-os de tal modo à organização econômica da sociedade, às suas formas de representações ideológicas, que acaba ultrapassando em muito os modelos estáticos de compreensão das relações sociais. Os limites impostos por teses como a da "demora cultural" são superados pela compreensão de que "[...] existem elementos totalizadores da explicação e não é por acaso que as diferentes esferas do social desenvolvem-se de forma descompassada, essa pesquisa lança bases para um novo patamar de reflexão que se explicitará na segunda fase de Ianni sobre a questão social." (BASTOS, 1996, p.90)

A obra que irá marcar esse segundo momento ²² da abordagem de Ianni no que tange às relações raciais no Brasil será *As metamorfoses do*

²² A divisão em três momentos com relação aos estudos que envolvem a temática racial na obra de Octavio Ianni, adotada como referência para nossa abordagem, é estabelecida por Elide Rugai Bastos (1996). Ver: BASTOS, Elide. **Octavio Ianni: a questão racial e a questão nacional**. In: CRESPO, Regina Aída & FALEIROS, Maria Isabel Leme (org) **Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni**. São Paulo, Editora Unesp, 1996, p. 79-99.

escravo, publicada em 1962 ²³. Nela, procura compreender os diferentes arranjos e sentidos que o trabalho vai vivenciando em razão das transformações nos ciclos econômicos pelos quais passou o estado do Paraná, mais especificamente a região em torno de Curitiba.

Distintas formas de produção se alternam, apresentando características peculiares de utilização da forma de trabalho: primeiramente a mineração de metais preciosos, associada ao apresamento de indígenas, de meados do século XVI até fins do século XVII; depois a economia pecuária, de princípios do século XVIII, que transforma mineradores em tropeiros, criadores e comerciantes de gado; e, concomitantemente a esta, a produção e comercialização de erva-mate (Idem, p.90)

É na dialética materialista de Marx que o autor encontrará o modelo apropriado para compreender as complexas configurações assumidas pelo sistema ao longo do processo histórico. O eixo explicativo, então, passa necessariamente pelo trabalho, no caso o escravo, modalidade inerente à economia brasileira e responsável por marcas duradoras na cristalização das relações sociais que se desenvolveram no país.

Desta forma, a valorização súbita do trabalho produtivo, posteriormente à abolição; a redefinição do papel social do negro; a imigração dos colonos europeus; os esforços modernizadores do Estado em conformidade com os interesses de classe dos proprietários curitibanos; todos estes elementos são reordenados, compreendidos cada um a partir das relações que estabelecem com os demais, e expostos, ao fim, como aspectos do “concreto pensado”. A economia da região aparece como um “sub-sistema” que se articula

²³ Na elaboração desse trabalho utilizamos a segunda edição da obra, revista e ampliada pelo autor, no ano de 1988.

dinamicamente com o desenvolvimento da “revolução burguesa” que, então, assumia novos delineamentos em âmbito nacional.

Ao buscar compreender a relação entre raças e classes no Brasil a partir do materialismo histórico, apreende elementos que singularizam nossa formação social. Pois é lento o processo que rompe com os mecanismos que operavam na organização anterior, onde “[...] o negro e o mulato são acepções da mesma categoria do sistema econômico; fornecem a mão-de-obra produtora de valores. Mas não é só a sua força de trabalho que é mercadoria, pois são colocados entre os meios de produção pelos próprios proprietários [...]” (IANNI, 1988, p.112). Esta transição, da “sociedade de castas” à “sociedade de classes”, embora rompa parcialmente com tal configuração, mantém a estruturação assimétrica das relações sociais; o regime da propriedade fora preservado, a apropriação privada do trabalho humano fora mantida intocada. Deste modo:

O trabalhador livre, em face do antecessor escravizado, é produto de uma verdadeira revolução no modo de produção. Mas é ainda um trabalhador com possibilidades escassas de beneficiar-se do próprio trabalho. O domínio da sociedade continua nas mãos dos proprietários dos meios de produção. A sociedade continua, por isso, seccionada em camadas sociais hierarquicamente distribuídas. Nesse universo, a ideologia dos grupos continua marcada por uma condição básica. Na sociedade de classes em elaboração, a ideologia de classes tem papel decisivo na caracterização e manutenção do novo mundo social. A ideologia dos proprietários dos meios de produção e compradores da força de trabalho será, portanto, marcada por seus interesses fundamentais. Por trás da ideologização dos fatores em jogo, é possível a análise desembaraçar as significações determinantes das relações de dominação exercidas pelos brancos sobre os negros (IANNI, 1988, p.250-1).

Assim, neste contexto imediato à libertação dos cativos, o universo ideológico dos negros ainda continuou controlado pelos brancos. O peso do passado continuou operando como elemento inibidor de um novo patamar de socialização. A própria aceitação dos elementos culturais dos negros dá-se a partir de um refinado mecanismo que permite à camada social dominante incorporar somente aqueles componentes que não são politicamente operativos. Diante de tais considerações, a tese da “democracia racial”²⁴ perde seu potencial explicativo, visto que, efetivamente, agiria como inibidora de uma concreta integração social (BASTOS, 1996; p.95).

²⁴ O embate entre as duas linhas interpretativas se dá em torno dos efeitos que atribuem ao *passado* na formação do Brasil moderno. A tese da “democracia racial” tinha afluxo no universo mental e ideológico das elites brasileiras, porém recebeu sua definição mais concreta a partir da publicação da obra do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, em 1933, embora o autor não se remeta diretamente ao termo. De acordo com essa idéia, o padrão de socialização imposto pelo agente português no período colonial teria favorecido uma integração sem conflitos entre africanos e ibéricos. Esta “convivência pacífica” entre os dois principais grupos sociais –note que Freyre atribui atenção extremamente reduzida ao elemento indígena em nossa formação social – contribuía para o desenvolvimento de um padrão culturalmente democrático de convivência social no Brasil, livrando-nos de preconceitos raciais, tais como os que seriam encontrados nos Estados Unidos, por exemplo. Já para os intelectuais uspianos, contrariamente, a configuração assimétrica das relações entre os grupos raciais, branco colonizador e negro colonizado e escravizado, agiria como obstáculo à afirmação de uma sociedade onde a democracia e a cidadania pudessem se afirmar como valores universais. Assim, ao passo que a competição e o conflito passavam a ocupar espaço na sociedade de classes, em especial no mundo do trabalho, os agentes interessados passavam a essencializar a cor da pele, atribuindo méritos e valores diferentes aos indivíduos de distintos grupos étnico-raciais. Deste modo, a temática racial passa a ser encarada como elemento importante para se pensar as dificuldades que o país enfrentou para formar uma idéia coerente em torno do conceito de *Nação*; já que um ambiente orientado a partir da noção de *direitos*, particular à sociedade de classes, encontra-se tolhido pela permanência da requisição de *privilégios*, típico da sociedade de castas que oferecia oportunidades desiguais a brancos e negros. “A predominância da “cor da pele” como elemento que distingue uns e outros revela a utilização de um fator plástico na interação entre os indivíduos. Trata-se de um elemento susceptível de múltiplas nuances. Todavia, é mais visível para o branco. Em situação de conflito com um negro ou mulato, seja por que motivo for, a cor assume uma importância simbólica para aquele. É nesses momentos que o branco usa a expressão negro, como conotação pejorativa, dirigida a negros e mulatos, indistintamente. A ofensa será tanto maior quanto mais claro se considera o indivíduo, que vê assim sua “origem” posta em evidência.” (IANNI, Octavio, 1972; p.135)

Os trabalhos *Raças e classes sociais no Brasil*, 1970, e *Escravidão e racismo*, de 1978, são os principais representantes do terceiro momento do autor sobre a questão racial. Reunindo ensaios escritos em diversos períodos, Ianni retoma o tema avaliando como ele se coloca em alguns países da América Latina. *Raça* e *classe* são encaradas como categorias complementares e diretamente relacionadas às suas preocupações com a “questão nacional”²⁵, outro forte eixo de sua obra.

Os conflitos nestas sociedades estão associados às relações que mantém com tais categorias. Aqui, Ianni promove análises histórico-estruturais dos padrões de sociabilidade dos países analisados. Contrapondo-se, em especial em *Escravidão e Racismo*, às interpretações que contrastam o modelo de estruturação da questão racial brasileira com o ocorrido nos Estados Unidos. Segundo esta ideia, lá teria predominado o conflito permanente, com o desenvolvimento do preconceito de raça, enquanto nosso padrão se caracterizaria pela acomodação generalizada, ou pelo desenvolvimento de um conflito unicamente de classe (IANNI, 1978; p.96). Com isso, Ianni aponta para o dado essencial de que todos esses elementos devem ser dialeticamente relacionados, pois a questão racial está intimamente associada ao modo como se organizou, nos diferentes períodos, a economia nos diversos países. Não sendo, portanto, um dado do acaso o fato de os grupos marginalizados estarem concentrados no setor da população que é vítima dos preconceitos raciais. Em outro trabalho, já bem distante no tempo, o autor afirma que “[...] a questão racial revela, de forma particularmente evidente, nuançada e

²⁵ Ver, também do autor: *Classe e nação* (1987), *A idéia de Brasil moderno* (1994) e *A questão nacional* (1986), este último com Élide Rugai Bastos.

estridente, como funciona a fábrica de sociedade, compreendendo identidade e alteridade, diversidade e desigualdade, cooperação e hierarquização, dominação e alienação” (IANNI, 2004, p.1).

[...] é fundamental não perder de vista o fato de que a ideologia racial é expressão da consciência social do branco dominante, reifica e transfigura o significado e a prática das relações reais. Esse fenômeno escapou, em graus variáveis é certo, a Tannembaum, Harris, Freyre, Pierson, Nogueira e alguns outros. Para eles, a ideologia racial parece ser uma expressão mais ou menos transparente das relações raciais, em lugar de expressão transfigurada dessas relações (IANNI, apud BASTOS, 1996, p.97)

Buscando uma compreensão mais concreta da realidade, demonstra como a questão racial na América Latina está intimamente ligada à resolução da questão nacional (Idem).

Em *Raças e classes sociais no Brasil* analisa como se dá essa relação no país. A abordagem se assenta no fato de que os setores conservadores de nossa sociedade elaboraram mecanismos impeditivos à assimilação dos negros na sociedade de classes que se desenvolveu a partir da transformação do modo de organização da economia na formação da jovem nação. Desse modo, os impasses para a vivência de uma estrutura democrática efetiva já não apareceriam como fruto de um “mal entendido”, mas sim como consequência direta de uma “sociedade que não deixa e não pode deixar avançar a democracia” (IANNI, 1987, p.331-2, apud BASTOS, 1996, p.99).

1.4 Articulações entre Estado e sociedade no Brasil

Outro ponto nevrálgico de sua sociologia se relaciona ao tema do Estado e seu papel como agente de organização econômica no Brasil. Em especial, dois trabalhos se destacam no tocante a esta questão, *Estado e capitalismo*,

1965, e *Estado e planejamento econômico*, 1971. O clássico *O colapso do populismo no Brasil*, de 1969, também toca em pontos caros para o autor no que condiz a essa questão.

De maneira semelhante ao que ocorre nos estudos em torno das relações raciais, o Estado é pensado como um elemento que se relaciona diretamente ao processo de formação da sociedade de classes no país. Novamente, são os condicionantes da *mudança social*, as possibilidades abertas aos agentes sociais concretos com transformações políticas e econômicas em curso é que dão sentido à abordagem.

Entretanto, a despeito de sua importância, as relações do Estado com a estrutura social e o progresso econômico é fenômeno pouco examinado pela sociologia. No Brasil, ele não é senão objeto de reflexões esparsas. *Ao estudar o caso brasileiro, em suas implicações fundamentais, pretendi oferecer uma contribuição à sociologia do desenvolvimento econômico; ou melhor, à teoria das transformações sociais globais* (IANNI, 1965, p.XIII, Grifos meus)

O amplo domínio das correntes sociológicas que utiliza para compreender o objeto lhe permite manter-se fiel a uma análise que encara o processo histórico de formação do Brasil moderno para além da redução aos dados econômicos. É apenas a partir da compreensão destas intersecções que se pode explicar o fato, nem sempre bem entendido, de que o autor utiliza nestes trabalhos elementos da sociologia weberiana, assim como da dialética de Marx, sem, entretanto, fazer concessões a qualquer espécie de ecletismo (NETTO, 2009). O que está em questão neste aspecto é sua capacidade em combinar o rigor metodológico com a aridez das construções teóricas, trazendo uma abordagem inovadora no debate sociológico brasileiro (NOGUEIRA, 2004).

O pensamento sociológico funciona como meio para a compreensão do movimento histórico, e não como sucedâneo da transformação concreta que os homens promovem na sociedade ao longo do tempo e do espaço. Isto possibilita com que Ianni contribua decisivamente no desvendamento das facetas do Estado no Brasil. Nosso autor não possui uma visão preconceituosa ou dualista com relação aos papéis que esta instituição ocupou no processo de desenvolvimento econômico. Justamente por promover uma sociologia do Estado que se apóia nas relações sociais, nas condições estruturais de construção da nação, Ianni pôde compreender que, aqui, este agente tem potencialidades tanto progressistas quanto repressivas (TORRES, 2009).

Num determinado momento da estruturação da sociedade de classes, o Estado agiu como pólo que aglutinou determinadas forças, decididamente comprometidas com a afirmação da sociedade moderna no país. Deve-se, entretanto, frisar que esta modernidade é a modernidade possível, não a necessária a uma transformação que favorecesse de modo mais amplo os interesses populares. Para o autor, porém, é patente que o Estado que se edificou a partir da década de trinta até 1964 confrontou, embora à custa de certas concessões, em alguma medida a ordem dominante²⁶ (idem, p. 47).

²⁶ *“Em se tratando da ação do Estado no sentido da dinamização do capitalismo e da formação da sociedade capitalista brasileira, os 15 anos da ditadura Vargas figuram fase primordial que, se não conseguiu estabelecer um rompimento drástico com as formas de organização econômica, política e social do Brasil agrário-exportador, pelo menos criou bases para mudanças importantes nessas áreas que conferiram projeção moderna para o futuro do país. No plano das mudanças de ordem econômica, pode-se destacar que as iniciativas intervencionistas são viabilizadas pela criação de instituições que procuraram neutralizar o impacto da crise mundial de 1929 e garantir as condições para um avanço industrial. Tal como observado anteriormente, essas bases institucionais fazem parte de uma tendência centralizadora que se fortalece no governo Vargas. Por outro lado, é esse tipo de intervenção que inicia um processo de “metamorfose do Estado” no sentido da consolidação de um Estado capaz de afiançar o processo de industrialização brasileiro”* (MARTINS, TATIANA, 2007; p.134).

Estado e Capitalismo, 1965, busca compreender este movimento no calor do momento histórico em que o eixo estatal caminha para o sentido repressivo. Nesta obra, analisa o Estado como palco que paradoxalmente reflete a busca antecipar-se à luta política, de classes, que se dá no plano social. Por outro lado, historiciza as ambivalências que o mesmo vivencia, ao passo que atua num momento em que as frações burguesas não estavam plenamente constituídas, disputando entre si a hegemonia sobre o conjunto da sociedade; o proletariado não possuía autonomia política necessária à formação de uma consciência eminentemente revolucionária; e o país presenciava o avanço da dominação externa no plano econômico.

O processo de formação do Estado desenvolvimentista é analisado como solução política que expressa uma via historicamente determinada de modernização num contexto mais amplo que articula a reprodução do capital em nível global aos rearranjos que este movimento impõe às burguesias locais. O caráter tardio de nossa revolução burguesa, assim como a debilidade da burguesia industrial ascendente, acabou por conferir determinadas tarefas históricas ao órgão dirigente, dentre outros aspectos, particularizando o padrão e ulteriores desdobramentos do capitalismo brasileiro. É neste sentido que avalia que o estudo do Estado no Brasil propicia uma forma privilegiada de conhecer melhor a nossa sociedade. O estudo deste agente contribui ao desvendamento da formação da nossa democracia, como também da anti-democracia que tem sólidas raízes no solo brasileiro (IANNI, 1989b).

As ações do Estado no pós-30 evidenciam seus compromissos com a fração urbano-industrial da burguesia. Neste momento ele manifesta uma faceta liberal que é exclusivamente urbana (IANNI, 1971a, apud.

VASCONCELOS, 2002). Para tanto, lança mão de um conjunto articulado de medidas que visa criar as condições necessárias para a *centralização* e *concentração* de capital no setor privado. É o início de um planejamento político e econômico que neste primeiro momento se caracterizará por:

(a) propiciar a conversão do excedente econômico, especialmente agrícola, em capital industrial; (b) estimular a entrada de capitais externos; (c) intensificar poupanças, espontânea e forçada, provocando inclusive o esvaziamento ou estabilização do salário real; (d) disciplina e estímulo aos investimentos, para a produção de meios de consumo e meios de produção; (e) controle e seleção dos recursos cambiais, essenciais à importação de elementos indispensáveis à expansão do parque manufatureiro; (f) concessão de favores monetários e creditícios, cambiais e fiscais, inclusive assistência técnica ampla; (g) desenvolvimento equilibrado, objetivando: criação de economias externas para tornar viáveis e estimular investimentos privados; redução ou eliminação de pontos de estrangulamento para que se efetive a complementaridade inerente às atividades produtivas dos diferentes setores no plano vertical e horizontal; programa de desenvolvimento regional; programa de defesa de setores instalados como, por exemplo, café, cacau, açúcar, etc., pelas suas repercussões nas outras esferas internas da economia e sua importância na obtenção de divisas. Esses são os alvos principais nas esferas da circulação e acumulação de capitais (IANNI, 1965, p.174).

Entretanto, embora se envolva de modo concreto com as atividades econômicas, o *lucro*, em si, não é o objetivo precípua do Estado, este só se relaciona com sua órbita de interesses de modo indireto. A atividade estatal busca, antes, criar condições estáveis e controláveis para a expansão das forças produtivas, para a produção do lucro no âmbito do conjunto social. A apropriação direta de mais-valia é interpretada como interesse imediato do capitalista, em âmbito individual. O Estado age em áreas específicas, onde o setor privado não tem, devido aos altos custos dos investimentos, condições ou interesses diretos no investimento de capitais acumulados (IANNI, 1965)

De toda forma, ele só é Estado enquanto Estado capitalista, os momentos de crise revelam que ele é sempre “eficaz” no socorro à burguesia, diante das potencialidades irracionais e autodestrutivas criadas por ela mesma quando abandonada ao livre jogo do mercado (IANNI, 1965).

Compreender este movimento como “capitalismo de Estado”, seria, assim, cair no equívoco de tomar as conseqüências como causas. Ele só age desta maneira para facilitar e criar condições para a acumulação privada e a consolidação de uma sociedade de mercado.

Não se trata, portanto, de capitalismo de Estado, o tipo de economia que se desenvolve no Brasil. A maneira pela qual o poder público ingressa na economia nacional não implica distorções do regime de mercado nem obstrução da expansão da propriedade privada. Ao contrário, o sentido histórico é a consolidação e expansão do capitalismo. O intervencionismo é condição indispensável para que se processe a industrialização de um país inserido “periféricamente” no sistema do capitalismo mundial. A iniciativa e liderança do Estado foi um momento necessário da ruptura e reintegração da economia nacional com a internacional. Numa configuração crítica, como aquela em que ocorreu a conversão estrutural da economia brasileira, a preeminência do Estado não é senão a acentuação de uma categoria essencial do sistema. Como produto e órgão de relações das classes em formação, ele se projeta segundo as determinações do tipo de estrutura possível na configuração crítica. Colocado numa posição singularmente favorável, alguns grupos políticos perceberam certas tendências da situação emergente. A fundação do Estado Novo e a criação dos Grupos Executivos revelam tentativas de adequar o aparelho estatal a situações em que as forças produtivas apresentavam possibilidades de dinamização (IANNI, 1965, p. 206)

Jeane Gomes de Brito (2005) destaca este ponto em sua análise sobre o pensamento de Ianni, inclusive, promovendo um contraponto entre as ideias do autor e as de Raymundo Faoro²⁷, desenvolvidas na obra *Os donos do*

²⁷ Para a autora, entretanto, o contraponto estabelecido entre Ianni e Faoro é uma opção de trabalho que visa apenas oferecer uma hipótese de abordagem às ideias do sociólogo paulista. É importante ressaltar que Octavio Ianni não cita o autor gaúcho em seu livro (BRITO, 2005, p.88).

poder, 1958. A autora retoma alguns pontos levantados por Luiz Werneck Vianna, em *Weber e a interpretação do Brasil*, 1999, a respeito das diferentes recepções e utilizações que o pensamento do autor alemão encontrou nos meios intelectuais brasileiros. Para Jeane, em Faoro o Estado é analisado enquanto pólo representativo do atraso, típico exemplo do caminho oriental para a modernização.

Na visão de Faoro, a derrota da oligarquia paulista na Revolução de 1930 foi indício do retorno às raízes patrimoniais, nas quais o Estado era tomado como representante desse perfil ibérico que se impunha à sociedade civil. Em outras palavras, a expansão da economia cafeeira (1889-1930) teria conduzido o país a um desenvolvimento de ocidentalização (moderno), isto é, em direção à instauração da democracia representativa e da livre iniciativa econômica, mas, com a Revolução de 1930, instalou-se no país um Estado autoritário interrompeu-se o avanço do setor agrário exportador, com isso a nação passou a ser conduzida para o caminho oriental (atraso) (BRITO, 2005, p.89)

Segundo o autor gaúcho, assim, o efeito mais direto destas medidas seria o abafamento dos interesses particulares, provocando um descompasso entre Estado e sociedade civil (idem, p.89).

Em Ianni, ao contrário, o intervencionismo estatal na economia é encarado como condição *sine qua non* para que se processe a industrialização de países periféricamente inseridos na dinâmica do sistema capitalista. Os surgimentos das matrizes teóricas e ideológicas do desenvolvimentismo e do planejamento estatal aparecem como injunções postas pelo movimento próprio da sociedade. Não obstante suas ambigüidades, esta sociedade presenciava transformações estruturais.

Em outras palavras, o Estado não se apresentou como o responsável pelo atraso. Pelo contrário, este estaria na sociedade civil aonde se encontrava a persistência de elementos patriarcais. Nesse sentido, Ianni rechaça a tese de capitalismo de Estado, pois, a forma como o Estado se inseriu

na dinamização da economia brasileira mostra claramente que sua finalidade não foi a obtenção de lucro e nem se colocar como obstáculo para o desenvolvimento das empresas nacionais. Sobretudo, o principal objetivo do Estado era realizar a reintegração da economia nacional no cenário internacional, criar condições para a acumulação, consolidação e expansão do capitalismo no Brasil e, quando necessário, eliminar ou ordenar as situações críticas vigentes. Ademais, o capitalismo inexistente sem o mercado, por conseguinte, esta ideia de que o dirigismo estatal resulta em estatismo, faz-se contraditória (Ibidem; p.90).

A mudança social em curso, deste modo, exige do sujeito cognoscente uma abordagem sistemática e rigorosa dos papéis e feições que o Estado assume neste processo. Por outro lado, cabe entender as estratégias às quais o órgão estatal recorre num contexto que reflete o passo no qual se encontrava as relações entre as classes no país. Advêm desta correlação as dificuldades encontradas para compreender as oscilações e erros táticos e estratégicos que a própria esquerda vivenciou neste momento. Este é o caldo político e cultural no qual se desenvolverá o “desenvolvimentismo”, o “nacionalismo” e o “populismo”, aspectos caros para o autor em suas análises sobre as relações entre Estado e sociedade civil na formação do Brasil moderno.

Formado numa tradição intelectual que passava a considerar o conflito e a crise como condições próprias das sociedades modernas, Octavio Ianni guardou certa cautela diante dos fervores nacionalistas e desenvolvimentistas que tomaram os ânimos de parte considerável da intelectualidade brasileira²⁸

²⁸ A referência aqui nos remete, certamente, ao núcleo teórico que compunha o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB. A crítica estende-se, também, ao horizonte teórico do Partido Comunista Brasileiro, o PCB. No segundo capítulo, ao passo que buscaremos evidenciar algumas conseqüências práticas do modelo de sociologia crítica desenvolvido na Universidade de São Paulo, neste período anterior ao golpe de 1964, destacaremos alguns contornos mais sistemáticos em torno do grupo isebiano, tradicionalmente apontado como sua contrapartida teórica e política. Entretanto, deve-se frisar que buscaremos compreender as ideias de ambos, contextualizando-as no âmbito maior da utilização de estratégias lançadas no debate intelectual na busca de delineamentos e pontos de

do período (MIGLIOLI, 1996, p.160). Como já destacamos em outros termos, a estratégia desenvolvimentista, e seu corolário, o nacionalismo, manifestam um momento em que os valores da burguesia industrial tornavam-se hegemônicos diante das outras classes e mesmo de frações mais retrógradas da própria burguesia. Trata-se, em seu conteúdo histórico-estrutural, de uma “ideologia de transição”, fundamental num período de consolidação da burguesia industrial (IANNI, 1965, p.115).

O nacionalismo foi articulado como um componente, deveras especial, da dominação burguesa que se dava sobre a classe trabalhadora (ROMÃO, 2003, p.133). Para Ianni, esse aspecto parece não ter recebido um tratamento mais sofisticado e mesmo rigoroso nas análises dos setores mais progressistas do proletariado, os comunistas. Na formulação “burguesia nacional”²⁹, deu-se ênfase exagerada à sua diminuta parcela nacional (ou nacionalista), esquecendo-se de sua majoritária dimensão burguesa. A aliança tática dos

referências mais claras para a compreensão e orientação diante da mudança social. Deste modo, apontaremos sim as diferenças, entretanto, buscando escapar do maniqueísmo tantas vezes utilizado para descrever este movimento.

²⁹ A expressão “burguesia nacional” é sempre utilizada por Octavio Ianni com devidas ressalvas. O amplo domínio do autor com relação aos instrumentos de análise que movimenta para abordar a questão o leva a perceber que neste momento de transição há certas divergências entre as principais facções da classe dominante. Entretanto, devemos observar que embora utilize a terminologia adotada pelos setores nacionalistas mais progressistas, tais como o ISEB e o PCB, em caracterizações tais como “burguesia nacional” ou “industrial”, “burguesia agrário-exportadora”, “massas”, as conseqüências políticas que Ianni tira são de outra ordem. Juliano Bernardes (2009), toca no ponto fulcral da análise de Ianni quanto a este ponto quando diz que “[...] para o autor não havia uma burguesia nacional na medida em que se impunha um limite: a própria natureza internacionalista do capitalismo” (BERNARDES, 2009; p.61). Quando analisarmos a idéia de “dependência estrutural”, a partir da perspectiva de Ianni, iremos buscar demonstrar como sua “sociologia da sociologia” busca trazer elementos que contribuam para uma abordagem que compreenda novos elementos da dinâmica do capital em âmbito internacional. Importa compreender as novas contradições do sistema sem suspender ou abstrair os casos concretos da história das sociedades.

comunistas com a “burguesia nacional” desconsiderou que estes setores também tinham claros objetivos em suas estratégias de ação.

De um lado, o proletariado toma taticamente uma fração da burguesia como “nacional” e procura jogar com ela na luta contra as outras frações da mesma classe, em especial a burguesia agrário-comercial e a burguesia internacional. Nessa linha, grande parte ou a maior parte das energias políticas do proletariado é gasta nas tarefas destinadas a fortalecer a burguesia industrial, em detrimento do latifúndio e do imperialismo. ... Por outro lado, a burguesia aceita a definição alheia, a burguesia nacional, como uma espécie de ficção política, e joga com o proletariado, para reformular suas relações com as outras frações da burguesia, com a classe média, com a classe operária em conjunto. Baseada na aliança do proletariado politicamente ativo na esquerda, essa parte da burguesia tem procurado assegurar o poder e ampliar sua área de mando, tentando consolidar seu domínio e efetuar e encaminhar as alterações institucionais indispensáveis à consolidação do capitalismo industrial (IANNI, 1965, 237-8, apud MIGLIOLI, 1996, p.160.)

Segundo Ianni (1971a) há uma linha mestra, um “movimento pendular” entre tendências que se manifestam no interior de nossa revolução burguesa, apontando ora para a afirmação de um *capitalismo nacional* ora para um desenvolvimento capitalista dito *associado* ou *dependente* do movimento geral de reprodução ampliada do capital em nível internacional. A partir das relações que o Estado estabelece com o conjunto da sociedade, em particular com os setores mais esclarecidos das classes dominantes, determinado padrão de desenvolvimento teria predominado. Em razão da assimetria destas relações e da exclusão das camadas populares das esferas de decisão dos rumos do planejamento econômico, político e social, acabamos por manifestar uma tendência ao protagonismo estatal, no que tange ao desenvolvimento e instauração do modo de vida e das relações sociais tipicamente burguesas.

O longo processo que acompanha o colapso do populismo como matriz da relação entre *Estado e Sociedade* no Brasil exemplifica em sua totalidade

essas ambivalências e contradições que acompanham nossa modernização. Havia uma espécie de reificação do aparelho estatal, vivenciada por todos os setores sociais e gerando em cada um deles diferentes expectativas (IANNI,1965). Quando Octavio Ianni fala que o Estado populista³⁰ e o modelo de democracia desenvolvida em torno dele sempre estiveram em crise, procura

³⁰ Não pretendemos entrar aqui na polêmica que se dá em torno do conceito de “populismo” nas Ciências Sociais da América Latina. Seu caráter polissêmico e mesmo a utilização indiscriminada para definir realidades e objetivos algumas vezes antagônicos parecem justificar boa parte das críticas que o mesmo recebeu a partir dos anos últimos anos. O que devemos ressaltar é que em Ianni tal idéia assume algumas características que lhe permite capturar elementos essenciais da realidade política e social do país em meados do século passado. Apropriando-se de autores clássicos do tema na região, como Gino Germani, Torquato Di Tella e Graciarema, reconhecidamente funcionalistas, assim como de elementos próprios de Marx e Weber, o autor realiza uma rica leitura do processo de transição da sociedade assentada sobre uma base produtiva agrária para outra onde passava a predominar os elementos particulares da industrialização e do modo de vida relacionado à vida urbana. Em sua obra o conceito aparece livre das ambigüidades que lhe são atribuídas constantemente, aliás, analisado como algo mais do que um processo que articula modernização e democratização; simples manipulação e sedução das elites com relação às massas populares; ou mesmo limite ao desenvolvimento da racionalidade capitalista. Ele é entendido como uma etapa, momento que possui características singulares do movimento contraditório que caracteriza as transformações estruturais pelas quais passava nosso país, estágio este fundamental na construção da cidadania da classe operária, “com avanços e recuos”. Deve-se ressaltar, portanto, que para o autor o termo não tem uma conotação exclusivamente negativa, pois ao mesmo tempo em que revela uma relação tensa entre o Estado, setores sociais dominantes e partidos e grupos populares, não deixa de caracterizar uma modalidade política de resistência à hegemonia política e econômica dos Estados Unidos sobre a América Latina. “O populismo latino-americano reflete, portanto, “uma etapa específica na evolução das contradições entre a sociedade nacional e a economia dependente”, aparecendo, nesse cenário, as massas populares, como atores sociais portadores de vontade política dinâmica e criativa, exercendo um papel fundamental na construção da moderna sociedade urbano-industrial. O estudo de Ianni sobre o populismo na América Latina enfatiza o surgimento das massas populares e do novo proletariado como atores sociais e políticos: “... As massas aparecem como um elemento político importante e às vezes decisivo”. Cabe lembrar que este autor distingue nitidamente o populismo das elites, das cúpulas governamentais, dos políticos burgueses tradicionais, dos burocratas políticos das classes dominantes e das classes médias que instrumentalizam os trabalhadores assalariados emergentes, do populismo das massas. Neste, estão incluídos o novo proletariado resultante das migrações internas, a velha classe média baixa, os estudantes radicais e os intelectuais comprometidos com os partidos de esquerda. Entende Ianni que o populismo das massas corresponde a “uma modalidade particular de organização e desenvolvimento das relações e contradições de classes subalternas na América Latina”. Ou seja, neste populismo parecem ocorrer entrelaçamentos peculiares, coalizões transitórias ou “antagonismos entre as classes sociais subalternas e classes sociais hegemônicas”.” (HIRANO, Sedi, 1996; p.213). Ver detalhes: IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969; IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989 (1.ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975).

problematizar ao limite a questão crucial de que, ao menos num longo prazo, as ações do Estado não podiam controlar o movimento da sociedade. Em suma, a modernização capitalista trazia consigo algo a mais do que a sociedade de classes, ou seja, a luta de classes.

Hábil estadista e estrategista político, Getúlio Vargas equilibrou-se com razoável sucesso nesse terreno. Amparando seu planejamento econômico em um difuso nacionalismo, soube combinar interesses econômicos e políticos do proletariado, da classe média e da burguesia industrial (IANNI, 1969; p.55). Nesse momento de transição da sociedade agrária tradicional para a nascente sociedade industrial o Estado oferecia intercâmbios de interesses entre os trabalhadores e os patrões. Cria-se o salário mínimo (1940), a Consolidação das Leis do Trabalho (1943), no entanto ao custo de não permitir que a política de massas se transformasse em efetiva política de classe (IANNI, 1969).

Este processo de edificação de um “capitalismo nacional” tornou-se possível porque atendia parcialmente expectativas dos dois setores sociais que se afirmavam com a modernização levada a cabo, o proletariado urbano e a burguesia industrial. Refém da ilusão semântica da democracia populista, a esquerda não foi capaz de formular uma alternativa política que impusesse sob suas próprias mãos os rumos de sua história. Dentre as razões para este malogro contribuíram a inexistência de uma teoria baseada na prática brasileira, a inadequação teórica e a imobilidade política das classes diante do Estado. Enfim, num julgamento um tanto taxativo, mas também realista e marcado pelo calor da época, afirma que, uma vez que não foi capaz de transformar sua política de massas numa política e numa consciência de

classe, a esquerda não conseguiu firmar-se como promotora de reformas, tornando-se expectadora dos golpes (IANNI, 1969).

O período de Juscelino Kubtschek é marcado pela abertura econômica do país. Também possui uma dimensão paradoxal, na medida em que “[...] combinou o esquema de sustentação política criado com o modelo getuliano (portanto, de desenvolvimento econômico nacionalista) e uma política econômica voltada para a internacionalização, isto é, estruturada segundo um modelo diferente” (IANNI, 1969, p.70).

Assim, as relações entre as classes sociais adquirem contornos mais nítidos. À medida que se asfixiam os movimentos das massas (no proletariado urbano e rural), criam-se condições ainda mais propícias para a luta de classes. *O populismo terá sido apenas uma etapa na história das relações entre as classes sociais.* Nesse sentido é que se pode dizer que no limite do populismo está a luta de classes [...] (IANNI, p.225, grifo do original).

O colapso do populismo inicia-se nesta etapa, a abertura econômica impunha constrições aos trabalhadores, gerando tensões que chegariam ao limite em 1964. As pressões pelas reformas de base, já sob o governo de João Goulart, faziam com que as frações burguesas aliassem seus interesses e redefiniram suas relações com o proletariado.

Capítulo II

De como as instituições fazem os homens e de como os homens transformam as sociedades

2.1 USP: “mito de origem”, a elite paulista e os impasses da sociedade brasileira

Os trabalhos produzidos a respeito da história das Ciências Sociais no Brasil são unânimes em apontar uma radical transformação no pensamento social praticado no país desde os anos 30, após a fundação de faculdades³¹ que se tornaram importantes centros de irradiação intelectual entre nós. Até esse momento as atenções de nossos intelectuais estavam voltadas para o Estado, a tônica de seus discursos permanecia muito próxima a dos debates políticos ou mesmo jurídicos, em detrimento de um tratamento mais aprofundado em torno das especificidades e contradições particulares à sociedade civil. A sociologia não existia ainda enquanto um “sistema significativo”, ou seja, “[...] Um modo de pensar a realidade social, no qual se verifica a recorrência de temas, análises, conceitos, explicações e controvérsias, configurando um campo de reflexão [...]” (IANNI, 1989c, p.85), com um universo de análise e uma linguagem que lhe fossem particulares.

A Universidade de São Paulo, criada em 1934, certamente representa o projeto mais ambicioso neste sentido. Capítulos fundamentais desta história em larga medida confundem-se com a trajetória e estratégias institucionais desenvolvidas pelos quadros pioneiros formados nesta instituição. Do mesmo modo, reconstruir e interpretar este processo não deixa de ser, também, um

³¹ Um quadro elucidativo sobre as principais instituições criadas neste período é encontrado nos diversos trabalhos distribuídos em: MICELLI, S. (org) *História das Ciências Sociais no Brasil* (Vol.1, 1989 e Vol.2, 1995).

exercício de desconstrução de mitos, de busca da compreensão dos limites do liberalismo ilustrado brasileiro, assim como das ambigüidades que marcam nossa inserção na modernidade burguesa. Neste sentido é que os embates vivenciados em seu interior são problematizados aqui, numa perspectiva que pretende identificar e captar os sujeitos sociais concretos, avaliando como os mesmos estabeleceram sínteses e compreenderam as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas vivenciadas a partir da modernização, rearticulando e estabelecendo novas mediações entre *universidade* e *sociedade*.

Localizada no conjunto das instituições-chave que compõem o panorama da “ideia de Brasil moderno”, ela é o exemplo mais acabado de um movimento que fomenta alterações qualitativas nos modos de compreender o passado e o presente, estabelecendo condições mais apropriadas para desenvolver delineamentos mais rigorosos às intervenções futuras nos projetos de desenvolvimento nacional, assim como das instituições públicas. Não obstante, ela é um produto paulista, já nasce sob marca do liberalismo seletivo da elite econômica e cultural de São Paulo. Como sugere Octavio Ianni:

Uma parte importante do pensamento social brasileiro passou a ser produzida em universidades, meios de comunicação de massas e outros setores de atividades intelectuais localizadas em diferentes lugares dessa região. A Universidade de São Paulo simboliza um pouco desse pensamento, no que ele tem de original e emprestado, nacional e paulista (IANNI, 1996; p.174).

É bastante conhecida a história da elaboração do projeto uspiano, a partir da associação do grupo intelectual³² reunido em torno do jornal *O Estado*

³² O chamado *Grupo do Estado*, formado meados da década de 20, era composto por membros da elite intelectual de São Paulo, capitaneados por Júlio de Mesquita Filho, então diretor do Jornal *O Estado de*

de São Paulo com lideranças políticas relativamente progressistas, alojadas no bojo do Partido Democrático (PD), dissidência que reunia os setores mais liberais do antigo Partido Republicano Progressista (PRP). Idealizada no período que configura a crise da oligarquia cafeeira e da “política dos governadores”, que vigorou ao longo da chamada República Velha, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, FFCL, ao menos enquanto ideia inicial traduz aspectos relevantes para a compreensão do processo de aclimatação³³ o qual a concepção liberal de mundo sofre em sua transposição para o Brasil.

Segundo Irene Cardoso (1982), tal projeto educacional não estava de modo algum desvinculado de uma proposta de maior alcance, ou seja, a reconquista de hegemonia perdida frente ao conjunto da sociedade nacional. Neste sentido, a criação de uma Universidade em São Paulo foi encarada como uma resposta não apenas necessária, mas a única possível numa era de impasses políticos e renovação intelectual do país (LAHUERTA, 1999).

Trata-se da renovação das elites, a ideia que lhe dá formato é aquela que visa associar diferentes níveis de ensino a serem oferecidos aos mais

São Paulo. Em seu interior há jornalistas, intelectuais e políticos identificados com as ideias liberais e republicanas. Suas ideias giram em torno da concepção do estado de São Paulo como Estado-chave do país, buscando estabelecer, a partir das ideias modernizadoras representadas por este, as bases de uma “nacionalidade brasileira”. Entre os principais nomes do *Grupo do Estado*, também conhecido como *Comunhão Paulista*, estão, além do próprio Júlio, Armando de Salles Oliveira, Fernando de Azevedo. Todos identificados com as campanhas em prol da fundação da USP, ver: CARDOSO, Irene. **A Universidade da Comunhão Paulista**: o projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo, Editora Autores Associados: Cortez, 1982.

³³ Este processo fora descrito no antológico ensaio *As ideias Fora de lugar* (1979), de Roberto Schwarz, deveras conhecido para seja necessário qualquer descrição aqui das ideias expostas. Só devemos salientar que o autor discorre sobre um processo que é particular à sociedade brasileira do século XIX. Assim, se fazemos menção à imagem por ele construída, esta é realizada de maneira livre e com esta ponderação.

diversos setores da sociedade. A fórmula é simples; às massas, caberia o ensino primário; à classe média, o ensino secundário; e às elites, o ensino superior. “A novidade democratizante do funil estaria, é claro, na qualificação do termo “elite” que, na pena dos pedagogos ilustrados, não define classe econômica, mas grupo intelectual” (BOSI, 1982; p.15).

Neste sentido, a concepção de democracia e de liberalismo que é reivindicada por seus fundadores é *seletiva*, pois “ignora” que os distintos estratos sociais não são apenas *diferentes* do ponto de vista abstrato, mas fundamentalmente *desiguais* do ponto de vista concreto, tanto em suas condições de reprodução social, quanto nas possibilidades de acesso aos bens simbólicos. Deste modo, uma versão particular da “teoria da circulação das elites”, ao mesmo tempo em que garantia uma “vaga” concepção de democracia, tornava quase imperceptível os aspectos conservadores inerentes à formação de nossas instituições de ensino superior em seus primeiros tempos:

Trata-se de uma concepção de democracia que só pode ser realizada por uma elite, onde o jogo democrático é caracterizado pela possibilidade sempre aberta de renovação, e que afirma a incompetência das massas de se auto-governarem. É um modelo de democracia que supõe a divisão do “trabalho político” em que as massas não têm a competência para participar da elaboração de decisões do interesse coletivo. [...] A concepção de liberalismo é construída na mesma direção, sendo que, já na sua matriz, a possibilidade histórica de um Estado forte é, no limite, aceita. Trata-se de uma concepção de liberalismo, onde o componente autoritário não é um corpo estranho (CARDOSO, 1982; p.91-92).

Até este período, o pensamento social do país é marcado fundamentalmente pelas grandes sínteses histórico-sociais, onde, não obstante o caráter por vezes sugestivo das ideias elaboradas e difundidas, a reflexão

desenvolvida não se orientava por padrões mais rigorosos de trabalho intelectual, como aqueles cultivados nos grandes centros de difusão de conhecimento da Europa e dos Estados Unidos. O ensaísmo que marca esse momento de nossa produção intelectual era mais intuitivo do que fruto efetivo de pesquisas empíricas com comprovação histórica na realidade social. O projeto de institucionalização da carreira intelectual, pouco a pouco, conferiria um novo *status* à sociologia, legitimando os sociólogos como especialistas autorizados a interpretar os processos sociais que ocorriam no país (CÂNDIDO, 2006).

O conhecimento necessário à realização de um projeto como o da Universidade de São Paulo deveria, pois, provir de novas fontes. Era preciso desenvolver diagnósticos sociais que reivindicassem certa superioridade frente às correntes que controlavam a sociedade e o Estado. Para as futuras intervenções nas estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais do país os seus idealizadores necessitavam advogar para si um tipo de racionalidade mais elevada, *técnica* e *científica*. A sociologia, assim, emergia como esfera da cultura que poderia se afirmar enquanto “auto-consciência racional da realidade”, como ciência aplicada que deveria ocupar um papel de destaque em nossa renovação intelectual.

Desta forma, a primeira fase das Ciências Sociais na FFCL foi marcada, sobretudo, pela verdadeira “missão francesa” que veio preencher seus quadros docentes. Este “produto de exportação” cumpriria com uma dupla função. Em primeiro lugar, ele garantia o leve toque de cientificidade requerido pelos mentores do projeto em questão, pois os mestres estrangeiros não padeciam dos “vícios” que plasmavam o horizonte intelectual dos “grandes interpretes”

nacionais, considerados diletantes. Num segundo plano, porém não menos importante, eles estariam afastados de um envolvimento político imediato com a conjuntura nacional, o que - num curto prazo - comprometeria a autonomia necessária ao desenvolvimento da Faculdade, em razão dos choques que poderia provocar com o autoritário governo federal.

Deve-se destacar, entretanto, que a opção pelo “modelo francês” de sistema acadêmico ocasionaria em significativos desdobramentos ao padrão de pesquisa que seria estimulado na Universidade de São Paulo, dado bastante importante para a compreensão de nosso problema de pesquisa. Sabe-se que esta escolha de modo algum é fortuita, a França já era paradigma cultural para a elite brasileira desde os tempos coloniais. Lembremos, também, que ao longo da década de 20 estes laços se estreitaram com a criação do *Museu Franco-brasileiro* e uma série de incentivos a vinda de intelectuais franceses para lecionar em muitas das novas instituições educacionais do país (MASSI, 1989).

Para além desta dimensão extra-acadêmica, recordemos que na França já havia uma sólida tradição científica e humanista, responsável pela ausência de delimitações tão ortodoxas entre as diversas áreas das ciências humanas em geral. Este fato não deixa de ser sugestivo, pois uma marca importante da segunda e terceira geração uspiana é o seu “ecletismo”³⁴, assim como certo

³⁴ Gabriel Cohn (1987), inclusive, num *insigth* interessante, cria a expressão “ecletismo bem temperado” para se referir ao projeto de Florestan Fernandes, que buscava associar elementos metodológicos da sociologia compreensiva weberiana, do funcionalismo de Durkheim, assim como da dialética marxista. Para o precursor uspiano, estas correntes seriam contribuições decisivas às Ciências Sociais, agindo como procedimentos de pesquisa requeridos em decorrência do recorte social que o pesquisador definisse. Assim, objetos e objetivos distintos requereriam perspectivas de análises também distintas. Esses elementos nem sempre são isoláveis no plano concreto, é exatamente esta convivência de temporalidades diferenciadas na representação dos sujeitos que, segundo Cohn, leva Florestan a

trânsito entre as “fronteiras” do que nos acostumamos a qualificar como Ciência Política, Sociologia, Antropologia, dentre outras.

Renato Ortiz (2008), em inspirado artigo escrito em homenagem a Octavio Ianni, avalia que uma “atitude clássica” diante do conhecimento é avessa a certa conformação rígida às disciplinas, representando, aliás, uma verdadeira “exigência do rigor teórico”. Como pretendemos expor no capítulo final deste trabalho, na discussão de Ianni em torno da ideia de “Sociologia da Sociologia” o que nos sobressai é uma imagem mais ampla, identificada com a perspectiva de compreender as possibilidades de realização de uma verdadeira “Ciência Social”.

O quadro ainda permanece pouco elucidado se não apontarmos alguns elementos que expliquem o porquê deste movimento ser particular a São Paulo. Isto se dá não apenas pelas razões políticas imediatas. À época, a cidade já se destacava como epicentro econômico do país, intimamente identificada com os ventos da modernidade capitalista. Não é por outro motivo que nos trabalhos de reconstrução interpretativa do desenvolvimento da

associar elementos dos três clássicos, inclusive em sua obra magna, *A revolução burguesa no Brasil* (1975). Não entraremos aqui na conflituosa seara que se dá em torno da expressão “ecletismo” nas Ciências Sociais, conduzida majoritariamente pelo filósofo húngaro Györg Lukacs (NOGUEIRA; 1978). Devemos apontar, também, que a utilização do termo que fazemos é livre, não necessariamente presa à definição de Gabriel Cohn. Sabe-se, como discorreremos adiante, que os discípulos de Florestan nutriram sérias objeções à fórmula do mestre. Assim, pretendemos tão somente apontar que mesmo que o pensamento sociológico destes autores tenha assumido um caráter muito mais associado à terminologia e metodologia marxista, isto não se dá sem uma heterodoxa abertura teórica a outros pontos de abordagem. Concluímos que, em algum sentido, isto não se explica apenas pelo gênio e criatividade dos agentes envolvidos, mas tem íntima relação com o padrão de trabalho estimulado na instituição.

institucionalização das Ciências Sociais no Brasil tornou-se trivial um paralelo com o que acontecia no Rio de Janeiro.³⁵

De acordo com a tese desenvolvida por Simon Schwartzmann (1979), retomada em trabalhos de grande importância nas últimas décadas, entre os cariocas os produtos culturais eram avaliados, em larga medida, pelo eventual conteúdo político que pudessem conter (MICELI, 1989; VIANNA, 2004). Esta situação, no limite, era responsável pela ausência de condições para a diferenciação e autonomização de espaços favoráveis a produção de bens simbólicos, em outros termos, para o surgimento de um campo³⁶ propriamente científico nas Ciências Sociais da, até então, capital do país. Levada às últimas conseqüências, esta visão corrobora uma falsa ideia que identifica as Ciências Sociais no Brasil como um “produto paulista”³⁷, ao menos no período que se estende entre os anos 30 e 60.

Enquanto em São Paulo os cientistas sociais se tornaram cada vez mais profissionais acadêmicos, metidos de roupa e tudo na construção da corporação em cujo êxito eles eram os maiores interessados e os primeiros beneficiários, os praticantes das Ciências Sociais cariocas são, em sua maioria, e com as exceções conhecidas, membros por inteiro das elites políticas e culturais. Para tanto, basta confrontar os integrantes do núcleo

³⁵ Daniel Pecaute (1990) sintetiza esta diferença de estratégias a partir da ideia de que mais do que uma radical oposição política entre ambas as matrizes intelectuais, existe em São Paulo uma “mediação institucional” que particulariza suas condições de reconhecimento intelectual em comparação à situação carioca. Entre os paulistas, o código simbólico e a hierarquia, que são particulares à vida acadêmica, conformam a produção intelectual a critérios de legitimação com base no rigor acadêmico. “*A mediação institucional significa sobretudo a preservação de um hiato entre a formulação de propostas teóricas e a militância política.*” (PECAUT, 1990; p.215).

³⁶ Vianna (2004), entretanto, não utiliza este referencial baseado na sociologia de Pierre Bourdieu, para este autor os paulistas seriam mertonianos.

³⁷ Renato Ortiz (2002) chama a atenção para a fragilidade deste tipo de compreensão do problema. Segundo o autor, pensar a sociologia brasileira como um “produto paulista” seria assumir uma postura provinciana em torno de um processo muito mais complexo. Bastos (2002) e Lahuerta (2005; 2009) reforçam este argumento.

central da escola sociológica paulista com as figuras de proa do IBESP e do ISEB (MICELI, 1989; p.87).

Contudo, no interior das elites paulistas há o desenvolvimento de estratégias diferenciadas no que diz respeito às suas “ações com relações a fins específicos”. São vários os trabalhos que buscam um estudo comparado entre o caso da criação da FFCL com aquele que caracteriza a Escola Livre de Sociologia e Política, ELSP, instituição que desempenhou importante papel neste movimento que assinala uma primeira institucionalização e imprime novos desdobramentos ao desenvolvimento das Ciências Sociais no país, em especial em São Paulo.

Criada em 1933 -por diversos membros do empresariado paulista, dentre os quais se destaca a figura de Roberto Simonsen- a ELSP possui uma série de características que lhe confere singularidade no sistema universitário brasileiro. Entretanto, como sugere Fernando Limongi (1989), o fato de ela coexistir com a FFCL na mesma cidade não pode levar-nos a pensar em uma competição imediata. Embora tal dimensão seja parcialmente verdadeira, limitar a análise a isto ainda seria pouco, para efeito de exposição, cabe reter que ambas se constituem como manifestações e expressões de “culturas distintas” de trabalho acadêmico, por isso mesmo exigindo maiores delineamentos ao observador do processo.

De acordo com Fernanda Massi (1989), embora seja possível traçar determinados contrapontos entre os modelos de trabalho científico desenvolvidos nas duas instituições, não é legítimo o excessivo recurso a esta ideia sem maiores qualificações. Para a autora, ainda que a primeira tenha contado com uma significativa presença de professores norte-americanos,

assim como a marca decisiva de estudos influenciados pela chamada “Escola de Chicago”, é impossível falar de uma “missão” destes com a mesma facilidade que se pode operar com esta ideia no caso dos franceses na USP. Mais do que fruto de um trabalho planejado e coletivo, a ELSP teria sofrido, principalmente a partir dos anos 40 e 50, a marca decisiva de Donald Pierson.³⁸

Outra ponderação se relaciona ao tipo de expectativas que os intelectuais estrangeiros tinham em relação ao Brasil nos dois projetos. Trata-se de situações históricas bastante diversas, onde não apenas critérios estritamente acadêmicos influenciaram nas decisões. Também, no que condiz aos fios condutores que os orientavam, os objetivos eram, senão antagônicos, ao menos significativamente distintos.

O Brasil elege os franceses como mestres. Os norte-americanos escolhem o Brasil como “objeto”. Docência e pesquisa, dois modos distintos de relação com o Brasil que tem origens em dois modelos contrastantes de ciências sociais, tanto em termos de paradigmas orientadores como também pela história da institucionalização das novas disciplinas (MASSI, Fernanda, 1989; p.411).

Para Limongi (1989), desde seus primeiros tempos a estratégia assumida pela ELSP para demarcar um ponto de diferenciação com relação à sua concidadã manifestou-se na perspectiva de afirmar seu caráter “técnico”, sua função seria, pois, formar profissionais com competência administrativa, preparados para assumir cargos na esfera pública e privada. Mesmo que tal tendência não fosse de toda ausente na FFCL, ela permitiu que a Escola - em oposição à Faculdade - construísse sua identidade em torno do pragmatismo,

³⁸ Para uma visão aprofundada sobre a trajetória de Donald Pierson no Brasil, assim como sua influência na sociologia brasileira, ver: VILA NOVA, Sebastião. **Donald Pierson e a Escola de Chicago na Sociologia Brasileira: entre humanistas e messiânicos**. Lisboa, Col. Veja, Universidade/Ciências Sociais e Políticas, 1998.

identificando a sociologia ao “trabalho empírico”, “sem maiores preocupações com construções analíticas gerais” (MASSI, 1989; VILA NOVA, 1998).

Segundo Sebastião Vila Nova (Ibidem), na ELSP a institucionalização da pesquisa se deu a partir de uma “concepção pragamático-naturalista de sociologia e de sociólogo” que, em contraposição ao tipo “humanista” cultivado na FFCL, buscava uma representação de ciência “livre de juízos de valor”. Fortemente marcada pela ideia de “sociologia científica” desenvolvida pela chamada “Escola de Chicago”, seu modelo pautava-se pelo desenvolvimento de estudos empíricos, modalidade associada ao objetivo de produzir um tipo profissional “especialista por excelência”.

Justamente na ELSP é que foram desenvolvidos os primeiros cursos de pós-graduação na área de sociologia, como anteriormente destacado, sob forte influência da concepção de ciência que era particular a Donald Pierson. Florestan Fernandes realiza ali seu mestrado, fato que não deixa de ter um sentido consideravelmente importante para o nosso estudo. De certo modo, sua figura representa um ponto de encontro entre as duas perspectivas, ou seja, os elementos significativos daquela tradição inaugural uspiana - *humanística* - com suas virtudes e problemas, assim como da vertente *empirista* que caracteriza a ELSP.

Nos trabalhos de Florestan a Sociologia é pensada em sua totalidade, nas especificidades da Sociologia Aplicada, assim como em seus fundamentos teóricos. Segundo o autor, aliás, para a realização plena do trabalho de pesquisa sociológica é necessário trabalhar com estas duas ordens de fatores.

Como veremos posteriormente o clima de radicalização intelectual e política das décadas de 50 e 60 aproxima as posições de intelectuais dos mais

diferentes centros, o que revela a necessidade de encarar com ressalvas certas esquematizações em torno deste processo de constituição das Ciências Sociais no país. Neste sentido, podemos inferir que se estas classificações têm efeito ilustrativo quanto à representação das características mais evidentes do objeto, elas nem sempre podem ser tomadas sem maiores qualificações quando se busca a compreensão dos movimentos nada lineares que envolvem este processo. Sem tais mediações, acreditamos que se torna impossível captar uma importante “dimensão política” que está presente nos escritos dos intelectuais uspianos, assim como certas inovações, fundamentalmente temáticas e metodológicas, que foram produzidas em outros *lócus* intelectuais.

2.2- “Sociólogos brasileiros”: novas representações e engajamento

Ao longo dos anos 40 a sociologia da FFCL ainda não apresentará sua vocação para a “reforma social”. Este período é marcado pelo regresso de alguns dos mestres estrangeiros aos seus países de origem e pelo surgimento das primeiras turmas de formandos, a chamada segunda geração uspiana, onde ocupará irrestrito destaque o nome de Florestan Fernandes. Nesta fase inicial do autor, que se estende ao longo de boa parte dos anos 50, se destacaram seus estudos sobre relações sincrônicas, com estudos sobre os índios Tupinambás³⁹, assim como os trabalhos que buscaram conferir coerência lógica para diversidade de metodológica das Ciências Sociais, caso de seu livro *Fundamentos Empíricos da Explicação sociológica* (1959).

³⁹ Respectivamente, *A organização social dos Tupinambás* (1949) e *A função social da guerra na sociedade Tupinambá* (1952).

Entretanto, é a partir da década de 50 que a sociologia passa a apresentar-se de modo mais consistente no debate público. Com o surto desenvolvimentista e a ideia de “mudança provocada” ela é finalmente elevada à condição de “autoconsciência racional da realidade”. Os intelectuais reorientam suas relações com política, reivindicam-se como os legítimos “portadores de sínteses”, na melhor acepção mannheimiana (VILLAS BOAS, 2006a; 2006b). Os temas do engajamento e da *intelligentsia* tornam-se comuns às variadas modalidades de ação entre pensadores do período (PECAUT, 1990). Fala-se mesmo em uma “geração de mannheimianos” para demarcar um ponto que lhes confira particularidade em relação aos seus antecessores na sociedade brasileira (VILLAS BOAS, 2006b, p.83).

A temática da “mudança social” dominou o debate intelectual desta década. Os cientistas sociais passam a rearticular as representações que faziam de si, buscando agora atuar como “agentes privilegiados” das transformações irrevogáveis e necessárias ao país. Tomava-se a Europa como modelo, buscando equivalentes funcionais que dessem sustentação à nossa “consciência amena do atraso” (CANDIDO, apud, MOTA, 1986)

O grande tema passou a ser a Mudança Social. A sociologia voltou-se para a pesquisa sobre os condicionantes sociais do desenvolvimento; as resistências às mudanças; a dicotomia arcaico *versus* moderno. Explicar como a sociedade se desenvolveu passou a ser questão central das ciências sociais da época – como definir claramente as oposições entre tradição e modernidade; como encontrar substitutos funcionais à ética protestante para localizar as modernizações que teriam condições de dar certo; como entender as diferentes etapas deste processo. As mazelas sociais – personalismo, familismo, patrimonialismo – explicariam, por sua pré-modernidade, as diferenças nas etapas de desenvolvimento. Tudo isto valeu para o Brasil e para a América Latina e conformou o pensamento e as propostas dos intelectuais e cientistas sociais (OLIVEIRA, 2005; p.117)

A Ciência Social no Brasil, enfim, vivia uma etapa que se aproximava de um paralelo com seu período clássico nos países de capitalismo originário, isto é, passou a agir como impulsionadora da “reforma social” (VIANNA, 2004; p.221), Os intelectuais despertavam para questões que atingiam diretamente os setores subalternos da sociedade, muito embora ainda permanecessem eqüidistantes de envolvimento direto com a classe trabalhadora (Ibidem; p.209; MICELI, 1989; p.73).

No caso específico do grupo que se concentrava em torno da cadeira de Sociologia I da USP foi a campanha pela defesa da escola pública⁴⁰ que propiciou esta transformação na representação do sociólogo (ROMÃO, 2003). A militância intelectual em torno do estabelecimento pleno da *cidadania* que marca a chamada “escola sociológica paulista” e a eleição, neste momento, da educação como mecanismo mais apropriado para a aceleração e consecução deste processo encontravam condições favoráveis a desenvolverem-se. Ainda sob a liderança de Florestan Fernandes, e influenciados por uma determinada interpretação de Mannheim, compreendendo a sociologia como uma técnica de intervenção racional na

⁴⁰ A Campanha ocorreu entre fevereiro de 1960 e outubro de 1961. Tinha como objetivo pressionar o legislativo para democratização da educação no país, reunindo amplos setores intelectuais na discussão com movimentos sociais, sindicatos, organizações estudantis, com apoio do jornal *O Estado de São Paulo*: “Florestan participou da Campanha com todas as suas forças e mobilizou para ela inclusive sua própria Cadeira. Fernando Henrique Cardoso, Marialice Foracchi, Ianni, Luiz Pereira foram alguns de seus assistentes que dela participaram ativamente. Afinal, a educação era considerada fator estratégico para o desenvolvimento do país. Um projeto educacional para o Brasil que fosse destinado a toda a população, isto é, que pudesse suplantear o projeto liberal de formação das elites dirigentes, seria a alavanca que impulsionaria a ampliação da acanhada democracia institucional brasileira [...]” (ROMÃO, 2003; p.40)

realidade⁴¹, a perspectiva do grupo não estava voltada exclusivamente para o “Estado”. Seu discurso, aliás, é caracterizado pela tomada de posição em favor da reforma da “sociedade”.

A Sociologia como reforma social reconhece no tema da educação o seu *solving-problem*, lugar em que se promove a conversão do simples indivíduo em cidadão: “devemos proceder de modo a termos o melhor – um Estado Democrático autêntico e uma Escola Pública capaz de servir ao nosso aperfeiçoamento material, intelectual e moral”. Na relação viciada entre um Estado de raízes patrimoniais e uma sociedade inorgânica, cujos indivíduos estão destituídos de direitos, cabe primeiro, reforma da sociedade civil. A alternativa oposta, que conferia a quebra do padrão de subdesenvolvimento ao Estado e à modernização econômica conduzida por ele, produziria o resultado perverso de reciclar o domínio das elites tradicionais “como se o ‘Brasil arcaico’ devesse sempre preponderar sobre o ‘Brasil moderno’”. (VIANNA, 2004; p.212)

Embora possamos afirmar que há uma ruptura considerável no pensamento sociológico dos anos 50, em relação às visões e posicionamentos dominantes na intelectualidade brasileira anteriormente, dificilmente pode-se atribuir homogeneidade conceitual e teórica no que diz respeito aos trabalhos produzidos (VILAS BOAS, 2006a). As próprias representações que se faziam da sociologia e dos novos papéis do sociólogo na sociedade eram temas de discussões intermináveis. A contenda entre as posições de Florestan

⁴¹ Gláucia Villas Boas (2006), aliás, chama a atenção para o fato de que as ideias de Mannheim sofreram um influxo particular em sua transposição para o Brasil. Segundo a autora, na recepção do autor húngaro por nossos cientistas sociais dos anos 50, não teria havido um interesse por suas reflexões sobre a “sociologia do conhecimento”, seu pensamento não concorreu aqui para alguma influência no *metier* do sociólogo, como acontecera nos Estados Unidos. Esta incorporação seletiva teria agido no sentido de justificar uma re-elaboração das ideias sobre o papel dos intelectuais na sociedade brasileira, numa busca de controle do *tempo* e da *política* nas transformações do país. A sociologia de Mannheim é pensada entre nós no sentido de uma “Sociologia Aplicada”, como forma superior de intervenção na realidade: “As ideias de Mannheim serviram para justificar a atribuição de um papel histórico à sociologia como técnica social capaz de distinguir as tendências racionais e irracionais da sociedade – não no sentido que Mannheim dava a esses termos, mas no sentido atribuído pelos sociólogos brasileiros às tendências tradicionais e modernas”.

Fernandes e Guerreiro Ramos ⁴² sobre o assunto é exemplo significativo das modalidades de definição de sociologia e de cientista que estavam em questão (BARIANI, 2003 & 2008; MARTINS, 2008; VILAS BOAS, ibdem).

No Rio de Janeiro a questão do “engajamento” e a ideia de *intelligentsia* serão recuperadas a partir de um eixo de compreensão que imprimirá rumos distintos daqueles estabelecidos pelos intelectuais de São Paulo. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, é que dará o tom do debate na capital. As discussões realizadas nesta instituição caracterizam-se pela perspectiva de se buscar dirimir o atraso da sociedade brasileira a partir do pacto nacional-desenvolvimentista, fomentando a aliança entre a burguesia, o povo-massa e o Estado. Aqui, é a *nação* que surge como sujeito da “mudança provocada”, cabendo aos intelectuais a função de desenvolver a “ideologia do desenvolvimento nacional”, conscientemente ou não, anulava-se as contradições de classes. (TOLEDO, 1986; 1997)

Octavio Ianni (2004) identifica a ideia isebiana como uma espécie de neo-bismarckismo, onde o Estado era representado como demiurgo da sociedade, aos seus “ideólogos” o aparelho estatal não apareceria como componente da sociedade civil, mas sim como “instituição privilegiada”,

⁴² A contenda entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos se dá no II Congresso Latino-americano de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo (em 1953), no qual, enquanto presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais, o sociólogo baiano apresentou uma série de propostas que buscava sistematizar seu programa de uma sociologia redimida aos problemas nacionais. Segundo o autor, era necessária uma concentração dos exíguos recursos disponíveis para a pesquisa sociológica no Brasil para trabalhos que se voltassem aos problemas locais, dispensando uma atenção reduzida às questões metodológicas e estudos voltados a situações passadas (RAMOS, 1957, p.77-78). O autor paulista interveio criticamente, defendendo padrões e procedimentos rigorosos e universais de pesquisa. Essa polêmica orientou uma série de artigos e obras, de ambos os lados, que marcam bem as diferenças mais fundamentais entre o modelo sociológico que caracteriza as produções do Rio de Janeiro e de São Paulo. Com o passar do tempo, Florestan torna-se sensível a diversas questões colocadas por Guerreiro Ramos, porém exigindo uma visão da sociologia como auto-consciência da realidade social, irredutível às questões políticas imediatas, muito embora sensível aos problemas sociais. A sociologia da sociologia de Octavio Ianni volta-se para questões semelhantes, no entanto de modo menos unilateral do que as duas posições.

fetichizada. Segundo o autor, ao longo do governo Kubitschek este modelo pôde desenvolver-se com relativa tranqüilidade⁴³. Porém, a crise do pacto populista; o divórcio entre as tendências do poder econômico que prosperou ao longo dos anos 50 e; a crescente politização da classe trabalhadora das cidades e do campo; eram sinais do esgotamento do modelo desenvolvimentista que teve no ISEB uma de suas matrizes mais importantes. O golpe de 1964 é compreendido como uma resposta de classe às novas pressões, assim como a redefinição das relações políticas e econômicas da grande burguesia com o conjunto da sociedade, sob condições extremamente favoráveis:

Na medida em que o poder estatal adquiriu o dinamismo desenvolvimentista preconizado no modelo neobismarckiano, o que ocorreu foi um crescente comprometimento do Estado com o capital monopolista. Por isso, venceu a burguesia. Foi a grande burguesia que se beneficiou do tipo de hipertrofia do poder estatal - com seu planejar, executar e controlar - que o modelo preconizou. (IANNI, 2004; p.259)

Seria problemático afirmar que teria havido uma homogeneidade de opiniões e posições no interior do ISEB, ou mesmo que não existiram variações e transformações substantivas em suas ideias ao longo do curto período em que teve vigência, entre 1955 e 1964 (PECAULT, 1990). No entanto, subjacente a esta diversidade, havia uma proposição metodológica comum, a sociedade era compreendida de modo *dualista*, de certa forma, a sociologia da modernização que ali fora praticada era tributária de forte influência do

⁴³ Renato Ortiz (2006) oferecerá visão contrária a esta interpretação de Octavio Ianni. Segundo o autor, “O período Kubitschek se caracteriza por uma internacionalização da economia brasileira justamente no momento em que se procura “fabricar” um ideário nacionalista para se diagnosticar e agir sobre os problemas nacionais. Por outro lado, o golpe de 1964 encerrou, definitiva e autoritariamente, as atividades deste grupo de intelectuais. [...] O golpe de 64 erradicou qualquer pretensão de oficialidade às teorias do ISEB [...]” (ORTIZ, 2006; p.47).

estrutural-funcionalismo, tal como concebido pela Cepal (OLIVEIRA, 2005). Seu quadro conceitual fora construído em torno de dicotomias, tais como, arcaico ou moderno, imperialismo ou nacionalismo, campo ou cidade, ruralização ou industrialização, em suma, à dualidade “nação e anti-nação”. Na perspectiva do grupo, aos intelectuais cabia a tarefa de elaborar uma “ideologia nacional”, estabelecendo-se a ideia de que a modernização da economia levaria o país a superar sua condição de subdesenvolvido em relação às nações industrializadas.

Os isebianos levaram às últimas conseqüências a ideia de engajamento intelectual. A tese da neutralidade nas Ciências Sociais lhes soava como um subterfúgio reivindicado por aqueles que não se demonstravam dispostos a assumirem os novos papéis sociais exigidos aos intelectuais, ou seja, os que se revelassem aquém da tarefa histórica imediata. Neste sentido, a instituição “[...] não aceitou a separação entre ciência e política [...]” (OLIVEIRA, 2005; p.118). Para alguns interpretes, o pensamento do grupo aparecia como uma variante do “nacionalismo ingênuo” ou “deformante”, um aspecto da “ideologia da cultura brasileira”, em certo sentido descompromissado com o rigor científico (MOTA, 1994).

Estes juízos críticos acerca do ISEB parecem captar aspectos realmente existentes na instituição. Entretanto, como bem aponta o sociólogo Renato Ortiz (2006), este clima de hostilidade e a indisfarçada ironia contida nas interpretações nem sempre satisfazem as exigências de responder quais os fatores que foram responsáveis pela influência de seu pensamento na esfera cultural, mesmo após sua extinção oficial.

Todas estas transformações nas relações entre intelectuais, política e ciência, que estamos buscando captar as tendências mais tangíveis, estão referidas às mudanças de fundo no interior da sociedade brasileira e latino-americana. A ideia de “crise” aparece não como um simples momento, mas como uma noção que define um período histórico do país, há crise na política, com o populismo; no campo, com a re-fundação das Ligas Camponesas e a proletarização do trabalhador rural; na cidade, com as pressões por democratização política e reformas estruturais. Trata-se de um movimento que tem sua gênese na sobrepujação do mundo “rural” pelo “urbano” (IANNI, 1975).

A Cepal, Comissão Econômica para a América Latina, criada em Santiago, no Chile, em 1948, tem um importante papel neste processo. Como dito, a linha interpretativa seguida por instituições como o ISEB sofre forte influência deste órgão (OLIVEIRA, 2005). Por outro lado, as mudanças de eixos temáticos propostas pela comissão, privilegiando a modernização econômica e o planejamento estatal, não deixaram de exigir condicionamentos e influir nas rearticulações do grupo uspiano. Muito embora este fosse crítico às soluções apresentadas, via-se cada vez mais diante da necessidade de tornar-se sensível às problemáticas levantadas em outros *lócus* (ROMÃO, 2003; LAHUERTA, 2005, 2008).

Tendo em seus quadros economistas importantes, como o argentino Raul Prebisch e o brasileiro Celso Furtado, a Cepal buscou compreender a particularidade da América Latina no processo de desenvolvimento da economia mundial. Lucia Lippi de Oliveira (2005) argumenta que neste esforço de interpretação, os economistas já não aceitariam o contraponto *atraso versus moderno*, reformulando o léxico conceitual para explicar as relações de

subordinação das economias da região frente aos grandes centros capitalistas. O conceito de “subdesenvolvimento” é formulado para dar conta desta nova realidade, ele é criado para pensar a América Latina (OLIVEIRA, 2005).

Os economistas da Cepal estavam preocupados em promover uma releitura das teorias clássicas sobre o desenvolvimento capitalista. A ideia de “ordem liberal de concorrência perfeita” era posta em xeque a partir da análise efetiva sobre as situações de desvantagens dos países não industrializados (BERNARDES, 2009). A retenção de suas atenções à subordinação dos países agro-exportadores nas trocas internacionais com as nações “desenvolvidas”, isto é, industrializadas, encerrava o debate às suas especificidades econômicas. Embora ressaltasse a necessidade do Estado assumir novas funções, em suas relações com a economia, a superação da condição subdesenvolvida ainda não era vista como uma questão política (IANNI, 1971b).

Os pontos principais da teoria cepalina estavam em defender a promoção da industrialização substitutiva de importações, na crítica à deterioração dos termos de troca e em aventar para a necessidade do Estado agir diretamente neste processo, seja protegendo o mercado interno, ou criando condições estruturais para o desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 2005). Não obstante o fato de que esta teoria do desenvolvimento estivesse marcada pelo método estrutural-funcionalista, alguns intérpretes buscam destacar que ela estava longe de ser uma abordagem descolada da realidade social (SILVA, 1995; 1997). Devido a este fato foi que ela pôde exercer tanta influência no debate latino-americano, tanto sobre aqueles que buscaram reafirmá-la quanto nos que preferiram compreender a “histocidade da estrutura”

a partir do recurso à interpretação dialética, caso do grupo uspiano (idem, 1997).

Neste período, há de fato uma reorientação das Ciências Sociais em âmbito continental. O debate em torno das ações necessárias à superação do subdesenvolvimento levou à formação de faculdades e institutos de pesquisa avançada, voltados para esta temática. Tais instituições tinham um caráter mais técnico de pesquisa, orientadas para a formulação de diagnósticos dos fatores impeditivos aos desenvolvimentos nacionais, assim como à elaboração de técnicas de planejamento às economias da região com vistas à industrialização.

A Unesco estava intimamente envolvida com a criação de muitas destas instituições, ora cedendo técnicos para completar seus quadros ora financiando diretamente sua elaboração. Alguns exemplos deste movimento são; o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), criado em 1955, por Anísio Teixeira; o Centro Latino-americano de Pesquisa em Ciências Sociais, criado em 1957, no Rio de Janeiro; a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, criada em 1958, em Santiago, no Chile, assim como o; Instituto Latino-americano de Pesquisas e Estudos Sociais (OLIVEIRA, 2005).

Como salienta Carlos Guilherme Mota (1987), o estrutural-funcionalismo, de matriz cepalina, predominou nos novos centros de educação e pesquisa, entre fins da década de cinqüenta e início dos anos sessenta. No que condiz aos intelectuais brasileiros, muitos que ali complementaram seus estudos estiveram sob a influência dos debates então realizados (OLIVEIRA, 2005; SILVA, 1997). A revista *América Latina*, elaborada no interior da CLAPCS, a partir de 1958, é tida como uma grande referência deste

movimento e apontada como pioneira na “integração” de estudos sobre a região (OLIVEIRA, 2005):

A temática maior da revista foi mesmo a Sociologia do Desenvolvimento, fortemente marcada pelas orientações cepalinas: a noção de sociedade dual (arcaico versus moderno) e a análise dos indicadores deste processo – grau de urbanização e industrialização; índices de mobilidade social; de analfabetismo; integração da população na economia formal, além de aspectos comportamentais tratados como mudança de mentalidade (idem, p.123).

Outra manifestação importante deste surto modernizador da sociologia da região, embora tenha um caráter mais localizado, foi o movimento responsável pelos chamados Estudos de Comunidade⁴⁴. Não obstante o fato de ter agregado pesquisas paralelas em diversas regiões do país, seria na ELSP que esta modalidade de pesquisa obteria maior êxito e fomento⁴⁵. Com tais trabalhos envolveram-se pesquisadores importantes, como Charles Wagley, Emilio Willems, Donald Pierson e Oracy Nogueira, dentre outros. Estas pesquisas pretenderam, a partir da incorporação de métodos e técnicas advindos da etnologia e da antropologia americana, realizar estudos sobre pequenas comunidades em vias de transformação (NOGUEIRA, O, 1977).

Eram estudos estimulados com o objetivo de reunir dados mais precisos sobre os grupos sociais marcados pela mentalidade de caráter tradicional.

⁴⁴ Utilizo o termo *localizado*, no sentido em que tais estudos não deixaram uma marca tão duradoura na tradição sociológica brasileira quanto os outros grupos. Entretanto, tais trabalhos acompanhavam outra vertente da sociologia internacional que também estava bastante engajada na pesquisa sobre as transformações econômicas e os efeitos sobre as comunidades ou grupos sociais. Nos Estados Unidos e na Europa, pode-se dizer que esta corrente se fez hegemônica por certo tempo. Inclusive, sociólogos importantes que se contrapunham a ela como Charles Wright Mills (1986) e Norbert Elias (1994) ocuparam papéis secundários no período.

⁴⁵ Josildeth Gomes Consorte (1996) relembra que embora alguns dos pesquisadores envolvidos com os Estudos de Comunidade pertencessem aos quadros da USP, tais como Azis Simão e Emilio Willems, a instituição em si jamais se envolveu diretamente com essa modalidade de estudo.

Oracy Nogueira (1977) expõe com clareza que os objetivos destes trabalhos eram promover diagnósticos realistas para as intervenções dos *políticos*, *burocratas* e *técnicos* nas regiões analisadas. Para o autor, tratava-se do mais importante movimento intelectual da pesquisa sociológica no país; defendendo, inclusive, uma maior concentração de recursos nesta modalidade de estudo com vistas ao aumento do conhecimento das populações isoladas e dos fatores que as faziam resistirem às transformações que a sociedade nacional vivenciava.

Como padeciam de uma reconstrução histórica mais abrangente, estes trabalhos foram alvo de diversas críticas de jovens cientistas uspianos, que à época já estavam próximos ao “materialismo histórico” e também atentos às objeções que tal modalidade de pesquisa encontrava na corrente crítica da sociologia americana. Octavio Ianni intervém como uma das figuras centrais deste debate, tecendo severas ponderações a tais estudos⁴⁶. O que nos interessa aqui é que se trata de uma das primeiras reflexões mais abrangentes do autor sobre a natureza do trabalho sociológico. Neste sentido, cabe salientar que a análise sobre estes ensaios colocam questões que extrapolam seus objetivos imediatos, suscitando elementos de ordem epistemológica e teórica da maior importância para as Ciências Sociais (VILA NOVA, 1996).

Embora não estivessem indiferentes às transformações apontadas, os sociólogos uspianos, em especial aqueles reunidos junto à cadeira de Sociologia I, ofereciam forte resistência ao encampamento de qualquer um dos modelos de análise acima arrazoados. Para este grupo, era patente que a

⁴⁶ Ver capítulo III.

sociedade brasileira entrava numa época de transformações estruturais, por outro lado um exame menos ideológico – ou mesmo menos ingênuo – da situação comprovava facilmente que a industrialização e a urbanização se mostravam insuficientes para resolver os desequilíbrios regionais encontrados em âmbito nacional. A identificação mecânica entre modernização e melhoria das desigualdades sociais era posta em xeque, haja vista que nem nos principais centros metropolitanos do país teria havido uma realização plena da cidadania democrática.

Os trabalhos sobre a natureza das relações entre raças e classes no Brasil, financiados pela Unesco a partir de meados da década de 50, já haviam iniciado um posicionamento crítico do grupo com relação ao pensamento conservador brasileiro. A desconstrução do mito da “democracia racial” era um acerto de contas com uma linha interpretativa que teve um forte peso nas discussões políticas da intelectualidade nacional, em especial nos anos 30. Se neste primeiro momento foram dados os primeiros passos no sentido de trazer à tona certos impedimentos à realização da democracia no país, um desdobramento mais aprofundado sobre o “desenvolvimentismo” orientaria a atualização da postura, marcando definitivamente a entrada do grupo no debate político nacional, flertando cada vez mais com uma linha teórica de esquerda (ROMÃO, 2003).

Esta discussão irá ocorrer a partir da estruturação e estabelecimento de uma estratégia que unificaria tais posicionamentos públicos com a experiência acadêmica que haviam acumulado. A criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, CESIT, junto à cadeira de Sociologia I, no ano de 1961, refletia a capacidade de articulação e organização desses intelectuais,

assim como o papel que buscavam ocupar no conjunto da sociedade em transformação:

O grupo da sociologia I mesclou, à formulação de um “projeto acadêmico” que visava estabelecer as bases teórico-epistemológicas da sociologia científica no Brasil – especialmente com a produção Florestan Fernandes –, uma atuação política tanto interna quanto externa à Universidade, em que o talento político de Fernando Henrique Cardoso aliava-se à liderança acadêmica de Florestan. A experiência do CESIT é o ponto alto dessa ação acadêmico-política em que a sociologia assume a missão de transformar a Universidade e o Brasil (Ibidem, p.5)

No âmbito do CESIT seria desenvolvido um estilo de pesquisa que orientaria as colocações políticas dos intelectuais uspianos. José de Souza Martins (1998), inclusive, dirá que mesmo entre os membros do centro que posteriormente partiram para a intervenção política direta, caso de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, a interpretação sociológica que fora desenvolvida ali acabou norteando sensivelmente suas preocupações quanto à sociedade brasileira.

Num primeiro momento o centro se forma em torno da concepção de “Sociologia Aplicada” de Florestan Fernandes, ou seja, análise dos efeitos “disnômicos” da vida social, buscando condições mais elaboradas para uma intervenção racional na realidade. Tanto as mudanças que ocorriam no país quanto as novas influências teóricas que eram incorporadas por membros do grupo levaram a instituição, aos poucos, a abandonar certa mistificação “mannheimiana” em torno da sociologia aplicada e assumir uma concepção propriamente marxista da sociedade, privilegiando o “conflito” como condição social fundamental (ROMÃO, 2003).

O projeto *Economia e Sociedade (Análise Sociológica do Subdesenvolvimento)*, desenvolvido no centro, acabou unificando os esforços que vinham sendo realizados a partir dos membros da cadeira de Sociologia I para demarcar uma interpretação mais rigorosa sobre a modernização que acontecia no país. A partir deste trabalho, aprofundou-se a [...] investigação sobre os grupos e estruturas sociais que ocupavam posição-chave para a realização do projeto de desenvolvimento nacional, em particular, o empresariado, o Estado e força de trabalho [...] (Ibidem, p. 51). O CESIT passou a representar a mediação institucional onde seriam estabelecidas as linhas que definem a sociologia uspiana do período como um marco na história das Ciências Sociais do país (MARTINS, 1998), a partir do diálogo crítico com o nacionalismo ingênuo e com a importação irrefletida das teorias clássicas.

Entre os trabalhos mais significativos desenvolvidos a partir do Cesit estão; *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964), de Fernando Henrique Cardoso; *Industrialização e Desenvolvimento no Brasil* (1963) e *Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil* (1965), ambos de Octavio Ianni; *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil* (1965), de Luiz Pereira; *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: uma análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife* (1968), de Paul Singer. Todas estas obras fizeram parte do projeto *Economia e Sociedade*, em geral, elaboradas como teses acadêmicas pelos principais intelectuais reunidos em torno de Florestan Fernandes, entre os anos de 1963 e 1966 (BRITO, 2005).

Em seu interior foram estabelecidas as bases para o acerto de contas teórico que o grupo uspiano promoveria com os setores ditos “progressistas” da

intelectualidade brasileira e latino-americana e também com a esquerda partidária, esta última, ainda presa às teses etapistas sobre a revolução socialista no Brasil. Podemos dizer que os debates ali realizados, de algum modo, já antecipavam algo daquele processo que Carlos Guilherme Mota (1986) denominaria de “politização das ciências sociais”, aprofundado após o golpe militar de 1964.

Pode-se afirmar que mesmo o centro não tenha cumprido todas as expectativas que seus criadores, em especial Florestan, lhe depositavam, nem por isso não deixou de exercer um papel extremamente significativo no sentido de renovar o arcabouço teórico e metodológico utilizado para se pensar a sociedade brasileira⁴⁷. Parte considerável dos trabalhos publicados a partir das condições institucionais que ele propiciou são os primeiros passos de um

⁴⁷ Em algumas oportunidades o próprio Florestan Fernandes demonstrou certa “frustração” com relação com relação ao malogro do projeto idealizado a partir de sua cadeira sociológica na Universidade de São Paulo (FERNANDES, 1977 & 1978). A idéia de criar um centro de alta performance intelectual que estabelecesse padrões rigorosos para se pensar a modernização da sociedade brasileira não passou incólume pelas transformações histórico-estruturais que confinou o pensamento crítico do país “ao ostracismo e à impotência”. A onda conservadora que assolou a política brasileira suprimiu experiências autônomas de pensamento radical, pulverizando elementos que pretendiam uma explicação alternativa ao entusiasmo exagerado que caracterizava o período anterior diante do desenvolvimentismo. *“No começo nós podíamos, com o nosso esforço e com denodo, compensar a erosão inevitável. Mas, no fim, a crise se tornou maior e marchamos para uma espécie de plano inclinado. Um grupo que era um grupo de ponta, acabou sendo pulverizado. Isso não significa que tenhamos perdido tudo. Mas é preciso meditar sobre o exemplo. Quem faz a história das ciências em termos instrumentais não está preocupado com o que está acontecendo; está preocupado com o que se deve fazer. E o que se deve fazer é das recursos para que o terreno a ser conquistado possa ser realmente conquistado; para que haja um avanço contínuo e não um solapamento do trabalho intelectual, com um declínio incontrolável das potencialidades criadoras”* (FERNANDES, 1978; p.30). Essa idéia é recolocada pelo autor cerca de vinte anos após, nas Jornadas de Ciências Sociais da Unesp de Marília, em um evento de homenagem a Octavio Ianni, em 1986: *“Poderíamos afirmar: estamos aqui! Não fomos derrotados! Porém, também não vencemos a hidra de sete cabeças... Tampouco conseguimos realizar os fins de uma atividade crítica e produtiva de um ambicioso projeto de investigação, que se irradiaria de São Paulo para o Brasil e a América Latina, como um marco de autonomia científica. As sementes ficaram e medraram, porque o pensamento é indestrutível e contamos com continuadores. Contudo, perdeu-se a resposta ao desafio que subsiste de ultrapassar a os parâmetros do eurocentrismo e do arrasador ianquismo.”* (FERNANDES, 1996; p.12)

movimento que marcou a sociologia latino-americana, também corroborando decisivamente para a formação de uma concepção original de marxismo. São estes fatores que tornam impossível falar sobre qualquer grande problema brasileiro sem dialogar de alguma forma com os “dilemas apontados” por seus membros (MARTINS, 1998).

Outro importante centro de estudos do qual participaram os intelectuais uspianos deste período foi o Centro de Estudos Brasileiros, Cebrap, criado em 1969, sob a liderança intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Embora tenha uma importância reduzida para o nosso tema de estudo⁴⁸, esta instituição cumpriu um papel fundamental como espaço de refúgio e criação intelectual para boa parte dos intelectuais de São Paulo, arbitrariamente “aposentados” da universidade pelo AI-5.

O Cebrap aglutinou “cérebros” que buscavam exercer uma resistência à ditadura e conseqüentemente manter bases institucionais que, embora diferentes da universidade⁴⁹, permitissem uma ação coletiva com relação à criação de uma agenda de pesquisas contemporizada com o novo período

⁴⁸ Octavio Ianni não figura entre os maiores entusiastas do Cebrap. O autor já havia recusado o convite para ser membro fundador do centro, pois a princípio não concordava com a ideia de criar um instituto dependente de financiamentos privados. Para ele, em médio prazo, isto poderia comprometer as prioridades e objetivos que encampavam sua criação. Entretanto, passa a compor seu quadro de pesquisadores após o primeiro ano de existência. Devemos ressaltar que mesmo no período em que ali atuou, ele concentrou seus esforços em pesquisas qualitativas e não àquelas associadas às principais fontes mantenedoras do centro. Em meados da década de setenta Ianni é o primeiro a abandonar o grupo, alegando que “que este não mais cumpria sua missão específica de resistência à ditadura”. (SORJ, p.77)

⁴⁹ “A ideia de organizar um centro de pesquisa e debate que permitisse superar uma série de constrangimentos ligados ao clima acadêmico que se vivia na USP tinha surgido bem antes das cassações produzidas pelo Ato Institucional n.5, até certo ponto antecipando a eventualidade de expurgos nas universidades. Em 1966-67, ainda no Chile, Fernando Henrique Cardoso havia discutido com Carlos Estevam Martins e Vilmar Faria, que ali se encontravam trabalhando na Flacso e no ILPES, a possibilidade de formar um centro de pesquisas, fosse reativando o antigo CECID no interior da USP, fosse criando um novo centro” (SORJ, 2008, p.30)

histórico que o país passara a vivenciar. Suas publicações, em especial os periódicos *Cadernos do Cebrap* e *Novos Estudos*, deram novo ensejo à produção intelectual do país na primeira metade da década de 70. Entretanto, as constrictões colocadas a um centro com tal perfil, isto é, dependente de financiamento externo e suscetível às intervenções que esta situação desconfortável acarretava, ou seja, a inversão de prioridades em sua agenda de pesquisa, o fizeram perder fôlego daí em diante.

2.3 - O marxismo uspiano e a discussão nacional: um novo estilo de reflexão

Os trabalhos realizados no âmbito do CESIT, assim, refletiram, ao modo uspiano, o turbilhão político-cultural pelo qual passava a sociedade brasileira. Entretanto, há outro aspecto que é particular a FFCL daqueles tempos que irá contribuir decisivamente para que o centro assumira uma linha muito mais crítica que aquela originariamente pensada quando de sua criação (ROMÃO, 2003).

Desde 1958, um grupo de professores e alguns jovens alunos dos cursos de Ciências Sociais, Filosofia, História e Economia reunia-se para realizar um estudo sistemático sobre a obra maior de Marx, *O Capital*. Esta atividade, embora organizada com caráter extra-institucional⁵⁰ e com ênfase metodológica, acabou exercendo uma “influência decisiva” sobre os principais assistentes de Florestan Fernandes, dentre outros (MARTINS, 1998).

⁵⁰ O *Seminário* não era ligado a nenhuma Cadeira da FFCL, naquele momento Marx não era estudado na Universidade. Por outro lado, não demorou muito até que suas atividades passassem a refletir na vida cultural uspiana, tão logo Ianni e Fernando Henrique Cardoso introduziram o autor alemão na grade curricular da instituição (SILVA, 1995; SORJ, 2008).

[...] Longe de ficarem em uma perspectiva unicamente teórica, os sociólogos deste grupo desenvolveram estudos concretos da realidade nacional graças, principalmente, ao Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), coordenado por Florestan Fernandes e ligado à cadeira de Sociologia da USP (SILVA, 2007; p.71)

O *Seminário Marx*, como ficou conhecido, é o eixo de uma radicalização à esquerda do grupo uspiano neste período (LAHERTA, 1999). Diversos fatores concorreram para que esta iniciativa fosse levada a cabo, vamos a alguns deles; naquele momento, aos novos pesquisadores, parecia demasiadamente eclética e anacrônica a tese de Florestan Fernandes em seu *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica (1959)*; o método estrutural-funcionalista, que orientava os trabalhos da Cepal, lhes soava extremamente esquemático e mecanicista; as interpretações do marxismo oficial dos grupos de esquerda, em especial do Partido Comunista Brasileiro (PCB), restringiam-se às reproduções simplificadoras do esquematismo etapista que orientava a linha de diversos PCs ocidentais, desde a Terceira Internacional; as modalidades mais recentes de pesquisa, à exemplo que era praticado pelos teóricos dos “Estudos de Comunidade”, eram encaradas sob suspeita por reduzir a Ciência Social apenas às suas dimensões técnicas e não dar o salto qualitativo do nível “descritivo” ao “interpretativo” dos eventos abordados; aos seus olhos, o nacionalismo isebiano fora considerado excessivamente frágil do ponto de vista de uma sustentação científica. Todos estes fatores, uns mais que outros, impingiam os novos pesquisadores para uma radical renovação do arsenal teórico utilizado para se pensar a realidade brasileira. Milton Lahuerta defende que o posicionamento do grupo busca superar criticamente a principalmente três destas referências:

[...] De um lado, a referência mais imediata diz respeito à obra de Florestan Fernandes [...] com sua pretensão de integrar os vários métodos sociológicos de interpretação a partir das tradições das Ciências Sociais – Durkheim, Marx e Weber –, havia se tornado um ponto de referência na institucionalização da disciplina e liderança hegemônica entre os intelectuais de São Paulo [...] A outra referência [...] expressava-se através da doutrina da CEPAL, da Organizações das Nações Unidas (ONU). São conhecidas as posições desta instituição, mentora maior dos projetos nacional-desenvolvimentista da América Latina, no sentido de se criar técnicas que contribuíssem para diminuir o atraso desses países frente aos desenvolvidos [...] a terceira referência, ainda que meio difusa, concentrava-se nas teses defendidas pelo nacionalismo teórico, tanto nos moldes isebianos quanto comunistas [...] (LAHUERTA, 2008; p.322-323).

Segundo um dos mais importantes componentes do seminário, o grupo era fortemente marcado pela “vocação científica” difundida na FFCL, por isso mesmo se constituindo a partir de um ceticismo perante as visões claramente positivistas que formatavam o pensamento sociológico dos “oponentes”. Buscava-se “[...] compreender as estruturas do capitalismo da época [...]” (GIANNOTTI, 1998; p.116). Embora lhes parecesse irrevogável a tese em torno da construção e determinação social das representações que fazemos da realidade, a visão crítica que o grupo advogava se demarcava como alternativa ao “marxismo confessional”⁵¹. Sua ênfase se definia por buscar, ao invés de uma confusa mistura entre “ciência” e “ideologia”⁵², a “historicidade das ideias”. Assim, do mesmo modo que se afirmava como uma injunção histórica a

⁵¹ Chacon (1977) define o “marxismo confessional” como aquele voltado para a ação política direta em contraposição ao “marxismo metodológico”, associado à valorização estrita do método elaborado por Marx e Engels para pesquisas sociais.

⁵² Num outro contexto, intentando tornar mais clara a posição do grupo entre as diferenças qualitativas de sua visão com relação à perspectiva do ISEB, que buscava a intervenção embasada numa confusa e unificadora idéia de “ideologia nacional”, o filósofo expõe com maior clareza a perspectiva do seminário: “[...] Sem cair em qualquer cientificismo, reconhecendo o papel das ideologias secretadas pelas ciências, em suma, sem cair nas tentações do realismo, eu mesmo não podia ver na ideologia outra coisa senão o efeito representado como total de uma situação particular” (GIANNOTTI, 1998; p.120)

“tomada de partido” frente à situação imediata, também era evidente a compreensão de que esta atitude não poderia buscar refúgio em uma frágil compreensão do movimento da sociedade. Pretendiam, pois, “[...] afinar conceitos científicos que lhes fornecessem instrumentos de intervenção na própria universidade e na política brasileiras [...]” (GIANNOTTI, 1998; p.119).

Outra característica marcante do *Seminário* é o seu caráter “interdisciplinar”, havia uma “divisão de tarefas” entre seus membros (ibidem, p.121). Esta ideia não pode nos levar a crer que não tenha existido em seu interior⁵³, e mesmo se aprofundando posteriormente, divergências de posicionamentos entre seus membros. Para Nobre (1999), esse “consórcio” entre diferentes áreas se constituiu mais por necessidades estruturais, em razão da natureza dos desafios que o grupo se colocava, do que por desejo dos participantes. Enfim, para realizar o “salto teórico” aspirado, tornava-se necessário superar o caráter isolado, a falta de integração entre as diferentes áreas das ciências humanas até aquele momento.

Seu ponto forte consistiu em estruturar uma leitura crítica a respeito dos rumos do desenvolvimento do país, a partir de sua associação com o movimento geral de reprodução do capital em nível global. “[...] Sumariamente,

⁵³ Marcos Nobre (1999) aponta que o radicalismo teórico de Giannotti é bem maior que o de Fernando Henrique Cardoso, outra figura central do grupo. Atribui isto, dentre outros fatores, ao caráter subsidiário que a “Filosofia” tinha no grupo em relação às “Ciências Sociais”, estas, que já dispunham de maior tradição na vida universitária brasileira. Luiz Fernando da Silva (1995; 1997), por outro lado, destacará que com o tempo as posições de Giannotti e Cardoso se tornaram muito próximas, elegendo as contraposições teóricas entre Fernando Henrique Cardoso e Ianni como as que evidenciam com maior exatidão as diferenças de posições entre seus membros. Para o autor, dentre os autores do seminário, Ianni será aquele que mais radicalizará suas posições, privilegiando uma visão centrada nas “classes sociais” e ressaltando a categoria “revolução” como um componente indissociável do marxismo e da análise dialética da sociedade. Por outro lado, Cardoso elegeria a “politização da sociedade” e a crítica ao autoritarismo a partir da defesa “democracia” como debate central a ser realizado na sociedade brasileira, encetada sob a ditadura militar.

a novidade constituiu em juntar o que andava separado, ou melhor, em articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do capital, cuja órbita era de outra ordem [...]” (SCHWARZ, 1998; p.89-90). Neste sentido, era possível captar a historicidade da sociedade a partir do movimento contraditório do real. Desta forma, escapava-se das diversas mitificações em torno da burguesia, do Estado e da pacificação da luta de classes que orientavam as análises de setores dominantes da intelectualidade e da esquerda no Brasil.

Tornava-se clara a fragilidade da interpretação dualista, majoritariamente cultivada. Se o “atraso” ainda continuava como eixo para se pensar o país, este já não era visto como uma condição que pudesse ser superada a partir da ativação de apenas um dos pólos da antítese, como se fôssemos reproduzir o desenvolvimento das nações clássicas do capitalismo. Estabelecia-se um novo padrão teórico-metodológico, compreendia-se que a partir da *periferia* poderíamos captar melhor o movimento da totalidade (BASTOS, 2002).

Portanto, a reflexão em torno da singularidade brasileira não estaria mais condicionada à rejeição ou aceitação plena dos modelos centrais de interpretação. Roberto Schwarz (1999), num excepcional balanço sobre os desdobramentos das discussões do grupo na cultura brasileira, demonstra que; para além da superação de uma postura idealista e dual da realidade, se tratava de entender que aquilo que se passa na periferia é “*diverso, mas não alheio* à ordem do capital”. O que estava em questão, portanto, não era decidir se cabia ou não optar pelo uso de categorias pensadas para explicar o centro. Apesar de conservarmos profundas diferenças históricas, a órbita do capital

nos unifica numa totalidade mais ampla, deve-se, sim, estabelecer critérios objetivos para um uso criativo das mesmas:

[...] diverso, porque a colonização não criava sociedades semelhantes à metrópole, nem a ulterior divisão internacional do trabalho igualava as nações. Mas um espaço da mesma ordem, porque também comandado pela dinâmica abrangente do capital, cujos desdobramentos lhe dão regra e definem a pauta [...] Às apalpadelas, havia consciência no seminário de que sem crítica e invenção categorial – ou seja, sem a superação da condição mental passiva, de consumidores crédulos dos progressos das nações adiantadas (e também das atrasadas) – não seria possível dar boa conta da tarefa histórico-sociológica posta em nossos países. Noutras palavras, faria parte de uma inspiração marxista conseqüente com certo deslocamento da própria problemática clássica do marxismo, obrigando a pensar a experiência histórica com a própria cabeça, sem sujeição às construções consagradas que nos serviam de modelo, incluídas aí as de Marx. (SCHWARZ, 1999; p.95-96)

Esta consciência crítica propiciou condições para que o grupo reestruturasse política e academicamente, e a partir de novas bases, suas relações com o pensamento hegemônico no país, assim como com aquele difundido pelos grandes centros estrangeiros:

[...] Talvez se possa dizer que naqueles anos tumultuosos, de culminação e crise do nacionalismo desenvolvimentista, o qual trouxe à cena a massa de excluídos e os prometia integrar (ilusão ou não), a experiência histórica levou uma parte da intelectualidade a se desapequenar [...] A teoria social desenvolvida nas universidades dos países hegemônicos passava a ser examinada com olhos críticos, a validade geral de seus consensos sociológicos e econômicos deixara de ser ponto pacífico, e mesmo seu lado mediocramente apologético foi notado [...] Com altos e baixos, a floração do marxismo e da dialética no continente expressava e formulava esta repolarização dos pontos de vista, que impregnou de história e contradição a questão dita técnica da luta contra o atraso. (ibidem, p.99-100)

Luiz Fernando Silva (1997) destaca como uma característica positiva dos estudos realizados pelos membros do *Seminário* a sua capacidade de visualizar as peculiaridades dos “países em situação de desenvolvimento”. Por

outro lado, diz o autor, esses trabalhos teriam secundarizado ângulos importantes da teoria marxista, “Embora realizasse uma reflexão sobre a constituição das classes sociais, principalmente do proletariado, não existia uma preocupação de articular tal análise com as crises e possibilidades revolucionárias [...]” (SILVA, 1997; p.77). Para o autor, Octavio Ianni teria sido o único que escapava a esta problemática constatação para um grupo marxista. Mesmo com relação às “classes sociais” estes “marxistas acadêmicos” não teriam ultrapassado o “nível da exterioridade” em suas análises, ou seja, não entraram no universo cotidiano e sócio-cultural dos grupos sociais abordados. Advoga que a ênfase metodológica do grupo permite-nos classificá-lo como uma vertente do “marxismo ocidental”, para tanto, apóia-se na definição de Perry Anderson em seu livro *Considerações sobre o marxismo ocidental* (1984), no qual o autor inglês conceitua esta corrente a partir da identificação de certo distanciamento estabelecido entre “teoria” e “prática política”. Entretanto, tal ponto de vista do autor é parcialmente ambíguo, pois, como apontamos acima, ele reconhece que a perspectiva dos membros do CESIT não era unicamente teórica, desenvolvendo trabalhos que aprofundaram a compreensão do processo de desenvolvimento capitalista no país e das mudanças sociais em curso (ibidem, 1997; p.71).

Esta atividade crítico-teórica, no princípio, manifestou-se como um desdobramento de certo “provincianismo”, particular aos intelectuais paulistas. Nutriam pouco interesse pelas posições que alimentavam o imaginário da esquerda e de alguns setores progressistas da época, como dissemos em outros momentos, vinculados às ambigüidades do nacionalismo. No entanto, a própria conjuntura da época passou a aproximar os pensadores de São Paulo

com os debates que se acirravam nos periódicos da intelectualidade crítica brasileira. O pensamento de esquerda que tomava corpo em São Paulo, portanto, não ficou limitado às atividades ligadas ao *seminário*, ou mesmo às produções do CESIT, mas atuou decisivamente nas páginas da *Revista Brasiliense*, de Caio Prado Júnior, assim como da *Revista Civilização Brasileira (RCB)*, em especial pelas atuações mais assíduas de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

Ianni, aliás, foi o autor que mais sensivelmente percebeu a necessidade de agir neste sentido, ou seja, transpondo os limites acadêmicos das discussões. Teve uma atividade importante nestes periódicos, aproximando-se inclusive do núcleo da intelectualidade carioca, onde era produzida a *RCB*, sendo, inclusive, membro de seu conselho de redação. A situação política que passava a imperar a partir do golpe militar em 1964 acabou corroborando para que os intelectuais dos dois principais centros urbanos e culturais do país partilhassem um “terreno comum” de reflexão e discussão (Pecault, 1990; p.221). “[...] É esse terreno comum que possibilita que os professores da USP entrem na discussão nacional, de tal modo que o espaço acadêmico vai se tornando, paulatinamente, um espaço político” (LAHUERTA, 2009).

As polêmicas de Ianni em torno do nacional-populismo, a crítica ao nacionalismo da esquerda e à reificação do Estado burguês, sumariamente apresentadas no capítulo anterior, se darão já neste contexto, onde o grupo uspiano passa a se posicionar mais efetivamente no debate nacional. As “diferenças filosóficas e políticas”, que “não afetavam o debate intelectual” no interior do grupo (SORJ, 2008; p.19), se tornarão mais evidentes no decorrer das décadas de sessenta e setenta (SILVA, 1995). Pouco a pouco, a partir das

trajetórias seguidas pelos principais representantes do “marxismo acadêmico” uspiano, vão se delineando algumas tensões que se polarizam na história das Ciências Sociais, tais como, as que existam entre intelectual e político; a visão revolucionária e a reformista dos processos sociais; a ciência como conhecimento crítico-transformador e a ciência reduzida à sua dimensão técnica.

Direta ou indiretamente, parte significativa da clientela da Universidade de São Paulo contrariava o mito liberal da instituição, formando um núcleo de crítica radical que estabeleceria marcas importantes na cultura do país.

[...] o mito da U.S.P não foi criado e reforçado pelos filhos rebeldes dessa instituição. Ele foi montado e reforçado pelos vários expoentes de nosso “pensamento liberal”, envolvidos com a fundação da U.S.P e da sua Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (ou com o culto dessa fundação). Este mito é inconsistente e tão mentiroso quanto outros mitos elitistas, disseminados a partir da situação de interesses dos estratos dominantes a partir da situação de interesses dos estratos dominantes das classes possuidoras, como os mitos da democracia racial, da consciência nacional cristã, da identificação democrática da livre iniciativa, do caráter nacional do intervencionismo estatal, etc.[...] (FERNANDES, 1984; p.16).

Uma afirmação talvez demasiadamente entusiasmada para avaliar a conduta individualizada de muitos dos sujeitos envolvidos neste processo. No entanto, tal posição não deixa de encontrar certa correspondência e materialidade em figuras como Octavio Ianni. No capítulo final, a partir da análise de sua sociologia da sociologia, ao estabelecer coerência entre suas ações como debater público, intelectual crítico e posicionamentos teóricos, buscaremos sustentar tal ponto de análise.

Capítulo III

Octavio Ianni e a Sociologia da Sociologia

Nesta sociedade em transição se está numa posição progressista ou reacionária; não se pode estar com os braços cruzados. É preciso procurar uma nova escala de valores. O velho e o novo têm valor na medida em que são válidos. Ou se dirige a sociedade para ontem ou para o amanhã que se anuncia hoje. As atitudes reacionárias são as que não satisfazem o processo e os valores requeridos pela sociedade de hoje (Paulo Freire)

Nos capítulos anteriores, pudemos observar como a sociologia foi se constituindo enquanto conhecimento que carregava, ao menos virtualmente nas cabeças e “penas” de nossos intelectuais, possibilidades de superação da situação de “atraso” que o país mantinha em relação aos grandes centros da economia capitalista. Colocada nesses termos, tal imagem pode causar certo espanto ou literalmente soar como ingênua ao observador contemporâneo. Mas o fato é que no contexto tenso que caracterizou o século passado ela já foi apontada, inclusive, como “a arte de salvar o Brasil”, para retomarmos uma conhecida expressão do escritor e folclorista Mário de Andrade.

Entre nós, logo após a sua primeira institucionalização na década de trinta, primeiramente fora pensada como ciência aplicada, vinculada às suas funções práticas. Este é o ponto fulcral que de certo modo une os diferentes núcleos intelectuais analisados anteriormente, considerando-se obviamente as particularidades de cada um. Buscava-se um conhecimento racional que, justamente por ser identificado com os ares da sociedade moderna, poderia permitir um determinado controle ou planejamento sobre o desenvolvimento

econômico e social. Não é obra do acaso que o nome de Karl Mannheim tenha sido aquele que mais circulou entre os intelectuais brasileiros até meados do século XX.

A sociologia praticada neste período é uma “sociologia da modernização”, aliás, característica inerente à época. Obviamente que alguns dos sujeitos envolvidos portavam uma análise mais sofisticada, escapando ao reducionismo econômico *stricto sensu*. Entretanto, a noção instrumental de ciência foi aquela que se impôs majoritariamente.

Apenas com o acirramento das contradições do próprio projeto modernizador, associadas à permanência do Brasil arcaico imbricado junto à nova realidade, que aquelas primeiras teses passaram a ser colocadas sob questionamentos mais demorados. Até este momento eram esparsas ou quase inexistentes as reflexões mais sistemáticas sobre o próprio fazer sociológico, excetuando-se, talvez, as incursões do jovem Florestan Fernandes. Porém, mesmo neste autor as respostas vão sendo procuradas numa perspectiva que, embora tenha auferido resultados deveras brilhantes, não necessariamente indaga as raízes ideológicas das ideias sociológicas⁵⁴, não há uma teoria do conhecimento.

“em Florestan o que importa fundamentalmente são os procedimentos de análise da realidade, os modos de se enfrentar a realidade pela via do pensamento analítico. As questões metodológicas subordinam a si as questões

⁵⁴ A dimensão militante da sociologia de Florestan Fernandes tornou-se muito mais presente em seus trabalhos após o afastamento forçado de suas funções como docente da Universidade de São Paulo. Depois de lecionar por um curto período no Canadá o autor volta ao país assumindo com plena liberdade intelectual um curso de formação do programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica. Para sistematizar tais atividades docentes, Florestan produz um pequeno livro no qual se debruça com maior atenção em torno das relações entre conhecimento sociológico e ideologia. Entretanto, este momento é posterior ao período acima mencionado. Detalhes, ver: FERNANDES, Florestan. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo, Ática, 1980.

propriamente teóricas da construção dos grandes arcabouços conceituais”. (COHN, in: ARRUDA, 1996, p. 63)

Certa visão demiúrgica das Ciências Sociais fincou sólidas raízes em tal meio intelectual. Refletindo os impasses da época, como buscamos fazer anteriormente, dificilmente pode-se imaginar que a situação pudesse ser resolvida de outra maneira. A transição para uma sociedade eminentemente urbana e industrial impingia os intelectuais a reivindicarem para si, e também para os seus discursos, um estatuto privilegiado. Períodos de crise não são favoráveis ao estabelecimento de mediações mais distanciadas ou frias com relação aos processos sociais. Afinal, o cientista está imerso na trama histórica, porta ideias e interesses ligados a grupos que se auto-definem de acordo com a posição que ocupam na sociedade, estabelecendo a partir daí suas relações com as demais frações.

É neste sentido que mesmo os sujeitos que colocavam em xeque a tese da neutralidade do pensamento sociológico o faziam a partir de uma perspectiva mais aproximada a outros campos de reflexão, tais como o político ou o ideológico. O golpe militar de 1964 acirra essas questões ao limite, pois, ao buscar o policiamento ou domesticação da vida intelectual brasileira, acaba exigindo que o debate seja assentado a partir de novos termos pelos agentes sociais.

Na década de 60 temos a emergência dos Estados ditatoriais em diversos países da América Latina, situação que privilegiava certa modalidade de interpretação do real, ou seja, “o conhecimento como técnica de auto-aperfeiçoamento da realidade e de controle social”, passível de ser

“instrumentalizado” em favor dos variados modelos de modernização conservadora que se atualizavam⁵⁵ na região.

O caráter de “sócios menores” que fora reservado aos países latino-americanos no movimento geral do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em esfera internacional, assim como a dependência que esta condição lhe impunha não apenas no aspecto econômico e político, mas também no que concerne à cultura e à ciência em geral, acabaram por criar uma situação na qual esta questão tomasse certa centralidade na reflexão sobre o “saber” e o “fazer” sociológicos.

Tal estado de fatores acabou por demandar uma postura crítica no sentido de problematizar os rumos tomados pelo conhecimento sociológico nestes países. É esse o contexto no qual que está localizado o livro de Octavio Ianni, *A sociologia da sociologia latino-americana*⁵⁶, trabalho sobre o qual pretendemos promover um mapeamento em torno dos principais problemas abordados, destacando, ademais, as modificações que sofre em seguintes edições, até ter seu próprio título alterado e o conjunto revisto, em sua terceira edição, publicada em 1989, *Sociologia da sociologia: o pensamento social brasileiro*.⁵⁷

⁵⁵ Optamos pela idéia de *atualização* por compreender que o processo de modernização que havia anteriormente na região também era conservador, no sentido em que gerava o processo de exclusão em relação à incorporação dos setores populares às conquistas democráticas. No entanto, não há como negar que a legitimação dos regimes ditatoriais, do autoritarismo como maneira oficial do relacionamento entre Estado e sociedade, alterava “qualitativamente” o problema. Os imperativos da “racionalidade instrumental” foram oficialmente declarados como pressupostos para a modernização da região, processo este que, obviamente, não vinha acompanhado dos valores libertários e humanistas da modernidade em sua concepção crítica.

⁵⁶ IANNI, OCTAVIO. *A Sociologia da sociologia Latino-americana*. 1ªed. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A, , 1971.

⁵⁷ IANNI, OCTAVIO. *Sociologia da Sociologia*. 3ªed. Revista e Ampliada, São Paulo, Editora Ática, 1989.

É na qualidade de *scholar*, experimentado nas mais modernas técnicas de pesquisa, que o sociólogo paulista reivindica uma visão mais ampla para se analisar a problemática. Posiciona-se como “intelectual público”, ciente das implicações de sua ciência e das conseqüências de sua atividade na sociedade (BOTELHO, 2004). André Botelho (idem), ao discutir a radicalidade com a qual nosso autor assumiu a vocação sociológica, distingue dois elementos fundamentais para a compreensão da obra, de certa forma abrindo possibilidades analíticas para nossa afirmação de que os posicionamentos de Ianni são inovadores em relação aos que o precederam no tratamento da temática.

A primeira delas diz respeito ao reconhecimento, tornado explícito em seu trabalho, de que a sociologia permite possibilidades de desenvolvimento diversificadas, ainda que ambivalentes, das quais são exemplares a sociologia como “técnica de controle social” ou como “crítica da ordem existente” [...] A segunda diz respeito à questão da prioridade da *responsabilidade* sobre o *engajamento* [...] Responsabilidade que, ao contrário do que possam sugerir as diferentes perspectivas que acabam por submetê-la aos mais diferentes compromissos, apenas aumenta na medida em que a sociologia se desenvolve como disciplina e ganha autonomia relativa, pois como qualquer outra forma de poder também o conhecimento sociológico traz ao menos virtualmente os seus “demônios”, como o professor também gostava de fazer notar. Assim, Ianni alertava para o risco de a sociologia tornar-se incapaz de transcender a ordem constituída, como crítica do existente, e acabar por desempenhar o papel de adequação técnica de meios a fins em sociedades, também por isso, marcadas por uma esfera pública cada vez mais estreita e uma participação democrática cada vez mais reduzida (Ibidem, p.6-7)

3.1 Preliminares

Publicado em 1971, pela editora Civilização Brasileira, o livro⁵⁸ reúne uma série de trabalhos que anteriormente haviam sido lançados em periódicos, algumas comunicações de seminários acadêmicos, como também o texto inédito “A Sociologia da Dependência”. Com exceção do artigo sobre “A crise do pensamento sociológico”⁵⁹, todos os escritos são referidos à produção sociológica realizada nos países latino-americanos, mais especificamente, no delineamento de seus “conteúdos ideológicos”.

A obra polemiza o debate a partir de um chamado de insurgência contra o clima até então dominante no ambiente sociológico da região. Segundo Ianni, a contenda estava posta entre duas concepções de pensamento social, onde se podia localizar primeiramente uma sociologia oficial, “dentro da lei”, entendida como as interpretações da sociedade a partir do “funcionalismo”, ou de correntes correlatas que a concebiam de maneira “dualista”, arrebatando a historicidade do real. No outro extremo, identificava uma segunda vertente, considerada “fora da lei”, onde se agrupavam trabalhos que analisariam a realidade a partir de ponto de vista próximo ao “materialismo histórico e dialético”, as relações entre as classes sociais é que dão o tom desta linha de abordagem. Esta última, portanto, voltava-se à compreensão das estruturas de “dominação política” e “apropriação econômica”, reconstruindo e interpretando a história a partir de um eixo que compreende a realidade sob uma perspectiva

⁵⁸ Em sua edição original é composto pelos seguintes capítulos: I) Sociologia da Sociologia (p.5-35); II) Sociologia e Dependência Científica (p.37-63); III) Estudo de Comunidade e Conhecimento Científico (p.65-82); IV) Três Interpretações do Desenvolvimento (p.83-100); V) Condições Políticas do Desenvolvimento Econômico (p.101-109); VI) Problemas de Explicação na Sociologia (111-139); VII) A Crise do Pensamento Sociológico (p.141-159); A Sociologia da Dependência (p.161-183).

⁵⁹ O autor justifica a publicação deste artigo junto aos outros que tratam especificamente da América Latina por entender que os temas nele abordados acabam por repetirem-se na região. Ver: Ianni, 1971, op. cit. p.3.

integradora, totalizante, evidenciando as múltiplas articulações entre as dimensões políticas, econômicas e sociais da vida.

Ainda com relação às duas linhas citadas, é necessário lembrar que representam, para o autor, a primeira, a “sociologia técnica”, e a segunda, a “sociologia crítica”, à qual se vê filiado. Entretanto, nos reportaremos no momento necessário a esta subdivisão tão cara às suas observações. Passemos agora aos trabalhos que compõem o conjunto estudado, analisando-os na ordem em que são ordenados por Ianni.

3.2 A sociologia em discussão

O artigo “*Sociologia da Sociologia*”⁶⁰ inicia o trabalho, nele o sociólogo busca evidenciar as relações necessárias entre o pensamento científico, as modalidades de consciência social e as configurações sociais, refletindo sobre as particularidades destas questões quando sobrepostas ao conhecimento sociológico. Não sendo imune às determinações da sociedade, o sociólogo sempre teria de lidar com a questão do “engajamento” em suas reflexões. Obviamente o sentido de seus posicionamentos não está pré-determinado, as estruturas antagônicas do real abrem um campo de possibilidades que podem orientar a reflexão, ora para uma linha conservadora, ora para uma linha crítica. Independente da modalidade seguida, o que é importante reter é que o pensamento sobre o real sempre está, de algum modo, correspondido às determinações do universo cultural no qual está inserido o pesquisador.

⁶⁰ IANNI, OCTAVIO. “Sociologia da Sociologia”. In. Diegues Junior, Manuel & Wood, Bryce (Organizadores), *Social Science in Latin America*, Columbia University Press, New York, 1967 (Publicação Original).

Discutindo o padrão de trabalho da sociologia latino-americana, Ianni delinea alguns dos dilemas do nosso pensamento social. O caráter retardatário do desenvolvimento das ciências sociais na América Latina acabou por gerar - no esforço de atualização forçada de métodos e técnicas - alguns equívocos sobre o papel e as funções do pensamento sociológico. Não é outro o sentido dos “falsos dilemas teóricos” sobre os quais se agitavam nossos pensadores, a exemplo da subdivisão entre a “indução quantitativa” e a “indução qualitativa”⁶¹. Do mesmo modo, as divisões entre “ensaísmo” e “ciência”; “filosofia social” e “sociografia”; fase “pré-científica”, de “institucionalização” e a, de fato, “científica”; apreenderiam o movimento de modo dicotômico, não percebendo continuidades subjacentes a ambos os momentos, reduzindo a discussão em torno do pensamento sociológico a uma questão de “domínio de técnicas”. Tais dicotomias são incapazes de compreender toda a riqueza e complexidade contida no real, excluindo modalidades do pensamento criador na interpretação dos processos sociais.

O pano de fundo da discussão acima levantada é a ideia de que a sociologia não pode se reduzir a uma reflexão exterior aos fenômenos da sociedade. Neste sentido, a adoção de certos modelos particulares às “Ciências Naturais”, como no caso de algumas destas classificações, teria imposto obstáculos intransponíveis para uma saída concreta do dilema no qual se vê encerrado o pensamento latino-americano.

⁶¹ A referência aos tais “falsos dilemas” dirigem-se, em especial, às primeiras tentativas de revisão interpretativa da sociologia latino-americana realizadas por Gino Geramani, *Desarrollo y Estado Actual de La Sociología Latinoamericana*, Buenos Aires, 1959. Detalhes, ver: Ianni, 1971, op.cit. p.11.

A explicação a tal estado de coisas é procurada a partir da compreensão do movimento que transforma o sociólogo, ou *cientista*, em *técnico* ⁶². Problemas estruturais do continente, a exemplo de seus como impasses sociais, políticos e econômicos, levaram à necessidade de formação de especialistas em assuntos sociais, imprimindo o imperativo da operacionalidade imediata às descobertas científicas. Esta situação acabou por afetar sensivelmente a escolha dos temas, e mesmo o tratamento mais amplo dos problemas analisados. Deste modo, pouco foi realizado no sentido de promover um equacionamento adequado entre os interesses interiores da comunidade científica e as necessidades exteriores, majoritariamente de ordem política.

Coerente à formação anteriormente recebida, sua crítica, no entanto, se volta não à natureza última deste processo, que é universal, mas sim à forma a qual ele tomava entre nós. A transferência de problemáticas externas era um de seus efeitos mais evidentes. Havia a necessidade estabelecer relações concretas entre a realidade social e a seleção temática e metodológica, os critérios efetivos de objetividade nem sempre correspondiam às expectativas das agências fomentadoras dos trabalhos. O caso da pesquisa sobre “democracia racial”, financiada pela Unesco, em meados do século passado, é um belo exemplo dos conflitos colocados entre ciência e ideologia:

A UNESCO, por seu lado, em certa época incentivou os estudos sobre relações raciais. No Brasil, alguns destes estudos foram estimulados sobre a presunção de que a nação

⁶² “No plano da América Latina em conjunto, a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) e o Instituto Latinoamericano de Palinificación Económica y Social respondem a essa exigência. Como as universidades do continente não se haviam compenetrado da necessidade de modernizar-se e diferenciar o seu programa de formação pessoal e pesquisas, para preparar técnicos para organizações públicas e privadas, fundaram-se aquelas instituições com êsse(sic) fim.” Cit. in. Ianni, 1971; p.23.

seria uma “democracia racial”. Todavia, à medida que os resultados foram sendo conhecidos e que aquela hipótese se revelava insustentável, a instituição perdeu interesse no assunto [...] (Ibidem; p.27).

Por parte dos cientistas sociais brasileiros, não obstante esta exceção identificada na pesquisa de Florestan Fernandes e Roger Bastide⁶³, ainda era escassa uma preocupação mais efetiva por questões teóricas ou mesmo por questionamentos mais sistemáticos sobre as condições institucionais nas quais o conhecimento era produzido. Assim, haveria uma espécie de contentamento superficial com mera assimilação e difusão das novidades formuladas na Europa e nos Estados Unidos, tudo isto sem mediações que expressassem o florescimento de um espírito crítico.

Neste ínterim, Ianni reivindica a necessidade de uma visão integradora das Ciências Sociais. A natureza do peculiar desenvolvimento latino-americano exigia uma visão globalizadora dos processos sociais. Estabelece que a realidade somente torna-se inteligível “quando o cientista apanha as nuances, tendências e virtualidades” (IANNI, 1971b; p.34), unindo elementos provenientes da sociologia, da ciência política, da antropologia, da história, etc.

Em *Sociologia e dependência científica*⁶⁴ temos uma abordagem da chamada “cultura da dependência” que existiria na América Latina, em particular com relação aos Estados Unidos. De acordo com nosso autor, para além dos níveis econômicos e políticos, pode se verificar uma dependência cultural, intrinsecamente relacionada com as outras duas. A sociologia sofreria

⁶³ BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. Brancos e Negros em São Paulo, 2ªed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1959. Cit. por; Ianni, 1971, p.40.

⁶⁴ IANNI, OCTAVIO. Sociologia e Dependência Científica. In. *Information sur les Sciences Sociales*, Vol. IX, nº4, Paris, 1970. (Publicação Original)

os efeitos deste influxo externo nos níveis teórico, metodológico e na própria escolha de temas. Fatores científicos e extra-científicos mesclam-se a partir da complexa relação que se estabelece entre os pólos desiguais deste processo:

Para melhor esclarecer as limitações com as quais se defronta a sociologia latino-americana, examino os seguintes temas:

- (a) O caráter externo de grande parte da problemática com a qual trabalham muitos sociólogos interessados na América Latina.
- (b) As implicações inerentes à adoção, por parte desses sociólogos, de problemática muitas vezes mal conceptualizada(sic), secundária ou simplesmente externa.
- (c) A interpretação insatisfatória, superficial ou errônea das sociedades latino-americanas, resultante da adoção de problemática externa, ou de assuntos tematizados sem espírito crítico.
- (d) As relações entre ciência e política, conforme elas se exprimem na própria produção sociológica (IANNI, 1971b; p.40).

A importação da problemática sociologia, ou seja, o tratamento de assuntos relacionados à influência de centros de pesquisa e de cientistas sociais estrangeiros acabava por favorecer a ampliação de uma espécie de pesquisa dita “diplomática”, “evasiva”, ou mesmo exacerbadamente “otimista”. “Muitas vezes, a adoção desses assuntos, por parte dos sociólogos da América Latina, está relacionada aos recursos financeiros e institucionais, bem como aos mecanismos de aquisição e prestígio acadêmico dos países dependentes” (IANNI, 1971b; p.46).

Em geral, os trabalhos orientados por tais premissas buscam a interpretação da sociedade de modo dualista:

[...] Estes trabalhos sociológicos fundam-se em pares de conceitos, tais como os seguintes: arcaico-moderno, rural-urbano, agrário-industrial, sociedade aberta-sociedade fechada, sociedade estagnada-sociedade dinâmica, sociedade tradicional - sociedade de massas, feudalismo-capitalismo, etc (Ibidem, p.49)

Este modo de compreensão da realidade tem raízes histórico-sociais, pois já estava presente no universo intelectual das antigas elites coloniais, num terreno onde as “[...] dicotomias europeu-índio e senhor-escravo facilitaram a elaboração de categorias antitéticas [...]” (IANNI, op.cit.; p.71) Já no século XX, a predominância de certas correntes econômicas no pensamento latino-americano, a exemplo da Cepal, ou mesmo a UNESCO, muito embora imbuídas por intenções radicalmente distintas daquelas, acabou fortalecendo este modo de compreensão da realidade, com a difusão da chamada “teoria do subdesenvolvimento”.

Para Ianni, a teoria do subdesenvolvimento orientava-se por algo semelhante ao princípio funcionalista da “causação circular acumulativa”, onde ressalta-se sempre a incapacidade do segmento “arcaico” da sociedade integrar-se ao segmento “moderno”:

[...] De acordo com esta concepção (que se apóia na *causação funcional*, como princípio explicativo) basta inovar em um dos elos da cadeia que caracteriza a sociedade arcaica para que todo o sistema comece a modificar-se, por influência dos efeitos diretos e reflexos dessa inovação. Assim, o surgimento de novas lideranças empresariais, a redefinição das funções do Estado na esfera econômica, ou substituição de uma das importações; qualquer uma destas alterações, ainda que adotada isoladamente, provocará, necessariamente, a modificação de todo o sistema (IANNI, 1971b; p.54).

O princípio da “*contradição*” está ausente nesta abordagem, não são problematizados os graus de integração, ou mesmo a complementaridade que existe entre os dois momentos de um processo mais amplo, as modalidades de absorção do excedente econômico ou da força de trabalho que sempre estão presentes nesta relação.

A alternativa teórica colocada pela sociologia crítica com relação do desenvolvimento desigual no interior da sociedade dependente orienta-se no sentido de qualificar os desequilíbrios regionais a partir de noções como “colonialismo interno”⁶⁵, “dependência estrutural” e “imperialismo”. Para Ianni, a reconsideração do problema nesta perspectiva modifica a questão em termos teóricos, e mesmo em suas implicações práticas.

Na conclusão do artigo, nos lembra que suas considerações não devem ser confundidas com uma rejeição integral do intercâmbio científico, este é necessário para os países latino-americanos. Não está sendo posto em dúvida o caráter universal e cumulativo da ciência, assim como a necessidade do domínio dos procedimentos teóricos e metodológicos por ela desenvolvidos. O que se debate é a necessidade de reconhecer que o conhecimento nas Ciências Sociais não possui, em hipótese alguma, um caráter neutro, devendo-se, pois, refletir sobre as implicações variadas de questões que se põem no movimento geral de circulação das ideias em âmbito universal:

Em suma, o reconhecimento e a análise crítica das condições científicas e extra-científicas em que se dá a produção sociológica parece ser uma condição indispensável para o desenvolvimento da sociologia na América Latina. A partir do balanço crítico da experiência acumulada e dos dilemas reais do presente, torna-se possível progredir melhor na interpretação das sociedades latino-americanas. E a reinterpretação das sociedades latino-americanas, em particular, e da América Latina, em conjunto, é provavelmente o melhor caminho para o desenvolvimento teórico da sociologia (IANNI, 1971b; p.63).

⁶⁵ Sobre estas noções: Casanova, Pablo Gonzales, *La Democracia em México*, 2ªed., Ediciones Era, México, 1965, p.92-99. Ianni, . *Estado e Capitalismo*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965, p-73-82. Citações do autor, p.55.

Em *Estudo de comunidade e conhecimento científico*⁶⁶, temos uma crítica ao modelo de métodos e técnicas de pesquisa, utilizados nos estudos setoriais, realizados preponderantemente na Escola Livre de Sociologia e Política, em meados das décadas de 40 e 50, como apontamos no capítulo anterior. Fortemente influenciados pelas pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos, estes trabalhos caracterizavam-se pela produção de monografias que, a partir de “estudos de caso”, buscavam identificar certos entraves às transformações pelas quais passava a sociedade brasileira na transição de um universo social com predominância rural para outro onde as relações típicas da sociedade urbana se faziam sentir com maior intensidade. Tais estudos afirmavam-se como “alternativa teórica” aos antigos ensaios histórico-sociais, produzidos anteriormente no país. Entretanto, assevera Ianni, sem equacionamento adequado, não retendo parcialmente sugestões criativas que estes traziam mesmo padecendo de um rigor mais acadêmico. Por outro lado, também não eram esgotadas as possibilidades interpretativas que estas pesquisas abriam no sentido de um acúmulo efetivo de conhecimento da sociedade em seu local de origem.

Desta maneira, ganhou-se em precisão e rigor na observação e tratamento descritivo dos eventos, perdendo-se algumas vezes a riqueza e a desenvoltura no uso criador da inteligência. Por isso, nem sempre o rigorismo das expansões positivistas pode ser encarado como contribuição real, para um conhecimento da realidade histórico-social, nem um enriquecimento efetivo da ciência social no Brasil. Em parte, isto se deve ao fato de não se ter explorado devidamente certas possibilidades abertas com as monografias clássicas produzidas nos Estados Unidos (IANNI, 1971b, p.70-71).

⁶⁶ IANNI, OCTAVIO. Estudo de Comunidade e Conhecimento Científico. In. *Revista de Antropologia*, Vol. 9, nº1/2, São Paulo, 1961. (Publicação Original)

No geral, a ácida crítica do sociólogo se dá no sentido de apontar que tais análises, por encerrarem a discussão ao preenchimento de certos requisitos metodológicos, empobreciam as possibilidades de uma explanação mais ambiciosa. O caráter operacional das pesquisas também impedia um questionamento mais rigoroso sobre a forma a qual o processo de desenvolvimento estava assumindo no país. Deste modo, não há hipóteses interpretativas nestes trabalhos, asseverando que a própria reconstrução descritiva acabava sendo prejudicada. Tratava-se, pois, de uma “reversão entre meios e fins”, na qual uma “solução metodológica” para a observação da realidade acabou sendo confundida com um “modelo teórico” para a compreensão da mesma (Ibdem, p.80).

Em “*Três interpretações do desenvolvimento*”⁶⁷ temos uma análise sobre como um dos temas centrais das Ciências Sociais, a *mudança social*, era interpretada pelos diferentes grupos intelectuais da região. Segundo Ianni, havia três orientações de explicação das transformações estruturais que irrompiam no momento, distinguindo-se pela maneira como enfocavam “[...] as relações entre os homens e o sistema econômico, social, político e cultural; a harmonia possível dos componentes do todo e os ritmos diversos de modificações das várias esferas do sistema; a relação sujeito-objeto da atividade humana, tanto ao nível das ações econômicas como das outras, inclusive no âmbito da atividade de conhecimento científico” (IANNI, 1971; p.88-89).

⁶⁷ IANNI, OCTAVIO. *Três Interpretações do Desenvolvimento*. In. Hamburguer, Ernesto W. (organizador), *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento*, edição Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, São Paulo, 1969. (Publicação Original)

A primeira das orientações era tributária da Economia Política clássica, correspondendo à interpretação *liberal*, amparada pressupostamente na ideia que encampa a autonomia do fator econômico em relação ao conjunto da sociedade. Aqui, a história era reduzida ao momento presente, como conseqüência prática e epistemológica desta opção tem-se que a questão da modernização passa a ser analisada numa perspectiva unilateral, não sendo consideradas, senão de modo periférico, as esferas culturais, políticas e sociais da mesma.

Uma segunda corrente era representada pelos defensores da “teoria da estagnação” na análise das relações entre “economia” e “política”. Recorrendo a uma perspectiva limitada, esta abordagem lançava mão a uma “ficção metodológica” para completar uma visão empobrecida do problema do “subdesenvolvimento”. Assim, o empresário aparecia como um demiurgo da sociedade, a ciência era reduzida à ideologia da classe dominante, esta é a interpretação *imperialista* da história⁶⁸.

A terceira faz uso da “dialética” como modo de apreensão da realidade em movimento, sendo que a sociedade é considerada para além de sua dimensão econômica e são analisadas as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção. Esta interpretação se caracterizava como *revolucionária* ao passo que compreendia os homens como sujeitos efetivos da transformação histórica. Destaca, também, que no movimento de transporte cultural destas correntes interpretativas, da Europa para os países dependentes, o capitalismo já não nos apareceria como alternativa insuperável.

⁶⁸ Sobre estas considerações de Ianni, ver: op.cit., p.91-96.

Já em “*Condições políticas do desenvolvimento econômico*”⁶⁹ o problema do desenvolvimento econômico da América Latina é abordado como uma questão essencialmente “política”. Trata-se da maneira como são equacionadas e interpretadas as condições de *ruptura* entre as formas de “dominação política” e “apropriação econômica”. Parece-nos que aqui o autor reconhece o marxismo como uma alternativa teórica *qualitativamente* distinta no que condiz às possibilidades de concepção e interpretação da realidade. O modo como o sociólogo problematiza a sociedade o encaminha para a colocação do problema em termos de “ruptura conjuntural” ou “ruptura estrutural”.

Estamos, pois, num âmbito que busca romper com uma visão que reduz a problemática, tanto teórica como empiricamente, a uma “análise de fatores”, isto é, circunscrita à apreensão de sua conjuntura imediata. O problema deveria ser elevado ao nível das estruturas históricas globais para que, assim, se pudesse definir o caráter das rupturas político-econômicas externas. Neste sentido, não há a possibilidade de separação das esferas econômica e social da vida, o desenvolvimento envolve formas de dominação e apropriação, transformações nas relações entre as pessoas, grupos e classes sociais. O sujeito do conhecimento, desta forma, deveria ter todas estas questões em seu horizonte reflexivo, tanto no momento de construção de suas explicações como também na escolha dos recursos teóricos e metodológicos com os quais apreende e interpreta a realidade.

⁶⁹ IANNI, OCTAVIO. *Condições Políticas do Desenvolvimento Econômico*, trabalho apresentado no *Seminário Internacional de Desenvolvimento Político*, realizado na Universidade de Minas Gerais, setembro de 1966. (Original)

Por essas razões, os modelos políticos de desenvolvimento não se esgotam nas alternativas reforma ou revolução, planificação ou livre-iniciativa, autoritarismo ou democracia. Em última estância, o que está em jogo - enquanto possibilidades - são as alternativas capitalismo ou socialismo. Ou melhor, é necessário saber em que medida uma ou outra configuração social de vida pode realizar melhor o progresso e a liberdade coletivos. Em outras palavras, as interpretações sobre o desenvolvimento econômico envolvem sempre a discussão das possibilidades abertas às coletividades para construir o próprio futuro (IANNI, 1971b; p.109)

O sexto artigo, “*Problemas de explicação sociológica*”⁷⁰, é um dos mais sugestivos⁷¹ de todo o livro. Aqui são abordadas algumas características e problemas da sociologia brasileira, existindo também uma reflexão sobre o papel desempenhado por Florestan Fernandes no desenvolvimento da disciplina entre nós. Em sua conclusão, promove um rápido balanço do estado desta especialidade naquele momento.

Tomando como ponto de partida a relação entre *ciência e sociedade*, Ianni observa o caráter contraditório do desenvolvimento da sociologia no Brasil. Para o autor, parte considerável do pensamento clássico brasileiro permanecia alheia à realidade concreta do país, possuindo ligações para além de íntimas com o pensamento europeu. Somente com a criação das universidades, em princípio dos anos 30, foram oferecidas condições mais favoráveis à incorporação de rigorosos padrões de trabalho científico no campo das Ciências Sociais (IANNI, 1971b; p.114-115).

⁷⁰ IANNI, O, Problemas de Explicação na Sociologia. In. *Revista Anhembi*, Vol. XXXVII, nº127, São Paulo, 1961. (Publicação original)

⁷¹ Desconhecemos os motivos que levaram Ianni a retirar este artigo da edição de 1989. Provavelmente o autor tenha partido do suposto de que as questões referentes à sociologia no Brasil receberam um estudo pormenorizado no livro de 1975, que compõe a primeira parte desta edição, assim como, a segunda parte contemplaria as considerações sobre Florestan Fernandes.

É neste contexto que a figura de Florestan Fernandes ocupa irrestrita centralidade, a grande importância de seus estudos, seja no que condiz à metodologia seja à elaboração teórica, marca um ponto de virada decisivo no desenvolvimento posterior da disciplina no país. Não obstante, na análise de Ianni, o que está em questão é a própria sociologia, os problemas que lhes são imanentes, assim como as soluções que são trazidas pelos sujeitos conforme a mesma vai se constituindo como uma área legítima de reflexão:

[...] As condições peculiares que levaram à elaboração da sociologia no seio da civilização contemporânea, ocorrida inicialmente com a desagregação da economia política clássica, produziram também alguns desenvolvimentos contraditórios na área da própria disciplina. A heterogeneidade dos métodos interpretativos que, conforme se verá, se está procurando eliminar pela elaboração de uma síntese, é um dos dilemas herdados pela sociologia (Ibidem, 116-117).

O intenso debate em torno das conexões entre “teoria e pesquisa” busca marcar um ponto de referência a partir do qual se organiza uma acentuada atuação crítica diante de uma das polêmicas mais acirradas travadas pelos intelectuais dos anos sessenta. Do modo como a discussão estava sendo encaminhada, se encontrava encerrada em favor de uma escolha impreterível entre o “empirismo sem abstração teórica”, ou, num outro extremo, a alternativa que manipulava o dado empírico apenas como uma “abstração de outras abstrações gerais”. Entre nós, portanto, caberia a Florestan Fernandes o mérito de oferecer uma alternativa entre o “ascetismo metodológico”, ou “complexo de exatidão”⁷², particular a primeira opção e a teorização sem objetividade, que caracteriza a segunda linha quando vista em isolado. Escapando à dicotomia, o mestre uspiano aponta que pode haver certa complementaridade entre as duas

⁷² O autor retira estas noções de Mannheim.

possibilidades, vistas por ele como “explanação descritiva” e “explanação analítica”:

[...] são necessidades de reconstrução e explanção analíticas da realidade e as condições materiais e intelectuais em que elas se verificam que possibilitam a elaboração de um ou outro tipo de explanção. [...] A recolocação do assunto em bases científicas e à luz de condições lógicas de observação da realidade, manipulação de dados construção analítica de tipos esquemáticos, etc, vem fornecer aos cientistas sociais elementos mais seguros para a orientação de suas pesquisas, de modo a atender os mais rigorosos ideais de labor intelectual [...] (IANNI, 1971b; p.119-121)

Entretanto, o avanço representado pelo levantamento de Florestan não encerraria a questão. Ianni não enxergava com tanto otimismo a integração pacífica entre os métodos *funcionalista, compreensivo e dialético*.⁷³

Por fim, entende que, em suas linhas gerais, com o movimento de renovação da sociologia brasileira, iniciada com a institucionalização da disciplina nos anos 30, houve um significativo avanço no que concerne a “investigação empírica”. Todavia, impunha-se como tarefa realizar o mesmo movimento no sentido de uma discussão metodológica mais refinada. A questão se colocava da seguinte forma, era necessário ultrapassar a “fase descritiva” que fora inicializada com a institucionalização, sem recair, no entanto, nas “análises especulativas” que caracterizavam parte considerável da produção anterior a ela:

⁷³ Devemos considerar que Ianni interpreta que Florestan coloca o problema de modo preliminar nas 1ª e 2ª partes de seu livro, respectivamente, “A Reconstrução Social da Realidade nas Ciências Sociais” e “Os Problemas da Indução na Sociologia”, In.Fernandes, Florestan. *Fundamentos Empíricos da Explicação*. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1959. Entretanto, nos lembra que na 3ª parte da mesma obra, “O Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia”, o autor já aborda a questão de modo mais claro, recuperando o elemento histórico que permanecia ausente na análise funcionalista. Ali, Florestan já estaria imbuído de uma concepção dialética da natureza, do mundo social, assim como do conhecer sociológico. O próprio “método funcionalista” passara a ser reinterpretado pelo autor, agora em bases completamente inovadoras. Detalhes, ver: Ianni, 1989c; op. cit., p. 121-130.

[...] Aliás, a sociologia brasileira ainda tem muito que lutar contra a ação das tradições do pensamento social alienado. Ela necessita reexaminar criticamente a problemática herdada do passado, quando realizava abordagens histórico-jurídicas, e passar a conceber os problemas e fenômenos que caem no seu campo segundo recursos metodológicos e teóricos disponíveis. Nesse sentido, ela deve ser manipulada de tal forma que as investigações empíricas sistemáticas (seja no plano da pesquisa de campo, seja da reconstrução histórica, ou ambos conjuntamente) possam trazer contribuições possíveis, tanto para o conhecimento da realidade, tanto para a própria teoria [...] (IANNI, 1971b; p.132).

Um dos artigos mais importantes do livro é “*A crise do pensamento sociológico*”⁷⁴, uma espécie de resenha crítica do então recém-lançado livro de Charles Wright Mills, *The Sociological Imagination* (1959).⁷⁵ Para Ianni, a “crise” se manifestava em suas características e conseqüências mais evidentes no que condiz aos *temas* e aos *métodos*. Haveria uma concentração das investigações em um número sensivelmente restrito de assuntos (relações raciais, estudos de comunidade, patologia social, etc.). Por outro lado, a busca de procedimentos mais refinados de pesquisa, culminou na redução do debate à quantificação de técnicas de observação, a teoria sociológica se reduzira a um conjunto de conceitos relativos, a “variable language” da qual fala Mills.

[...] a teoria sociológica se encaminha para a elaboração formal e estéril de conceitos engendrados discricionariamente, construindo-se sistemas arbitrários, como se o labor científico tivesse sido reduzido a um jogo intelectual, independente das conquistas anteriores e sem significado para a sociedade [...] (IANNI, 1971b; p)

⁷⁴ IANNI, OCTAVIO. A Crise do Pensamento Sociológico. In. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. I, Belo Horizonte, 1961. (Publicação original)

⁷⁵ Edição Brasileira: Mills, Charles Wright, *A Imaginação Sociológica*, 3ªed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

Estamos, pois, no nível da a-historização dos conceitos, da destruição das vinculações profundas entre os homens reais e as configurações históricas de existência.

Nos Estados Unidos esta situação se manifestava com características significativamente tangíveis. Desde os adeptos do “empirismo” aos cânones da “volúpia sistemática”, observava-se uma comum falta de preocupação com o estabelecimento de conexões com os trabalhos dos clássicos das Ciências Sociais. Caberia a Mills o mérito de oferecer a crítica mais completa e sistemática a tal estado de coisas, buscando apresentar, também, algumas alternativas a situação colocada.

As manifestações, assim como a natureza da crise que ameaça o futuro da sociologia neste país, e em outras nações, é que à medida que se processa a institucionalização das Ciências Sociais se acentuam os liames existentes entre a ciência, a técnica e as “ideologias dominantes” (IANNI, 1971b; p.154). Esta espécie de domesticação do pensamento sociológico acaba por reduzir, ou mesmo minar completamente, as condições efetivas para o florescimento de um pensamento crítico e vinculado às grandes questões substantivas de nossa época.

Muito embora receptivo aos fundamentos gerais das críticas de Wright Mills, Ianni não recua frente à necessidade submeter o trabalho a certas ponderações. Em primeiro lugar, nos diz que muito embora o sociólogo texano tenha promovido um “diagnóstico perfeito” no que diz respeito à situação das Ciências Sociais nos Estados Unidos, este ainda teria comprometido seus resultados ao não estender suas conclusões às demais nações ocidentais. Em segundo lugar, não há uma revisão crítica acerca da localização de

determinadas das disposições analisadas já em algumas correntes do pensamento clássico, não compreendendo daí que não é acidental a “redescoberta” de Durkheim pela sociologia americana de seu tempo, ou a incorporação de certas categorias weberianas ao léxico de Parsons, assim como de outras facetas liberais da sociologia estadunidense. Por fim, aponta que algumas das concepções de Mills não resistem às premissas por ele mesmo defendidas, vide seu ponto de vista liberal em torno da defesa dos valores do “sistema democrático” (Ibidem; p.155-159). Assim, a dialética marxista parece orientar Ianni em sua recepção da obra, pois, “[...] Aliás, segundo [Mills] reconhece, e afirma, quase toda a história das Ciências Sociais é, em grande parte, a história de um diálogo com Marx. Inclusive, *The Sociological Imagination*” (Ibidem; 159)

O último capítulo desta edição é “Sociologia da dependência”, não por acaso é o único texto inédito do trabalho, refletindo aspectos ambivalentes do debate que tomava o centro do pensamento latino-americano no momento, entre as noções de *imperialismo* e *dependência*. Em uma primeira aproximação, aponta que os escritos sobre o imperialismo realizados na América Latina limitavam-se às sugestões já contidas nos trabalhos clássicos que trataram deste tema, tais como em Lenin e Rosa Luxemburgo. Provenientes de quadros partidários, não suficientemente preparados para a colocação da questão em termos adequados, estes escritos não estimulavam um debate criativo quanto às possibilidades concretas colocadas à região.

É neste contexto que emerge a ideia de compreender a questão em termos de *dependência*. As relações, estruturas e processos envolvidos no imperialismo são focalizados a partir da perspectiva do país dependente, ou

subordinado. O fim da política de “substituição de importações” coloca determinados limites às interpretações clássicas que identificavam certa identidade entre industrialização e desenvolvimento econômico. Os diagnósticos dos quadros partidários, assim como a tese cepalina do “desarrollo hacia dentro”, se demonstravam insuficientes ante um contexto que exigia uma compreensão mais abrangente do dilema latino-americano. Deste modo, “[...] cientistas sociais -marxistas e não-marxistas- viam-se diante de um dos fundamentos do desenvolvimento desigual e combinado [...]” (IANNI, 1971b; p.169)

Tal impasse acabou por levar diferentes correntes teóricas da América Latina a refletirem com mais intensidade a questão da “dependência estrutural”. Uma característica fundamental desses estudos foi que, em decorrência da extensão de desafios que buscavam enfrentar, impulsionaram um movimento de “reintegração das ciências sociais”, os problemas não poderiam mais ser colocados sob qualquer dimensão isolada, fosse esta econômica, social, política, ou cultural. Existiram muitas pesquisas conjuntas entre economistas, sociólogos, cientistas políticos, etc. Isto ficava evidente nos trabalhos sobre a *dependência cultural*⁷⁶, percebia-se que esta não se esgotava no nível

⁷⁶ “[...] Quando dizemos dependência cultural estamos nos referindo aos produtos ideológicos e científicos (nos países dependentes) das relações, processos e estruturas imperialistas. Isto é, trata-se de modos de pensamento que conformam a visão de mundo dominante no país metrópole. Portanto, a dependência cultural não se restringe à dependência ideologia, ainda que este seja o fundamento da dependência. É esse o nível em que se manifesta a *cultura da dependência.*” Ianni, 1971b; p.173 – **Grifos nossos.**

ideológico, mas sim que representava uma expressão, no nível do pensado, da *dependência estrutural*.⁷⁷

Deste modo, a análise era enriquecida por uma perspectiva que superava a visão centrada no Estado-nação, visto que já não tomava por homogêneo aquilo que é essencialmente heterogêneo, ou mesmo antagônico. Para além da análise antitética, pautada pelas noções de pólo interno e externo, se enriquecia a abordagem por uma perspectiva que colocava sob o crivo da razão o capitalismo como um todo:

Os conceitos imperialismo-dependência, pois são conceitos pares, gêmeos, reciprocamente necessários e determinados. Um produz o outro; e os dois se produzem um no outro. Eles correspondem a dois pólos complementares, interdependentes, antagônicos e dialéticos do sistema capitalista considerados como um todo.

Entretanto, a dialética *imperialismo-dependência* não se reduz nem se esgota nas relações entre países, ou Estados. Para que seja possível compreender a tessitura íntima da dialética imperialismo-dependência, é necessário aprofundar a análise. Então passamos à esfera das relações sociais de produção [...] (IANNI, 1971b; p.180-181, grifos do original)

3.3 A sociologia rediscutida: esboço de uma crítica-crítica.

As questões levantadas na primeira edição da obra aqui abordada, por si, já justificariam a necessidade de seu tratamento num trabalho de sistematização mais demorada. Todavia, o autor promove alterações significativas em sua terceira edição, em 1989. Abreviando o título e ampliando seu conteúdo, entende que permanece atual grande parte dos levantamentos

⁷⁷ “A *dependência estrutural* é produto do modo capitalista de produção, quando êle(sic) compreende dois ou mais países desigualmente desenvolvidos. [...] exprime a contrapartida interna (no país que exporta o excedente econômico e não dispõe de plena autonomia de decisão) das relações, processos e estruturas imperialistas (externas), que operam a partir do país dominante. Isto é, a nação que absorve aquêle(sic) excedente econômico e desempenha papel crucial nas decisões (econômicas, políticas, militares, etc.) do país dependente” Ianni, 1971b; citações das páginas 179 e 182, respectivamente.

Grifos nossos

realizados há mais de duas décadas. Nesta parte de nossos apontamentos, preferimos seguir caminho diferente do percorrido até aqui. Identificaremos as alterações mais gerais, posteriormente discorrendo sobre questionamentos trazidos à discussão que ou estavam ausentes ou receberam um tratamento preliminar no texto de 1971. Deste modo, pretendemos tornar este esboço menos repetitivo, visto que há muitos temas recorrentes.

A alteração mais genérica que promove na obra é que a partir desta edição ela passa a ser dividida em três partes, são elas; I) *Notícias da sociologia brasileira*⁷⁸; II) *Florestan Fernandes e formação da sociologia*⁷⁹; III) *A imaginação sociológica*⁸⁰. Escritos em contextos significativamente distintos, a união destes trabalhos num esforço de reordenação só vem confirmar nossos apontamentos de que tal problemática assumiu uma importância para lá de circunstancial na produção de Octavio Ianni, orientando mesmo a própria tessitura de sua obra sociológica. A reflexão sobre as condições de produção do pensamento sociológico crítico, assim como a ideia de pensar e repensar o fazer sociológico, intensa e continuamente, em suas articulações e relações com a própria produção da sociedade não foram abandonadas pelo autor ao longo de

⁷⁸ Esta parte, refere-se à reprodução quase integral do livro, *Sociologia e Sociedade no Brasil*, 1975, com exceção dos capítulos, “As ligas camponesas e a criação da Sudene” e “A formação do proletariado rural”, presentes na edição original.

⁷⁹ Esta parte, refere-se à comunicação realizada na I Jornada de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Unesp, campus de Marília, realizada em 1986. Publicada originalmente no livro organizado por Maria Angela D’Incao, *O Saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, São Paulo, Editora UNESP, 1987, em homenagem à obra de Florestan Fernandes. O mesmo trabalho acabou sendo reproduzido como introdução do volume da coleção *Grandes Cientistas Sociais*, organizado por Ianni, ver: Ianni, (org). *Florestan Fernandes*, São Paulo, Editora Ática, 1986.

⁸⁰ Nesta parte, temos a reprodução do livro, *Sociologia da Sociologia latino-americana*, 1971, com exceção do texto, “Problemas de explicação na sociologia”. Há, também, a reprodução de alguns trabalhos de ocasião publicados no início da década de 80.

sua instigante trajetória intelectual. A este respeito, a própria reunião destes textos numa nova ordenação pode ser justificada pelo preceito que o sociólogo levanta no início do novo prefácio, pois:

Uma singularidade da sociologia está em que ela se pensa todo o tempo. No ensino, na pesquisa, o sociólogo é obrigado a defrontar-se com as controvérsias sobre a problemática da pesquisa e as teorias explicativas. À medida que produz ensaios e monografias, a sociologia toma e retoma as controvérsias sobre as perspectivas teóricas, as possibilidades de explicação. O próprio objeto reitera-se e renova-se neste contexto. Talvez, mais do que as outras ciências sociais, essa é uma disciplina que se questiona continuamente, à medida que se desenvolve e modifica.

Como notificado, a primeira parte trata-se da reprodução quase integral do livro, *Sociologia e sociedade no Brasil*, 1975. Em linhas gerais, busca-se promover uma “reflexão crítica sobre as condições de produção intelectual”. Aqui o autor realiza uma abordagem a respeito do “modo como a reflexão sociológica sobre a sociedade brasileira apanha problemas reais importantes”⁸¹. Também, encontramos esboços de uma sociologia da cultura, à medida que pretende chamar a atenção para determinadas produções estéticas que compartilhava com certa corrente sociológica o despertar para a apreensão de elementos novos, caminhando no sentido de se associar ao movimento que buscava a formação de uma cultura das classes subalternas em nosso país.⁸² Tem-se por pressuposto em toda esta reflexão que se trata de tecer algumas considerações sobre tendências observadas numa sociedade em transição do “capitalismo agrário” para o “capitalismo industrial”.

⁸¹ Ianni, . *Sociologia e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, , 1975. Citações do prefácio.

⁸² Sobre estas considerações, ver detalhe; IANNI, OCTAVIO. *Sociologia e Sociedade no Brasil*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1975. Em especial, no prefácio, p.11-13.

[...] É evidente que a sociologia brasileira dessa época⁸³ possui tanto o caráter de uma técnica de aperfeiçoamento das relações e estruturas capitalistas vigentes como é uma modalidade crítica de conhecer e negar essas relações e estruturas. *Mais do que qualquer outra das ciências sociais entradas nos currículos das universidades brasileiras, a sociologia parece ser um espelho bastante nuançado dos movimentos e desencontros das relações de classe nesse tempo.*

Uma distinção considerável que Ianni observa nos estudos sobre as transformações da sociedade brasileira refere-se à separação entre os trabalhos que caracterizavam as mudanças como “revolução brasileira” e os que a tomavam por “revolução burguesa”. Para o autor, a primeira alternativa não opera com a temática “reforma-revolução”, visto que toma por homogêneo o que é contraditório, e mesmo antagônico. Não sem problemas, os estudos sobre a revolução burguesa em parte incorporam esta problemática em suas observações. Entretanto, cabe reter que na busca de “procedimentos isentos”, de uma neutralidade com relação ao objeto e aos compromissos da observação, por vezes, também recaíam em limitações heurísticas, suscitando algumas questões e interesse nas relações entre ciência e sociedade.

(a) Em primeiro lugar, uns falam de *revolução brasileira*, ao passo que outros em *revolução burguesa*. É claro que a distinção é menor, já que a ideia de revolução brasileira, em geral reduz, ou mesmo elimina o jogo das classes sociais, enquanto reciprocamente necessárias e antagônicas. Aliás, é evidente que alguns dos que preferem discutir a revolução brasileira identificam-se mais diretamente com a burguesia industrial, em fase de ascensão ou consolidação do poder. (b) Em segundo lugar, uns procuram compreender as transformações sociais, econômicas, políticas culturais em termos de modelos, ou totalidades organizadas de modo funcional. Nesses autores, há uma busca de precisão técnica e a rejeição do ponto de vista dos clássicos das ciências sociais; preferem os seus epígonos da atualidade, geralmente norte-americanos. São estes que tendem a focalizar o assunto em termos de revolução brasileira, ou que podem conferir a

⁸³ Aqui o autor trata do clima intelectual que passou a predominar a partir de 1945, como efeito da transição citada no modelo de desenvolvimento capitalista predominante.

categoria de revolução. Ao passo que outros procuram compreender aquelas transformações em termos de relações de antagonismo, ou totalidades tensas, abertas. São estes que tratam do assunto em termos de revolução burguesa. (c) Em terceiro lugar, é bastante claro que em toda pesquisa sobre revolução brasileira e a revolução burguesa está implícita a intenção de interpretar a história social e política do país, ou algumas de suas épocas. De novo o interesse em explicar o presente, isto é, a crise de transição, repõe ao sociólogo novas perspectivas de pesquisa do passado que tem alguma relação com o presente (IANNI, 1989c; p.71).

Entender a questão nestes termos, portanto, leva-nos ao reconhecimento de que “[...] é inegável que a produção sociológica brasileira está permeada de ciência e ideologia [...].” (Idem; p.44) Estas articulações se dão no nível da incorporação da problemática externa, assim como na identificação político-econômica com as perspectivas da burguesia ascendente. Deste modo, o sociólogo se projeta como “demiurgo” da sociedade, assumindo a concepção tecnocrática, busca-se, pois, romper com os obstáculos que fazem de nossa revolução algo “mediocre”, “melancólico”, sem a “espetacularidade” observada nos países que lhes servem de modelo.

[...] É claro que essa linha de pesquisa e reflexão encontra inspiração no pensamento weberiano diretamente ou na modalidade parsoniana, além dos elementos provenientes de Sorel, Mosca, Schumpeter, Keynes, Myrdal, e inclusive Prebisch, além de outros. Tanto assim que nessas obras a sociedade aparece como dualista; as classes assalariadas como povo ou massa; a expansão do capitalismo industrial como progresso econômico; e o progresso econômico como progresso social generalizado. Com freqüência, as obras situadas na corrente de pensamento que ascende com ascensão da burguesia industrial revelam interesse preponderante antes pela racionalidade técnica da soluções propostas que pelo rigor da análise científica das relações, processos e estruturas vigentes e em transformação (Idem, *Ibidem*; p.45-46)

Aos trabalhos do segundo grupo é que caberia o mérito de pela primeira vez se desenvolver no Brasil uma “interpretação e reinterpretação” de nossos problemas à luz de uma visão mais sistematizada, aproximando-se das

necessidades e das perspectivas político-econômicas do proletariado. É nesta linha que identifica a tomada de consciência de estudos brasileiros para certos temas fundamentais, tais como; organização operária; modalidades de conflitos sindicais; populismo e proletariado; greves operárias; as posições dos partidos de esquerda; imperialismo; aliança de classes; significado histórico da revolução cubana; dentre outros:

[...] Em geral, essas obras indicam também preocupações com a resolução de problemas, mas numa perspectiva crítica, que percebe e propõe modificações estruturais. Em última instância, inspiram no pensamento de Marx, Engels, Lenin, Trotsky, Gramsci, Lukács e alguns outros. Devido ao seu modo peculiar de analisar a realidade, buscando principalmente as relações de antagonismo e negação, nessas obras predomina o pensamento crítico, isento do otimismo que emana da burguesia industrial ascendente (IANNI, 1989c; p.46).

Pondera, entretanto, que não são homogêneos os resultados auferidos, menos ainda a consistência teórica destes estudos. No entanto, representam certa virada na sociologia brasileira, possibilitando uma demarcação mais precisa com relação às suas duas linhas principais, ou seja, a *sociologia técnica* e a *sociologia crítica*.

Na problematização das noções de sociologia “técnica” e “crítica” o sociólogo faz questão de nos recordar que a o conhecimento sociológico brasileiro acaba por receber influências das distintas visões que se polarizam no engendramento da construção da cultura burguesa que então estava em ascensão no país. As transformações das forças produtivas, assim como a transição da sociedade estruturada sobre o capitalismo de predominância agrária em direção ao capitalismo propriamente industrial; da sociedade rural para a sociedade urbano-industrial; exigiram rearticulações na estrutura dos valores e nos modos de compreensão da realidade histórico-social, ou seja,

renovou-se a infra e a superestrutura de organização da sociedade. As controvérsias metodológicas ⁸⁴ que acompanham o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil devem ser compreendidas à luz destas questões. Pois, “[...] Ocorre que a sociologia também está inserida no conjunto da produção intelectual que acompanha a reprodução e a transformação das estruturas capitalistas de produção no país” (Ibidem; p.54).

Por “sociologia técnica”, Ianni entende “[...] as várias modalidades de trabalho sociológico nas quais a descrição e a interpretação tomam os fatos como “coisas”, numa perspectiva deliberadamente externa [...]” (Op.cit; p.51). A sociologia, assim, ficava circunscrita à apreensão dos aspectos fenomênicos das transformações observadas, o sociólogo permaneceria incapaz de transcender o “nível da realidade imediata do objeto” de sua pesquisa. Não seria, portanto, sem razão que esta matriz orientava estudos comprometidos com o aperfeiçoamento do *status quo*, classificando qualquer questionamento à ordem social observada como “ideológico”:

Em síntese, no empenho de alcançar uma objetividade científica que lhe é estranha, porque emprestada das ciências naturais e da indução estatística, essa sociologia acaba por contentar-se com a objetividade de seu procedimentos metodológicos. O fetichismo, ou ascetismo, metodológico transforma o trabalho sociológico numa técnica de reificação, de produção ideológica, ou, como em muitos casos, numa ficção insípida. Na sociologia técnica há uma preferência pela integridade do método de trabalho científico, conforme ele teria sido consagrado em outras ciências não-sociais. Daí a importância de toda metodologia fundada de alguma maneira na causalização funcional (Ibidem; p.52).

⁸⁴ Para Ianni, estas controvérsias se dão em três níveis, “[...] os considerados clássicos da história da sociologia; aqueles colocados pela sociologia norte-americana, posterior à Segunda Guerra Mundial; e os peculiares à produção sociológica brasileira da época que estou analisando [...]”. Detalhes, ver: Ianni, 1989c, op.cit.,p.50. Para efeito de sistematização, prefere apanhar o fenômeno a partir da subdivisão em duas ordens de classificação que explicitariam as polêmicas que acompanham a questão, a *sociologia crítica* e a *sociologia técnica*, ver: Idem, p.51.

Em sua vertente crítica, pois, a sociologia abordaria os fenômenos como “[...] relações, processos, qualidades, significações, configurações históricas, estruturas internas e externas [...]” (Idem, *Ibidem*; p.52-53). Como assevera o autor, esta modalidade não se restringe à caracterização dos fatos sociais, mas sim aos “fatos significativos” e não lhe importa se estes são de ordem econômica, cultural ou política; revelados nas relações e estruturas particulares ao objeto estudado. A sociedade passa a ser entendida a partir do princípio da *contradição*, este sim, não emprestado das outras ciências, mas “produzido pela própria realidade social”. Deste modo, impõe-se como imperativo ao sociólogo buscar a compreensão do real como uma *configuração histórica*, permeada por contradições, jamais como uma *sistema* articulado e ordenado, a “instabilidade” e não a “estabilidade” ou a “ordem” é a condição social fundamental.

Na sociologia crítica, também, há “[...] uma preferência pela integridade do objeto do trabalho científico, sendo que o método tende a ser aquele produzido pela própria especificidade do objeto [...]” (Idem). Entretanto, tal preceito não deve ser confundido com o abandono das questões relativas à metodologia, ou à objetividade do trabalho realizado. Trata-se de um modo qualitativamente distinto de abordagem sociológica, objetivando a fuga da “reificação dos meios de pesquisa”.

A segunda parte da obra trata da sociologia de Florestan Fernandes, retomando alguns pontos já trabalhados no texto de 1971, assim como outros apontamos no primeiro capítulo deste trabalho, inclusive, ampliando a análise para outras dimensões fundamentais da sociologia do autor. Já havíamos

assinalado que, para Octavio Ianni, Florestan inaugura um “novo modo de pensar a realidade brasileira”, se constituindo como o principal artífice da elaboração da sociologia crítica no país.

Não menos importante do que os temas até aqui levantados, há uma “sociologia do cientista social” na obra de Florestan Fernandes. A reflexão sobre as condições de produção do pensamento sociológico é condição *sine qua non* para o exercício da sociologia crítica e da liberdade intelectual:

É pouco, pois, colocar o problema em termos de “neutralidade” ou “engajamento”. Não se trata de saber e reconhecer se há ou não compromisso político, religioso, empresarial, governamental do sociólogo ou cientista social. O que está em causa é reconhecer que as condições sob as quais se processa o conhecimento, compreendem inclusive o modo pelo qual a sociedade absorve seleciona, critica ou rejeita o produto da atividade intelectual [...] (IANNI, 1989c; p.110)

O sociólogo é “cientista” e “cidadão”, tem tarefas e responsabilidades às quais não pode se furtar. Sujeito imerso na trama social, ao homem do conhecimento não é reservado o direito de ficar alheio aos destinos que são impingidos às suas descobertas científicas. A partir dos trabalhos de Florestan Fernandes, caso trate com honestidade o ofício intelectual, torna-se impossível para o cientista social o recurso às antigas artimanhas de refugio, seja no “bovarismo” seja “à sombra do poder”, este não pode mais se colocar acima do povo ou das contradições de classe, mas sim a serviço das classes subalternas. A atividade intelectual, pois, é encarada como um contínuo exercício “prático-crítico”.

Para Ianni, é este o conjunto de características que fazem com que Florestan marque de modo irrevogável a sociologia brasileira. Em síntese, em primeiro lugar, sua maneira de pensar entra de modo decisivo na construção

da sociologia, entendida como um sistema de pensar a realidade social. São exigidos padrões lógicos e teóricos mais rígidos a partir de sua obra. Por fim, seu estilo de pensamento criaria um “novo paradigma” de compreensão de nossa sociedade, assim como da teoria sociológica em geral (Ibidem, p.122-123).

Os trabalhos que compõem a terceira parte da obra já foram tratados na seção anterior, cabe-nos apenas levantar alguns pontos discutidos nos poucos textos que a completa, pois, em geral, o autor retoma a problemática discorrida ao longo do livro. São novamente ressaltadas as implicações políticas das Ciências Sociais, assim como a “industrialização da pesquisa científica” como elementos condicionantes da redefinição dos papéis do sociólogo.

Destacando as potencialidades críticas do conhecimento sociológico, Ianni problematiza a ideia de que conhecimento pode ser tanto uma “técnica” no sentido de *aperfeiçoamento* da realidade, como uma “técnica” de *ruptura* com a ordem social dominante. Neste sentido, a reflexão sobre “incorporação da ciência como força produtiva” deve fazer parte constantemente das atenções do cientista social. Não podemos perder de vista que a produtividade da força de trabalho é “o resultado combinado de conhecimentos produzidos pelas ciências naturais e sociais” (IANNI, 1989c; p.231).

Deste modo, poderíamos apontar, com certo grau de liberdade, é claro, que para a sociologia de Octavio Ianni mesmo as complexas relações que se colocam entre os *juízos de fato* e os *juízos de valor* na construção do objeto nas Ciências Sociais não autorizam o sujeito da pesquisa a perder de vista que, acima de tudo, está imerso em uma sociedade de classes e que a natureza e o produto de seu trabalho o impedem de assumir a

“neutralidade” frente às configurações históricas globais. “Está em jogo a reprodução ampliada do capital. Os meios de comunicação de massa, ou a indústria cultural, da mesma forma que a sociologia industrial, articulam-se na prática e ideologia das pessoas, grupos e classes sociais, induzindo-os a aderir, aceitar ou submeter-se às exigências da reprodução do capital” (Idem.).

Considerações finais

Chegamos ao término deste trabalho completamente cientes de que apresentamos uma leitura dentre diversas possíveis em torno da obra de Octavio Ianni. Destacar a ‘sociologia da sociologia’ em sua produção nos pareceu o recorte menos arbitrário –muito embora, um recorte seja sempre arbitrário em alguma medida- dentre inúmeras variantes que se apresentavam no início da pesquisa.

A principal vantagem desta escolha foi a de nos permitir percorrer diversos nuances desta obra sem nos atermos a qualquer espécie de aprisionamento descritivo diante de um tema específico no rol de assuntos trabalhados pelo autor. Mais do que uma reflexão isolada sobre algumas das principais problemáticas envolvidas com a questão da sociologia enquanto ciência, ou seja, o modo como se processa a construção do conhecimento sobre o social, as raízes ideológicas das idéias sociais ou mesmo uma teoria do conhecimento, ela orienta o próprio processo de elaboração de cada trabalho escrito por Ianni.

Octavio Ianni é um dos elementos mais virtuosos de uma geração que tinha a sociologia como uma “força social” transformadora. No caso específico do grupo paulista, ao qual se vê associado, a universidade foi concebida como um *lócus* social ativo e crítico no sentido de promover um real encontro entre os intelectuais e a sociedade civil. Este projeto foi sumariamente interrompido pelo Estado autoritário que tomou corpo no país a partir de 1964, não sem deixar um corpo de ideias fundamentais àqueles que desejam pensar e de

alguma forma enfrentar os dilemas fundamentais identificados com o processo de “excludência social” de amplos setores de nossa população.

O contato com o pensamento de um mestre desta estatura é necessário para que nos interroguemos continuamente sobre as funções e papéis que o intelectual pode assumir na sociedade de classes. Para além de qualquer espécie de engajamento evasivo ou idealista, a “sociologia da sociologia” de Octavio Ianni procura indagar e trazer elementos para debatermos as responsabilidades que a ciência e os cientistas têm diante dos grandes processos históricos.

A sociologia crítica, neste sentido, retoma aquele compromisso com a “emancipação humana”, particular às filosofias negativas envolvidas com a construção de uma sociedade que procura conceber os indivíduos e grupos sociais como sujeitos portadores de potencialidades transformadoras e mesmo revolucionárias. É este fio condutor que de alguma forma confere coerência lógica à obra tecida por Ianni, a defesa da razão como instrumento favorável à mudança social no sentido das classes populares e dos grupos étnicos e culturais aliados do poder de decisão política, econômica e social.

Embora tenha sido relutante ao encampamento da matriz ideológica de qualquer participante do confuso cenário político-partidário nacional, sua obra não deixa de ter uma conotação política sensivelmente demarcada. A militância de Ianni não se dá no interior de algum partido, mas no seu posicionamento como “intelectual público”, como elemento que dialoga com os grupos sociais, problematiza e traduz as tendências e virtualidades associadas às transformações da sociedade em que vive.

É justamente desta vocação pública associada às forças progressistas da sociedade que a sociologia contemporânea cada vez mais parece buscar se desligar. Estudos como este nem de longe pretendem oferecer respostas satisfatórias àqueles que esperam soluções ligeiras a este problema. Por outro lado, são necessários ao passo que nos demonstram que caso não dialoguemos com nossos clássicos nos tornaremos incapazes de pensar criticamente a tradição sociológica brasileira e também as transformações que nossa sociedade vivencia. Em outros termos, a atitude crítico-reflexiva que caracteriza a 'sociologia da sociologia' é condição para a efetiva produção de um conhecimento autônomo e radical.

Bibliografia

ADORNO, Sérgio. Octavio Ianni: A sociologia em sintonia com o tempo. *Revista Getúlio*, 2007, p. 42 – 44.

ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BARIANI Jr., Edison. A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2003.

_____. Guerreiro Ramos e a redenção sociológica. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2008.

BASTOS, Elide Rugai. Octavio Ianni e a questão racial. In. CRESPO, Regina Aída & FALEIROS, Maria Isabel Leme (org) Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo, Editora Unesp, 1996, p.79-99

_____. Pensamento social e escola sociológica paulista. In. MICELLI, S. O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002. Brasília, Anpocs, Editora Sumaré, 2002, p.183-232.

BERNARDES, Juliano. A Formação do Estado Desenvolvimentista brasileiro na obra de Octávio Ianni. Dissertação de Mestrado, IFCH-Campinas, 2009.

BOSI, Alfredo. Uma crônica das origens. Prefácio In. Cardoso, Irene. A Universidade da Comunhão Paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo, Autores associados: Cortez. p.11-16.

BOTELHO, Octavio *Ianni*: a sociologia como vocação. *Achegas.net Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 17, 2004. In. <http://www.ifcs.ufrj.br/~nusc/ianni.pdf> ; Acesso em 15/02/2011).

BRITO, Jeane Gomes. Octávio Ianni e a interpretação do Brasil: a concepção dialética da história sob o signo da metamorfose. Dissertação de mestrado, FCL/Unesp, Araraquara, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. A sociologia no Brasil. In: *Tempo Social*, 2006, p.271-301. (Versão digital; <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30018.pdf> Acesso em 15/09/2010)

CARDOSO, Fernando. H. & IANNI, Octavio. Côr e mobilidade social em Florianópolis. Aspectos das relações entre brancos e negros numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo, Editora Nacional, 1960.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. A universidade da comunhão paulista. São Paulo, Autores Associados: Cortez, 1982.

CONH, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In. O saber militante (ensaios sobre Florestan Fernandes). (Org.) Maria Ângela D'Incao. Rio de Janeiro: Paz e Terra: UNESP, 1987.

CONSORTE, Josildeth Gomes. Os estudos de comunidade no Brasil: uma viagem no tempo. In. CRESPO, Regina Aída & FALEIROS, Maria Isabel Leme (org) Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo, Editora Unesp, 1996, p.51-68.

CHACON, Valmireh. História das ideias sociológicas no Brasil. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Grijalbo LTDA, 1977.

FERNANDES, Florestan. A sociologia no Brasil (contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento). Petrópolis, Vozes, 1977.

_____. A condição de sociólogo. São Paulo, HUCITEC, 1978.

_____. A natureza sociológica da sociologia. São Paulo, Ática, 1980.

_____. A questão da USP. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

_____. O encanto da vida. In. CRESPO, Regina Aída & FALEIROS, Maria Isabel Leme (org) Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo, Editora Unesp, 1996, p.11-16.

EVANGELISTA, Ely Guimarães dos Santos. (2000) A Unesco e o mundo da cultura. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. 2000.

GIANNOTTI, José Arthur. Recepções de Marx. In. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 1998.

HIRANO, Sedi. Poder, luta de classes e cidadania na América Latina. In. CRESPO, Regina Aída & FALEIROS, Maria Isabel Leme (org) Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo, Editora Unesp, 1996, p.203-219.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Ianni: razão crítica na história. In. BEHRING, Elaine Rosseti & IAMAMOTO, Marilda Vilela. Pensamento de Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição crítica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p.103-122.

IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. 1ªed. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968

_____. Estado e planejamento econômico no Brasil. (1930-. 1970), Editora Civilização Brasileira, Rio, 1971a.

_____. A Sociologia da sociologia Latino-americana. 1ªed. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A, 1971.

_____. Sociologia e Sociedade no Brasil. São Paulo, Alfa-ômega, 1975.

_____. *As metamorfoses do Escravo*. 2ªed. Revista e Aumentada. São Paulo: Hucitec/Curitiba: Scientia et Labor, 1988

_____. IANNI, Octavio. A Sociologia e o mundo moderno. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(1): 7-27, 1.sem. 1989.

_____. A formação do Estado populista na América Latina. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989a.(1.ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975).

_____. Estado e Capitalismo. 2ªed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro, Editora Brasiliense, 1989b.

_____. Sociologia da Sociologia. 3ªed.Revista e Ampliada. São Paulo, Editora Ática, 1989c.

_____. A crise de paradigmas na sociologia. Campinas, Unicamp – Departamento de Ciências Sociais_IFCH, 1990.

_____. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). 6ªed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

_____. *A Ideia de Brasil Moderno*. 2ª edição SP: Brasiliense, 1996.

_____. A era do globalismo. 6ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

_____. A sociologia numa época de globalismo. In. FERREIRA, Leila da Costa. A sociologia no horizonte do século XXI, São Paulo, BOITEMPO, 1997, p.13-25.

_____. A sociologia de Florestan Fernandes. In. Ideias, Revista do Instituto de Filosofia, Ciências e Letras, Unicamp, Ano4, nº1/2, jan/dez, Campinas, 1997, p.13-24.

_____. As ciências sociais na época da globalização. In. Revista Estudos de Sociologia, vol.3, nº4, Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, 1998, p.1-10. (Versão digital, disponível in: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/901/765>; Acesso em 28/11/10)

_____. Octavio Ianni. In. Conversa com os sociólogos brasileiros. In. ABRÚCIO, Fernando; BASTOS, Elide; LOUREIRO, Maria Rita & REGO, José Marcio. Conversas com os sociólogos brasileiros. São Paulo, Editora 34, 2003, p.49-65 (Entrevistas).

_____. Pensamento Social no Brasil. Bauru-SP, Edusc, 2004.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e transição: entre a política e a profissão. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

_____. Marxismo e vida acadêmica: pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo. In. Botelho, A; Bastos, E & Villas Bôas, G. O Moderno em questão. Rio de Janeiro, Topbooks, 2008. p. 311-356.

_____. Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. *Perspectivas*, São Paulo, 2005. 157-186.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In. Miceli, S. (org) História das Ciências Sociais no Brasil. Vol.1. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais: IDESP, 1989. p. 217-233.

LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. 5 ed. São. Paulo: Cortez, 1994.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

MARTINS, José de Souza. Florestan: sociologia consciência social no Brasil. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1998.

MARTINS, Tatiana. Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia, Ciências e Letras, IFCH, Campinas, 2008.

MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In. Miceli, S. (org) História das Ciências Sociais no Brasil. Vol.1. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais: IDESP, 1989, p.410-459.

MAIO, Marcos Chor. *A história do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese de doutorado. IUPERJ, 1997.

MEUCCI, Simone. Octavio Ianni em Curitiba: os dilemas e nexos entre ciência social e, ideias de modernidade e identidade regional. Comunicação apresentada no XIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, entre 29 de maio e 1 de junho de 2007.

MICELLI, S. (org) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol.1. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais: IDESP, 1989.

MIGLIOLI, Jorge. Estado e burguesia no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. In. CRESPO, Regina Aída & FALEIROS, Maria Isabel Leme (org) Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo, Editora Unesp

MILLS, Charles Wright, *A Imaginação Sociológica*, 3ªed. Rio de Janeiro, Zahar Editores,1972.

MOTA, Carlos Guilherme. As Ciências Sociais na América Latina – proposta de periodização (1945-1983). In. Antunes, Ricardo; Ferrante, Vera Bota & Moraes, Reginaldo. (org) São Paulo, Editora Brasiliense, 1986. p.278.-305.

MOTA, Carlos Guilherme. A Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974. São Paulo. Editora Ática, 2000.

NETTO, José Paulo. Ianni: pesquisador completo. In. BEHRING, Elaine Rosseti & IAMAMOTO, Marilda Vilela. Pensamento de Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição crítica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p.89-99.

NOBRE, Marcos. A Filosofia da USP sob a ditadura militar. *Novos Estudos CEBRAP*, nº53, p.137-150, mar. 1999.

NOGUEIRA, Oracy. Pesquisa social: introdução às suas técnicas. São Paulo, Editora Nacional, 1977.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Anotações Preliminares para uma história criticada sociologia. In. *Temas de Ciências Humanas*. Vol.III. Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. A universidade que não se apaga. In. Revista Estudos de Sociologia, vol.9, nº16, Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, 2004, p.67-68. (Versão digital, disponível in: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/149/147> , Acesso em 12/01/2011)

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Diálogos Intermitentes: relações entre o Brasil e América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº14, jul/dez, 2005, p.110-129.

ORTIZ, Renato. Notas sobre Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, Olho d'Água, 2002. p.175-199.

_____. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5ªed. São Paulo, Brasiliense, 2006.

_____. Octávio Ianni; a ironia apaixonada. In. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jun./dez. 2008, p. 319-328

_____. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5ªed. São Paulo, Brasiliense, 2006.

PAULA, João Antônio. Octavio Ianni e a centralidade da luta de classes. In. BEHRING, Elaine Rosseti & IAMAMOTO, Marilda Vilela. Pensamento de

Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição crítica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p.79-87.

PECAULT, Daniel. Intelectuais e política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo, Editora Ática, 1990.

PULICI, Carolina. De como o sociólogo deve praticar o seu ofício: as cátedras de sociologia da USP entre 1954 e 1969. 2004. 176f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957

RIBEIRO, Ana Clara. Uma leitura sociológica do pensamento de Octavio Ianni. In. BEHRING, Elaine Rosseti & IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Pensamento de Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição crítica*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p.43-53.

ROMÃO, Wagner. A experiência do Cesit: sociologia e política acadêmica nos anos 1960. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SALLUM Jr, Basilio. Notas sobre o surgimento da sociologia política em São Paulo. *Revista Política & Sociedade*, nº1, setembro de 2002.

SORJ, Bernardo. A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC. (Versão digital; <http://www.bernardosorj.com.br/pdf/AConstrucaoIntelectualDoBrasil.pdf> Acesso em 23/10/2010).

_____. Um seminário de Marx. In. *Seqüências brasileiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Luiz Fernando. O Pensamento Social Brasileiro entre os anos 1960 e 1980: trajetória de um grupo de marxistas acadêmicos. Dissertação de Mestrado, FCL/Unesp, Araraquara, 1995.

_____. A discussão teórico-metodológica nos marxistas acadêmicos do grupo d' "O Capital." *Estudos de Sociologia*, Ano 2, nº3, Araraquara, 1997. p.71-86.

TOLEDO, Caio Navarro. Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB. In. Antunes, Ricardo; Ferrante, Vera Bota & Moraes, Reginaldo. (org) São Paulo, Editora Brasiliense, 1986. p.224-256.

TORRES, Ana Clara. Uma leitura sociológica do pensamento de Octavio Ianni. In. BEHRING, Elaine Rosseti & IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Pensamento de*

Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição crítica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p.43-54.

VASCONCELOS, Raymundo Ferreira. Retratos do Brasil em movimento pelas lentes de Octavio Ianni. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

VIANNA, Luiz Jorge Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. Novos Estudos CEBRAP, nº53, mar, 1999, p.33-47.

_____. A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro, Revan, 2004. (primeira edição, 1997)

VILLAS BÔAS, Gláucia. A Mudança Provocada: passa e futuro no pensamento sociológico brasileiro. 1ªed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006a.

_____. A recepção da Sociologia Alemã no Brasil. Rio de Janeiro, Topbooks, 2006b.

VILA NOVA, Sebastião. Donald Pierson e a Escola de Chicago na Sociologia Brasileira: entre humanistas e messiânicos. Lisboa, Col. Veja Universidade/Ciências Sociais e Políticas, 1998

_____, O Singular e o Universal nos Estudos de Comunidade. In. CRESPO, Regina Aída & FALEIROS, Maria Isabel Leme (org) Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo, Editora Unesp, 1996, p.145-157.